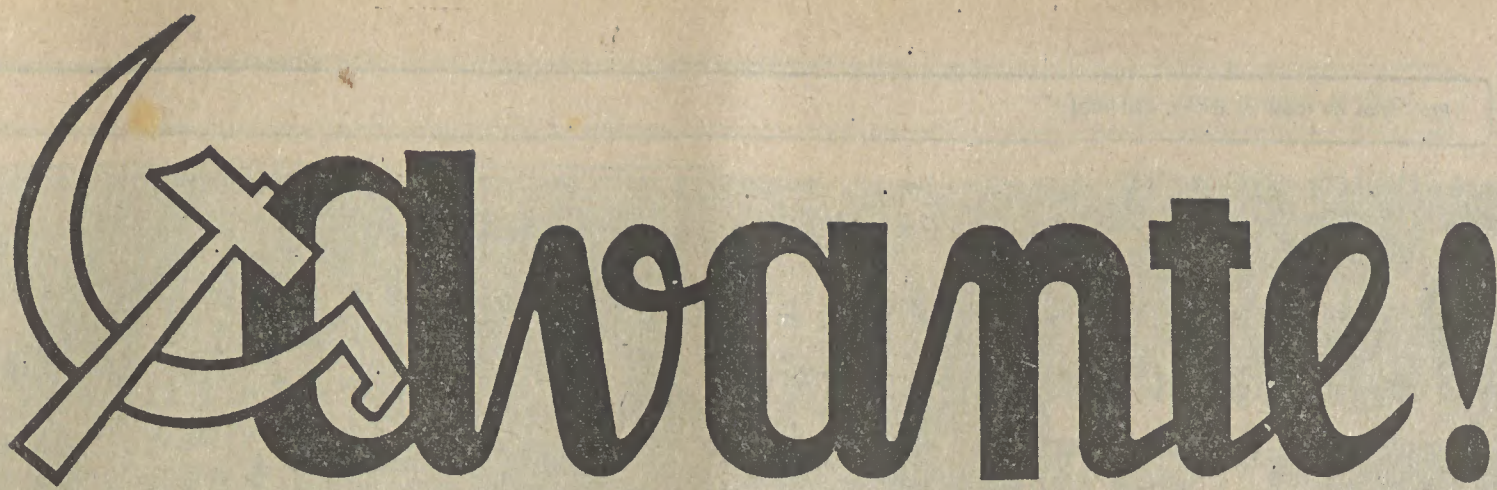




Proletários de todos os países: UNI-VOS!

CENTROS

Propriedade do Partido Comunista Português * Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 * Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. * Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

SAUDAÇÃO À FRELIMO

O Comité Central do Partido Comunista Português dirigiu aos camaradas do Comité Central da Frente de Libertação de Moçambique a seguinte mensagem de saudação:

Queridos camaradas:

Celebrando hoje a Proclamação da Independência, o povo moçambicano culmina vitoriosamente a heróica luta de libertação nacional.

Com profunda alegria, o Partido Comunista Português associa-se inteiramente a esta histórica jornada e envia ao povo de Moçambique e ao seu partido revolucionário de vanguarda, a FRELIMO, as mais calorosas e fraternais saudações.

A data de hoje ficará assinalando um momento capital e uma radical viragem na nossa História. Ela assinalará também uma radical viragem nas relações entre os nossos dois povos, marcados por muitos séculos de sofrimentos.

Foi através duma luta, de armas na mão, que o povo de Moçambique conseguiu alcançar a sua independência. Foi encabeçando com firmeza e heroísmo a luta contra o colonialismo português que a FRELIMO se tornou a força dirigente do povo moçambicano. Mas é de mãos dadas, criando entre si novos laços numa aliança forjada em muitos anos de luta comum contra um inimigo comum, que os povos de Portugal e de Moçambique entram agora numa nova era das suas relações.

Durante a sua luta de libertação, sempre a FRELIMO afirmou que não combatia o povo português, mas sim o colonialismo português. A justa atitude da FRELIMO e a luta de amplas camadas do povo português e das suas forças revolucionárias contra a guerra colonial e o colonialismo foram factores decisivos para que, apesar dos crimes da guerra colonial, conduzida pelo governo fascista português, os dois povos se sentissem unidos por uma fraternal aliança de combate, expressão do seu desejo duma sincera cooperação futura.

Os comunistas portugueses orgulham-se legitimamente de terem sido os primeiros a lutar em Portugal contra o odioso colonialismo português e contra a criminosa guerra imposta pelo fascismo português aos nossos dois povos. Apesar das perseguições, prisões, torturas, insultos e calúnias, sempre os comunistas portugueses, por todos os meios ao seu alcance, procuraram apoiar a justa luta de libertação do povo moçambicano, denunciando os crimes do colonialismo, chamando o povo português à luta pelo fim da guerra colonial e por negociações com a FRELIMO, mobilizando o povo português em múltiplas lutas por esse objectivo.

A História comprovou a justeza da nossa posição e da nossa acção. Com a proclamação da independência de Moçambique realizou-se um dos grandes objectivos da nossa luta comum.

É uma grande vitória do heróico povo de Moçambique e da sua vanguarda revolucionária, a FRELIMO. É uma grande vitória também de todos aqueles que em Portugal, nas duras condições do fascismo, sempre lutaram contra o colonialismo e a guerra colonial. É uma vitória do MFA, que derrubou a ditadura fascista, instaurou em Portugal as liberdades, defendeu consequentemente o direito à autodeterminação e independência dos povos submetidos ao colonialismo português. É uma vitória do povo português, que, com a independência de Moçambique, dá um novo passo para a consolidação da sua própria revolução, para prosseguir na construção de um Portugal democrático, a caminho do socialismo.

Desejamos ardentemente que, completamente senhor dos seus destinos, livre e independente, o povo de Moçambique alcance grandes êxitos no seu desenvolvimento, no plano político, económico, social e cultural, na construção de uma nova sociedade conforme com os seus interesses, aspirações e objectivos, definidos pela sua vanguarda revolucionária — a FRELIMO.

Desejamos ardentemente que fraternais relações, profundas e sinceras, se estabeleçam e consolidem entre os nossos países, na base da amizade e solidariedade, do interesse e respeito mútuos, da igualdade de direitos, da plena soberania, da não intervenção nas questões internas.

A confraternização dos soldados portugueses com os combatentes da FRELIMO e a cooperação estabelecida desde os Acordos de Lusaka são já uma expressão dos novos laços de amizade que será possível criar e desenvolver entre os dois povos e entre os nossos dois Estados.

Pelo nosso lado, asseguramos que o Partido Comunista Português, tal como no passado e no presente, tudo continuará a fazer para que as suas relações fraternas com a FRELIMO constituam, nas novas condições agora existentes, uma forte e inabalável expressão da fraternidade e solidariedade de combate das forças revolucionárias e dos povos de Portugal e de Moçambique.

Viva a República Popular de Moçambique!

Viva a FRELIMO, vanguarda revolucionária do povo moçambicano!

Viva o povo irmão de Moçambique!

Viva a amizade e a cooperação entre os povos de Portugal e de Moçambique, finalmente livres!

25 de Junho de 1975.

O COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Viva a República Popular de Moçambique!

VITÓRIA DO POVO MOÇAMBICANO VITÓRIA DO POVO PORTUGUÊS

Moçambique é, desde ontem, uma nação plenamente soberana. A heróica luta do seu povo desembocou na independência pela qual soube bater-se sob a direcção de um partido revolucionário consequente. Mas a vitória do povo moçambicano, a vitória da FRELIMO é também uma vitória do povo português, de todas as forças progressistas que durante anos lutaram em Portugal contra o fascismo e o colonialismo, considerando-se aliadas naturais dos patriotas que em Moçambique morriam pela liberdade.

A festa da independência, de Maputo ao Rovuma foi, portanto, uma festa diferente de outras que em vários países africanos e asiáticos têm assinalado o fim da descolonização política e o aparecimento de novos Estados. Raras vezes na História uma transmissão de poderes teve a marca de um cunho de fraternidade tão profunda e espontânea. Os abraços entre os representantes dos dois povos, entre os soldados da FRELIMO e os soldados do MFA traduziram a confiança recíproca e a amizade inquebrantável que liga entre si duas nações revolucionárias que, unidas, derrotaram juntas o colonialismo e o fascismo e avançam hoje, cada uma pela sua via, a caminho do socialismo.

Num mundo em que o imperialismo continua a explorar dezenas de países, a praticar agressões e forjar alianças dirigidas contra a

paz é reconfortante vermos o MFA reconhecer que o processo de guerra colonial foi um fac-

tor decisivo para a tomada de consciência que se verificou nomeadamente no seio das Forças Armadas. O camarada Samora Machel tem razão ao lembrar que os oficiais que fizeram o 25 de Abril foram preparados pela guerra em Angola, na Guiné e em Moçambique.



O camarada Samora Machel

tribuiu também e decisivamente para a cicatrização das feridas. Ao libertar-se do fascismo, o povo português não ignora esse facto. Sabe quanto deve às nações que,

afectam, é tema de reportagem neste número.

As experiências iniciadas as soluções possíveis que se procuram, poderão não ser as mais eficazes. Será inevitável cometer erros. O que importa é a consciência das massas trabalhadoras que de verão ser elas a tomar nas próprias mãos o seu destino a dizer como e para onde de seiam caminhar.

(LER NA PAG. 12)

O ALGARVE À PROCURA DO FUTURO

O Algarve atravessa, no momento actual, uma das mais importantes fases da sua história. Desperta para a revolução. Hesitante ainda, quase a medo, começa a desprender-se da submissão a que uma política de enfeudamento ao turismo estrangeiro o tinha amarrado.

Vítima de um pseudodesenvolvimento para «inglês ver», de que apenas recebeu o aumento desenfreado do custo de vida, os vícios e a exploração, o povo algarvio retoma, com dificuldade, o sabor nacional.

A inexistência de infra-estruturas que acompanhassem em paralelo o desenvolvimento da exploração das potencialidades turísticas, a falta de planeamento e estudo das próprias capacidades da província algarvia deram origem a que, com o derrube do regime fascista — e o consequente desmascarar dos obscuros interesses que apoiava e protegia — caísse pela base o falso império do turismo, arrastando nessa queda os sectores que dela mais directamente dependiam.

A agricultura, a construção civil, a pesca, a indústria corticeira, são alguns dos sectores hoje em crise, de que dependem largas camadas da população algarvia. Como procurar os trabalhadores do Algarve resolver alguns desses graves problemas que os

Avante!

PÁGINA 2

O Plano
de Acção Política
do MFA
e o processo
revolucionário

GRANDE COMÍCIO NO CAMPO PEQUENO

SÁBADO — 21 HORAS

COM A PRESENÇA DE ALVARO CUNHAL
E OUTROS DIRIGENTES DO NOSSO PARTIDO

COM O PCP
UNIDADE POPULAR
RUMO AO SOCIALISMO



ÁLVARO CUNHAL EM COIMBRA

No passada sábado, o camarada Alvaro Cunhal deslocou-se a Coimbra, onde participou numa sessão de esclarecimento em que foram debatidos alguns dos principais problemas da actualidade política (ler na pag. 3)



O processo de uma revolução que se propõe como objectivo substituir um sistema social por outro, coloca à vanguarda revolucionária problemas normalmente difíceis e intrincados. O grau de resistência das forças sociais condenadas a desaparecer e a diversidade das formas que essa resistência pode assumir exigem da vanguarda revolucionária uma grande tensão de forças e uma visão aguda dos factores internos e externos que condicionam a marcha da revolução num dado país. Quando o processo revolucionário tem a originalidade e as características do processo revolucionário português e quando a resistência das forças desapossadas do poder político se encarna, como em Portugal, nos redutos de classe onde as suas raízes sociais têm ainda uma certa consistência, então tais exigências tornam-se mesmo imperiosas.

O Plano de Acção Política, tornado público pelo Conselho da Revolução no final da última semana, insere-se no agravamento do conflito que opõe em Portugal as forças interessadas na defesa do processo revolucionário e as que procuram entravá-lo, recorrendo aos meios mais obscuros e desleais.

Em particular, a definição de socialismo, como opção do MFA, assesta um golpe mortal nas esperanças da burguesia interna e internacional e de todos os que, sob a capa dos mais libertários e democráticos «socialismos», sonham com o regresso dos monopólios e com a manutenção em Portugal do sistema de exploração capitalista.

O modelo de socialismo que o MFA, através do seu órgão mais qualificado, aponta à Revolução portuguesa, corresponde, no essencial, aos interesses, aspirações e objectivos das classes trabalhadoras e do Povo Português, afirmados em dezenas de anos de luta contra o fascismo: uma sociedade sem classes obtida pela colectivização dos meios de produção, eliminando todas as formas de exploração do homem pelo homem. A «tensão de forças» e a «visão aguda» têm aqui expressão concreta.

Tensão de forças significa para a vanguarda revolucionária estar atenta e vigilante às manobras do inimigo, ter preparados e operativos os meios de resposta adequados aos ataques da reacção, quaisquer que sejam as suas formas, e saber mobilizá-los com presteza no momento apropriado.

Uma visão aguda significa não perder o rumo na multidão de escolhos e confusões semeados no caminho revolucionário pelos agentes da contra-revolução. Significa, fundamentalmente, definir com clareza os objectivos da Revolução e as formas de os atingir; as forças realmente interessadas em os alcançar e as que fingem integrar-se no processo para o desviar num sentido de classe contrário aos interesses do povo.

O objectivo fundamental está definido no Plano de Acção Política do Conselho da Revolução: a construção de uma sociedade socialista, ou seja: uma sociedade sem classes, obtida pela colectivização dos meios de produção, eliminando todas as formas de exploração do homem pelo homem.

A via escolhida para este objectivo é a via pluralista.

///

Sobre este conceito de pluralismo, convém fazer alguns necessários esclarecimentos. É que, da mesma forma que muitos falam de «socialismo» sem falar da mesma coisa, também o conceito de pluralismo é tão elástico quantos os critérios políticos e de classe das forças que de uma forma ou de outra intervêm no processo revolucionário.

A via pluralista, mais uma vez reafirmada pelo MFA, agora neste seu Plano de Acção Política — que é uma verdadeira plataforma de acção à volta da qual se devem unir todos quantos estejam dispostos a trabalhar para a construção de um Portugal democrático e de uma sociedade socialista — a via pluralista, dizíamos, é um conceito indissociável do actual processo revolucionário português. É um pluralismo socialista e não a coexistência indefinida, impossível, nos órgãos de poder revolucionário, de forças defensoras de sistemas sociais antagónicos.

O pluripartidarismo é, também, como se sabe, uma forma de domínio da burguesia, sempre que não estejam em perigo os seus interesses de classe. Quando o regime de partidos ameaça esse domínio, então a classe dirigente, pela força, suprime as liberdades democráticas burguesas,

prolbe a existência dos partidos e instaura a ditadura de classe na sua forma mais brutal — o fascismo.

O nosso povo não precisa ser leccionado sobre estas duas formas de domínio de classe da burguesia, pois as sofreu durante longos anos.

O pluralismo que se inscreve no Plano de Acção Política do MFA não é um pluralismo burguês, mas uma via que «compreende a coexistência, na teoria e na prática, de várias formas e concepções de construção da sociedade socialista». (O sublinhado é nosso.)

O PCP ao contrário das versões caluniadoras que lhe são atribuídas por inimigos e detractores, anticomunistas empedernidos, sempre admitiu como uma das vias possíveis para o socialismo o pluripartidarismo. No Programa aprovado pelo VI Congresso, em 1965, dizíamos, que a construção do socialismo «pode assumir várias formas e particularidades diversas, segundo as condições em cada país. Pode exercer-se com um sistema pluripartidário ou a existência de organizações políticas de unidade das forças sociais revolucionárias». Estas disposições foram integralmente mantidas no Programa aprovado no VI Congresso (Extraordinário) de Outubro de 1974.

O PCP sempre defendeu, após o movimento vitorioso de 25 de Abril, que estava disposto a cooperar com todos os partidos democráticos, verdadeiramente interessados no processo revolucionário não só para hoje, mas também para amanhã.

A política irracional de alguns partidos da coligação está quase a comprometer a via pluralista para o socialismo. Mesmo assim, apesar dos ataques e calúnias que têm sido bolsados contra os comunistas portugueses, o PCP considera ainda possível a cooperação entre os partidos. No comunicado inserto noutro lugar, a Comissão Política do CC do PCP apoia o Conselho da Revolução quando salienta o carácter unitário do Governo Provisório e a necessidade do seu funcionamento eficiente. Para isso, é indispensável uma urgente viragem nas relações entre os partidos da coligação, no sentido de uma «cooperação efectiva ao nível do Governo e ao nível da actividade de massas».

É a actuação objectivamente antiunitária de alguns partidos da coligação que está, de facto, a comprometer a via pluripartidária para o socialismo.

///

A forma como o caso «República» está a ser utilizado não só para dividir as forças democráticas, em Portugal, e na própria Europa capitalista, não serve, de forma alguma, a causa do pluralismo socialista. É uma coisa por demais sabida que o caso «República» se insere na luta dos trabalhadores pela liberdade de informação e que o PCP não tem a mínima interferência no conflito que opõe os trabalhadores ao director e à redacção do jornal.

É uma calúnia, sem qualquer base, que o PCP tenha organizado o assalto aos meios de Informação. Agora que a direcção da «República» tenha decidido publicar nas páginas do «Quotidien de Paris», a versão francesa do «Caso do Jornal República», o qual insere um documento falso de uma ponta a outra como emanado do Partido Comunista da União Soviética, assinado por Ponomarev com ordens para «açarimar a Imprensa não comunista» é mais uma obstaculização à viabilidade prática do pluralismo socialista. O uso desta fraude política, independentemente do seu tratamento judicial, é uma manifestação de divisionismo autêntico, profundamente prejudicial ao processo revolucionário português.

///

O reconhecimento pelo Conselho da Revolução do papel dos partidos «que pelo seu programa e práticas políticas, demonstrem um interesse real na adopção e concretização das medidas objectivas que a via de transição para o socialismo exige» reforça a importância da conjugação de esforços tendentes à dinamização das duas componentes motoras do processo revolucionário. Principalmente na organização e dinamização do movimento popular de massas, os partidos verdadeiramente interessados no processo poderão dar um contributo insubstituível ao robustecimento da aliança entre o movimento popular de massas e o MFA.

O exercício desse papel, a sua plena eficiência, só serão atingidos desde que — como justamente se salienta no

Plano de Acção Política — «os processos eleitorais que se desenvolverão durante o período de transição, se integrem conscientemente dentro do processo revolucionário, não se admitindo que venham a constituir um obstáculo».

O que se está a passar na Assembleia Constituinte ilustra como a continuação das práticas eleitoralistas pode marginalizar o trabalho de elaboração da Constituição, objectivo exclusivo da Assembleia, de todo o processo revolucionário.

A ampliação do período de «antes da ordem do dia» para questões que claramente transcendem as atribuições da Constituinte — e que o afã dos requerimentos pedidos por muitos deputados do PS e do PPD, mostra o que vai ser o uso daquele período — é mais um indicativo da inconciliabilidade entre o eleitoralismo e o processo revolucionário.

A Plataforma constitucional assinada entre os partidos políticos da coligação e o MFA está já na prática a ser infligida e ameaça tornar-se letra morta para os partidos maioritários da Assembleia Constituinte, com todas as suas incidências e consequências.

///

O desenvolvimento do processo revolucionário através da organização e dinamização das suas duas componentes motoras passa hoje pelas tarefas prioritárias do desenvolvimento económico.

Superar a grave crise económica em que se debate o País é, neste momento, uma questão vital para a Revolução portuguesa. O quadro esboçado no Plano de Acção Política quanto à situação económica exige medidas audaciosas na liquidação de certas estruturas herdadas do regime anterior. A estrutura capitalista não pode mais assegurar qualquer hipótese de superação da crise.

Só uma transformação profunda no domínio dos meios de produção pode garantir, a médio prazo, o arranque para uma situação nova, mais desafogada. O grande capital estrangeiro leva a cabo uma vasta operação sabotadora contra a economia portuguesa. No seio dos países capitalistas mais desenvolvidos mina a maior crise económica de 1929/32 e nós dependemos, ainda, largamente, do mercado externo, cujos preços não controlamos, para o abastecimento de produtos essenciais.

Nenhuma possibilidade de desenvolvimento económico haverá se as classes trabalhadoras não assumirem, cada vez mais, um papel consciente e dirigente. A participação dirigente dos trabalhadores em todo o processo produtivo deve resultar de dois movimentos convergentes: a acção organizada dos trabalhadores, a sua crescente capacitação revolucionária e conhecimento concreto das situações e uma progressiva política de democratização da acção do Estado no sentido de abrir à classe operária e aos outros trabalhadores uma participação responsável em todo o processo. O saneamento do aparelho de Estado, a desburocratização dos serviços, a colocação cada vez mais audaciosa dos trabalhadores mais aptos e devotados à revolução em postos dirigentes, abrirão o caminho a formas novas de gestão da economia nesta etapa de transição.

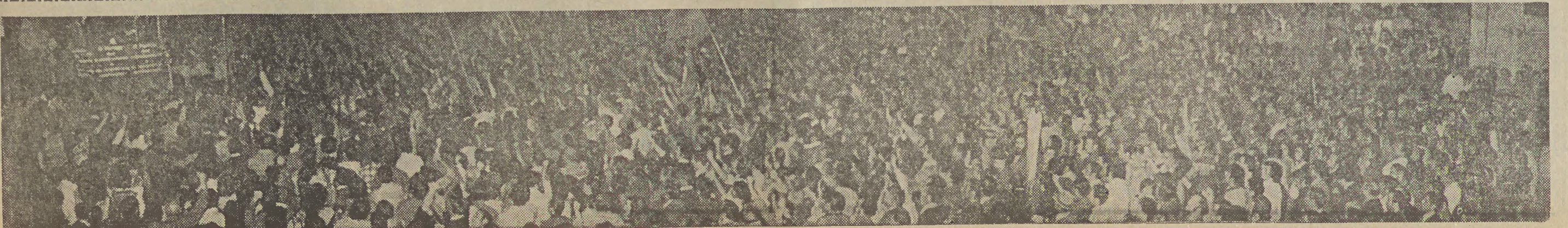
O Plano de Acção Política do MFA é omissivo quanto à Reforma Agrária. É uma omissão certamente formal, pois a Reforma Agrária tem estado na dinâmica do Processo Revolucionário, impulsionada também pelo próprio MFA. Hoje, um amplo movimento está a transformar a fisionomia agrária do Sul do País e a liquidação do latifúndio é essencial para acabar com a miséria nos campos e o atraso da produção agrícola nacional. Quando se fala em reduzir as importações de produtos alimentares, está implícito o aumento imediato da nossa produção agropecuária nos novos moldes de exploração colectiva que desponta no Alentejo e no Ribatejo.

///

O Plano de Acção Política abre o caminho às grandes soluções políticas, económicas e sociais que o Portugal novo reclama. O êxito deste Plano dependerá do fortalecimento da aliança entre o movimento popular e o MFA, na criação de um movimento organizado de massas que abarque o conjunto de vida do povo e do País.

É a classe operária que caberá em todo este processo um papel de vanguarda. O Povo Português espera dos trabalhadores da cidade e do campo a resposta revolucionária para as grandes transformações históricas de Portugal.

O Plano de Acção Política do MFA e o processo revolucionário





NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

1. O comunicado do Conselho Superior da Revolução divulgado na manhã de 21 de Junho constitui uma definição dos grandes objectivos e tarefas da Revolução portuguesa na actual etapa e no seu ulterior desenvolvimento.

As grandes linhas da orientação traçada correspondem, no essencial, aos interesses, aspirações e objectivos das classes trabalhadoras e do povo português em geral. As forças democráticas e progressistas encontram no Comunicado definições programáticas e uma plataforma de acção em torno da qual se devem unir todos quantos estão dispostos a lutar e trabalhar para a construção de um Portugal democrático e de uma sociedade socialista.

2. O PCP sublinha, pela sua importância transcendente, alguns dos princípios e objectivos definidos no Comunicado do Conselho da Revolução, designadamente: a) a definição, como objectivo da revolução portuguesa, da construção de uma sociedade socialista, sociedade sem classes, obtida pela colectivização dos meios de produção e eliminando a exploração do homem pelo homem; b) a reafirmação de um regime onde sejam reconhecidas as liberdades democráticas incluindo a de formação e actividade de partidos políticos cujo importante papel é reconhecido; c) a reafirmação da aliança do MFA com o movimento popular, traduzida quer em coligações com partidos, quer com a cooperação com organizações populares unitárias de base; d) a insistência na necessidade do rigoroso cumprimento do acordo firmado entre partidos políticos e o MFA e na definição, como tarefa exclusiva da Assembleia Constituinte, a elaboração da nova Constituição; e) a afirmação de que o processo eleitoral se deve integrar no processo revolucionário e não constituir um obstáculo a este; f) a necessidade do reforço da construção de um novo aparelho do Estado, da autoridade revolucionária e das medidas firmes contra actividades contra-revolucionárias e contra manifestações de esquerdismo pseudo-revolucionário; g) a definição duma política económica visando a liquidação do capitalismo e a construção do socialismo e tendo em conta as dificuldades conjunturais, terá a sua aplicação baseada fundamentalmente no trabalho criador, na consciência política e no espírito de sacrifício das classes trabalhadoras.

Estes e outros princípios definidos no Comunicado constituem a partir de hoje uma plataforma válida (a ser ulteriormente aprofundada) da aliança do movimento popular com o MFA.

É na aplicação destes princípios que as diversas forças políticas demonstrarão na prática a sua participação no processo revolucionário.

3. O Conselho da Revolução salienta justamente o carácter unitário do Governo Provisório e a necessidade do seu funcionamento eficiente.

O PCP sublinha que para o Governo Provisório de coligação possa ser viável, definindo e levando à prática uma política correcta dentro das linhas de orientação definidas pelo Conselho da Revolução, torna-se indispensável que os partidos da coligação façam com urgência uma viragem nas suas relações, examinando as possibilidades de cooperação efectiva ao nível do Governo e ao nível da actividade de massas.

Se não for levada a cabo uma tal viragem, a coligação governamental tornar-se-á inoperante em resultado das suas contradições internas e acabará por ter de considerar-se inviável.

As campanhas desenvolvidas por partidos da coligação contra o curso revolucionário, o seu violento anti-comunismo, a sua cooperação com sectores reacçãoários, as suas campanhas de desinformação no estrangeiro contra o novo Portugal democrático, tornam muito grave a situação criada e muito complexa uma modificação das relações entre os partidos.

Considerando que tal modificação é porém indispensável para o prosseguimento da coligação e com vistas a tentar ainda a sua viabilidade, o PCP propõe no imediato, que os partidos da coligação:

- 1.º — Suspendam os ataques recíprocos, sem prejuízo da exposição de pontos de vista diferentes e mesmo divergentes;
- 2.º — Examinem em encontros bilaterais ou multilaterais as possibilidades de cooperação;
- 3.º — Dêem indicações às respectivas organizações e militantes para que desde já e sem esperarem acordo ao nível das direcções considerem no âmbito da sua actividade as possibilidades de cooperação da aplicação da política definida pelo Conselho da Revolução e pelo Governo Provisório.

Se os partidos não forem capazes de um entendimento na base das linhas gerais da plataforma constante no Comunicado do Conselho da Revolução será inevitável, dentro de um prazo mais ou menos curto, a substituição do actual sistema de alianças e coligações, por outro que garanta a mais eficiente condução da política da Revolução portuguesa, na construção de um regime democrático e de uma sociedade socialista.

4.ª A aliança do movimento popular com o MFA é o motor da revolução. Além dos partidos políticos, pertencam ou não à coligação, outras formas de organização do movimento popular desempenham papel cada vez mais importante no processo revolucionário.

O PCP insiste na necessidade de reforçar rapidamente e impetuosamente as formas de organização unitária dos trabalhadores e de todas as classes e camadas da população interessadas na liquidação dos monopólios e dos latifúndios e nas transformações profundas da economia e da sociedade portuguesa, rumo ao socialismo.

O PCP salienta uma vez mais a necessidade de isolar e combater as forças e os elementos reacçãoários, os pseudo-revolucionários, os divisionistas e desagregadores, todos quantos se oponham à realização dos grandes objectivos da actual etapa da revolução.

O esforço para a unidade e a cooperação entre todos os portugueses interessados no processo revolucionário não deve esperar pelo estabelecimento de entendimentos e acordos entre as direcções dos partidos. Nos sindicatos, nas ligas de pequenos e médios agricultores, nas organizações de massas, nos locais de trabalho, nas escolas, nas autarquias, em toda a parte, o prosseguimento e o êxito da revolução exigem a aproximação, o entendimento e a acção comum.

As novas tarefas que o processo revolucionário vai colocando obrigam, a par de formas já provadas de organização, como comissões de trabalhadores, comissões sindicais e outras a novas formas de organização popular. O PCP sublinha a importância que, no momento actual, tem o desenvolvimento de uma ampla base unitária, comissões de moradores, comissões de «controlo» operário, de reconversão industrial de vigilância, de defesa da revolução, de defesa de interesses locais, assim como assembleias populares locais e regionais.

A acção comum tem de exercer-se com objectivos concretos em defesa das vitórias alcançadas desde o 25 de Abril, na luta contra a reacção, na realização das tarefas colocadas pelas medidas revolucionárias já adoptadas e pela política revolucionária definida: as nacionalizações, a reforma agrária, a batalha da produção, o «controlo» operário, a criação de um Estado democrático, a realização até ao fim da descolonização.

A revolução portuguesa tem bastante força para fazer frente com êxito à reacção interna e para levar por diante a realização dos seus objectivos.

Inteiramente ao serviço da revolução, o PCP continuará consagrando as suas energias ao desenvolvimento da unidade do povo e da sua aliança com o MFA, na defesa das liberdades e da independência nacional, na construção de um regime democrático a caminho do socialismo.

22 de Junho de 1975.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português



SOBRE AS MANIFESTAÇÕES NO PATRIARCADO

1. A luta que os trabalhadores da Rádio Renascença têm conduzido por algumas justas reivindicações profissionais não tem encontrado por parte da hierarquia da Igreja qualquer perspectiva de solução — é uma luta que se tem prolongado e ultimamente agudizado.

As reivindicações profissionais defendidas por aqueles trabalhadores não devem ser confundidas com qualquer questão religiosa mas existem forças que se mostram interessadas em criar e alimentar tal confusão.

2. As manifestações e contramanifestações que fo-

ram organizadas para junto do Patriarcado não contribuem em nada para a solução dos problemas existentes. A sua realização e local escolhido não podem deixar de levantar as mais fortes reservas quanto aos verdadeiros objectivos que se pretendem.

Os que orientam tais manifestações e contramanifestações estão motivando tensões que servem objectivamente o interesse da reacção. Os inimigos do processo revolucionário, quer no campo interno quer no campo externo, aproveitarão estes acontecimentos para as suas acusações e especulações políticas.

3. O PCP sempre tem defendido e continua a defender a liberdade religiosa. Por isso condena todos os actos e atitudes que representem uma ofensa aos sentimentos religiosos do nosso povo. O PCP considera que não existe no nosso país uma questão religiosa e que importa desmarcar todas as acções que pretendam criá-la ou que especulem sobre ela.

O PCP regista com preocupação que na recente nota pastoral dos bispos é clara uma intromissão negativa na actual situação política, o que só poderá agudizar as dificuldades existentes.

O PCP apela para todas as forças interessadas no processo revolucionário que não se deixem envolver em manobras que servem a reacção como as que estão tendo lugar junto do Patriarcado, e antes contribuam para que se encontre uma solução que respeitando os interesses dos trabalhadores não constitua um motivo de divisão e não forneça pretextos aos que desejam suscitar qualquer questão religiosa no País.

19 de Junho de 1975

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

ÁLVARO CUNHAL EM COIMBRA

«NEM SOCIALISMO SEM LIBERDADE NEM LIBERDADE SEM SOCIALISMO — QUEREMOS AS DUAS COISAS»

Monopólios e liberdades são incompatíveis em Portugal. — declarou o camarada Álvaro Cunhal durante a sessão de esclarecimento efectuada no sábado em Coimbra e a que assistiram cerca de cinco mil pessoas.

Referindo-se à campanha de desinformação que tem circulado nos últimos dias, dentro e fora do País, campanha que naturalmente tem como objectivo servir as forças reacçãoárias e dificultar o caminho para a democracia e o socialismo, o camarada Álvaro Cunhal sublinhou que o Portugal que os comunistas querem construir deve ter duas características essenciais: amplas liberdades democráticas, incluindo a liberdade de Imprensa, a liberdade religiosa e a liberdade de formação e actividade dos partidos políticos, e profundas reformas da nossa economia e da nossa sociedade que permitam encaminhar-nos para a construção de uma sociedade socialista, uma sociedade de onde seja completamente excluída a exploração do homem pelo homem.

E, acrescentou:

É evidente que este processo político encontra resistência dos monopólios, dos grandes agrários e todas aquelas forças do capital e da reacção que querem manter os seus privilégios, mas a revolução portuguesa desde o 25 de Abril deu grandes passos adiante e enveredou decididamente pelo caminho de um Portugal democrático, de um Portugal socialista.

Recordou, depois, que esta opção socialista, tanto do MFA como de certas forças progressistas, é contrariada por forças reacçãoárias e conservadoras, e

não apenas por aquelas que têm o nome de reacçãoárias e conservadoras, mas mesmo por forças que se afirmam progressistas, mesmo por forças que se afirmam revolucionárias e ultra-revolucionárias.

As dificuldades reais que a revolução portuguesa enfrenta foi outro dos pontos focados pelo camarada Álvaro Cunhal que salientou a contradição que existe entre o processo revolucionário, que assenta numa dinâmica de força, e o processo eleitoral e eleitoralista que se desenvolve segundo os métodos, os hábitos e até os vícios das democracias burguesas, exemplificando com casos em que a demagogia na caça ao voto facilita alianças sem princípios. Mais

O camarada Álvaro Cunhal afirmou a dada altura:

Não queremos socialismo sem liberdade, nem liberdade sem socialismo, queremos as duas coisas, acrescentando que no nosso País existem forças capazes de avançar nesse sentido, forças essas que assentam fundamentalmente na aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas. A este respeito salientou a importância da unidade, afirmando:

Se conseguirmos nas empresas, nos sindicatos e em todos os locais de trabalho, nas cidades e nas aldeias, nos campos, unir, no fundamental, as massas populares e se ao mesmo tempo o MFA conseguir manter a

Relativamente às posições assumidas pelo Partido Comunista italiano, o camarada Álvaro Cunhal elucidou:

Nós compreendemos bem que os nossos camaradas italianos estejam interessados em ter bons resultados nas eleições e é com profunda alegria e satisfação que nós vimos o Partido Comunista italiano aumentar 5 por cento dos votos nas últimas eleições passando para mais de um terço do eleitorado. Aproveito a ocasião para daqui dar os parabéns aos nossos camaradas italianos pela sua vitória. Quanto à nossa luta, quando no 11 de Março o nosso Partido e as forças populares conseguiram fazer recuar as forças reacçãoárias, gostaríamos bem de ter recebido, e era legítimo esperar receber, as saudações dos nossos camaradas italianos, mas o que recebemos foi a sua crítica e a sua censura.

Os acontecimentos de um país podem influir nos acontecimentos de outro. Naturalmente que aquilo que nós podemos dizer, nós os comunistas portugueses, não vai influir muito nos acontecimentos na Itália. Mas podemos admitir que influa um bocadinho, um bocadinho que seja, e o nosso respeito foi tanto pela situação em Itália, pelos interesses da classe operária e dos comunistas italianos, que embora entendêssemos que na primeira altura teríamos de responder a determinadas opiniões que eles manifestaram, esperámos que tivessem lugar as eleições para que o PCI tirasse o resultado para depois falarmos e criticarmos, para de nenhuma forma influirmos de maneira negativa nos resultados das eleições, que queríamos fossem muito positivos para os nossos camaradas italianos.

Gostaríamos que houvesse o mesmo cuidado da parte dos nossos camaradas quando se pronunciam sobre as questões portuguesas sem medirem os efeitos das suas palavras na situação interna em Portugal, sem medirem que algumas das suas palavras vão estimular não as forças da revolução mas precisamente aqueles que estão a contrariar o processo revolucionário.

Há pouco saudámos a vitória eleitoral dos camaradas italianos mas queremos acrescentar: se a posição que eles tomaram em relação a Portugal lhes deu um ou meio por cento de votos, os meus aplausos não vão para esse um ou meio por cento de votos que obtiveram à custa de prejuízos para a nossa revolução.



A sessão de esclarecimento em Coimbra teve grande participação

a sua unidade, a sua coesão e a sua determinação, podemos estar seguros que no nosso País, internamente, não há forças reacçãoárias capazes de impedir a marcha para a democracia e o socialismo.

Respondendo às numerosas perguntas que lhe foram feitas, o secretário-geral do nosso Partido, no que se refere à possibilidade de assegurar o caminho para o socialismo e construí-lo com amplas liberdades, disse:

Podemos dizer que isso depende mais dos inimigos da revolução do que das forças revolucionárias. Se o inimigo usar as liberdades para liquidar as mesmas liberdades e o próprio processo da revolução pode acontecer (como aconteceu com o Partido do Progresso, o Partido Liberal, o Movimento Federalista e com outros) que tenham de ser tomadas medidas limitativas das liberdades para aqueles que assim procedam. O caminho escolhido é contraditório e perigoso, mas pensamos que se deve fazer tudo para que possamos abrir a via para o socialismo nas mais amplas liberdades.



O camarada Álvaro Cunhal no novo Centro de Trabalho da Figueira da Foz

A reacção espanhola ao boato de que o prédio agora transformado em Centro de Trabalho tinha sido «ocupado anarquicamente» pelos nossos militantes. Pura mentira: tratou-se de uma ocupação legal, visto que previamente foram contactadas as entidades civis e militares do distrito.

Na simples e informal mas bem significativa cerimónia inaugural usaram da palavra o camarada Álvaro Cunhal e camaradas das organizações locais do PCP. Para os militantes e amigos do Partido do conchelo foi um dia de festa — um dia de festa a que se seguirão esforços redobrados, no trabalho quotidiano, para a melhoria da organização do nosso Partido e para o empenhamento total dos comunistas na construção do socialismo.

AS EDIÇÕES «AVANTE!» NA FEIRA DO LIVRO

TODOS OS DIAS UM LIVRO DO DIA

QUINTA-FEIRA — DIA 26/6	
OBRAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES	60\$00
SEXTA-FEIRA — DIA 27/6	
ATÉ AMANHÃ, CAMARADAS	60\$00
SÁBADO — DIA 28/6	
DISCURSOS POLÍTICOS	60\$00
DOMÍNGO — DIA 29/6	
DOCUMENTOS 65/74	72\$00
SEGUNDA-FEIRA — DIA 30/6	
RUMO A VITÓRIA	39\$00
TERÇA-FEIRA — DIA 1/7	
28 DE SETEMBRO	24\$00
QUARTA-FEIRA — DIA 2/7	
A DEFESA ACUSA	30\$00



A camarada Margarida Tengarrinha no uso da palavra

JOSÉ DIAS COELHO EVOCADO EM ALCÂNTARA

A figura de José Dias Coelho foi evocada na passagem do seu aniversário natalício no passado dia 19. Cerca de duzentos camaradas e amigos seus estiveram presentes no local onde a PIDE o assassinou, na antiga Rua da Creche, em Alcântara, e que tem agora o nome daquele militante comunista.

A homenagem foi promovida,

do Centro de Trabalho de Alcântara, recordando que hoje a luta «trava-se em condições diversas daquelas em que lutou e morreu o nosso camarada», salientando ser «a abnegação e a firmeza revolucionária que na actual situação constituem o mais precioso legado de José Dias Coelho». E afirmou ao terminar: «A maior homenagem

gação de distinguir aqueles de entre nós que foram os verdadeiros heróis da batalha levada a cabo contra o fascismo».

Os presentes dirigiram-se então para o Centro de Trabalho de Alcântara onde foi inaugurada uma sala dedicada a José Dias Coelho e que se encontrava decorada com uma grande fotografia do ar-

único caminho que conduz à paz, ao progresso e à liberdade.

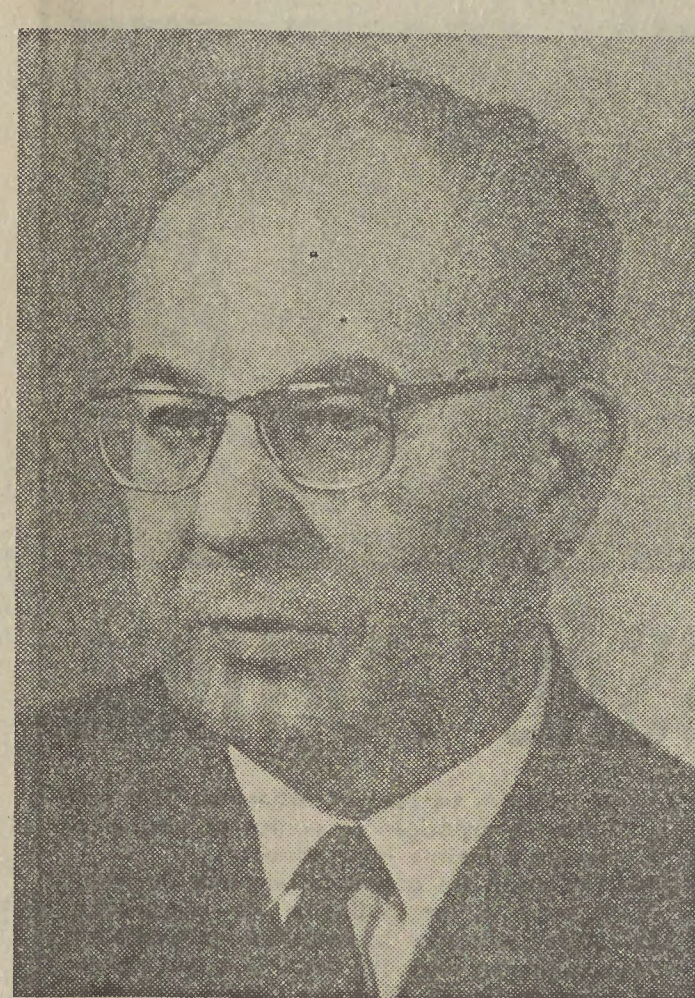
Neste caminho árduo, que exige vigilância e trabalho revolucionários, a UJC tem sido um agente de mobilização e organização de cada vez mais vastas camadas da juventude portuguesa. Começou também já a ser um instrumento da prática da aliança entre operários e camponeses através de experiências de trabalho em cooperativas de produção agrícola, e propõe-se agora singrar ainda mais nesta prática com a realização das Jornadas de Trabalho.

Hoje como ontem, a Juventude Comunista, na vanguarda da juventude portuguesa, incentiva ao trabalho revolucionário. No momento actual, a batalha da produção constitui um elemento essencial deste trabalho revolucionário. A UJC considera que o trabalho no avanço do processo revolucionário tem de corresponder à nova situação. É como resposta dinâmica entusiástica, que a juventude se lançou por todo o País, de 1 a 15 de Agosto, contribuindo com a força dos seus braços moços para a batalha da produção, forjando a unidade indissolúvel entre operários, estudantes e camponeses, sementeira edificante do novo Portugal.

Quanto queiram participar nesta grandiosa iniciativa deverão contactar com a Comissão Executiva da UJC, na Av. Duque de Loulé, 111, 1.º, em Lisboa. Urge que a juventude demonstre na prática de todos os dias, com o seu trabalho criador, que está com os ideais revolucionários e que se propõe activa e construtivamente à sua concretização.

OS COMUNISTAS NA VANGUARDA DA DEFESA DOS INTERESSES POPULARES

Em Vale da Pedra, a Comissão Local do Partido, desempenhando para o efeito as funções de Comissão de Moradores, tomou a seu cargo a realização de uma velha aspiração da população local — a construção de um fontanário. Em três dias, cerca de trinta militantes do PCP resolveram o problema. E em



O camarada Gustav Husak

UM GRANDE REVOLUCIONÁRIO NA PRESIDÊNCIA DA CHECOSLOVÁQUIA

O camarada Gustav Husak foi eleito recentemente presidente da República Socialista da Checoslováquia, cargo que passa a acumular com o de primeiro-secretário do Comité Central do PCCH.

Essa decisão traduziu o apreço do povo checoslovaco pelas extraordinárias qualidades reveladas ao longo dos últimos 40 anos pelo camarada Husak como combatente

pela liberdade e pelo socialismo, como reorganizador do Partido e como homem de Estado.

Tendo desempenhado um grande papel na luta contra os invasores nazis, particularmente durante a insurreição nas montanhas, o camarada Husak, que já desempenhava altos cargos no Partido Comunista da Eslováquia, teve uma participação destacada nas jornadas vitoriosas de 1948, e no ano seguinte foi eleito membro do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia.

Em 1968 contribuiu activamente para a solução da profunda crise provocada por manobras contra-revolucionárias de forças anti-socialistas e para impor o caminho marxista-leninista, que foi ratificado pelo CC do PCCH em Abril de 1969.

Associando-se ao ídolo do povo da Checoslováquia pela eleição do camarada Husak para a Presidência da República, o «Avante!» saluda a pessoa do grande patriota e revolucionário do campo socialista as notáveis conquistas realizadas pelos trabalhadores e pelo partido irmão daquele país na construção de uma sociedade socialista cada vez mais avançada em todos os domínios da economia, da ciência e da cultura.

A SITUAÇÃO NO HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM DENUNCIADA PELA CÉLULA DO PCP

A célula do nosso Partido no Hospital Distrital de Santarém alerta a população para graves irregularidades que se verificam neste estabelecimento de saúde, onde a especulação e o oportunismo andam à solta, sem que até ao momento se registem inter-

«UEC»: PRIMEIRO ANO DE PUBLICAÇÃO LEGAL

O «UEC», órgão central da União dos Estudantes Comunistas, faz este mês um ano de publicação legal. Um ano que corresponde à continuidade do seu papel de agitador e organizador colectivo das lutas estudantis em novos moldes. Um ano frutuoso de experiência revolucionária e de mais profunda implantação nas massas estudantis através de um intenso trabalho ideológico, particularmente necessário nos meios estudantis em que proliferam tendências radicalistas pequeno-burguesas.

Na crítica, na denúncia, na orientação da actualização imposta pelas necessidades do processo revolucionário, o «UEC» tem sido uma força activa, agindo em termos de exemplar espírito colectivo.

Deste primeiro ano de actividade legal do nosso camarada de Imprensa, extrai-se a certeza de que cada novo aniversário será melhor porque revelará um cada vez mais forte enraizamento nas massas estudantis, das quais os jovens comunistas são a vanguarda revolucionária, uma actualização cada vez mais dinâmica, impulsionando o ritmo do processo revolucionário, no qual os estudantes têm um importante papel a desempenhar.

venções no sentido de normalizar a situação. Apontam os nossos camaradas alguns factos que evidenciam as anomalias detectadas: Utilização de dinheiros dos doentes, caso de pagamentos de horas extraordinárias quando se está de férias, atrasos não justificados na elaboração das contas da gerência, quando era hábito esta ser realizada nos primeiros dois meses do ano; não comparência a tempo e horas de empregados com responsabilidades, que, para além dos atrasos, não desenvolvem qualquer actividade durante grande parte do seu dia de trabalho (?) e isto quando não aproveitam parte do mesmo dia de trabalho para realizar biscoitos ganhando por dois lados e prejudicando todo o serviço do hospital.

A célula do nosso Partido chama ainda a atenção para o facto de elementos do hospital realizarem trabalhos para a Misericórdia, o que prejudica o bom funcionamento dos serviços, alerta para o desinteresse manifestado pelos representantes sindicais face aos problemas e para a inoperância da comissão de trabalhadores, que não é suficientemente ampla nem representativa. Também o desaparecimento de materiais e a ausência de qualquer «controlo» de produtos valiosos entrados e saídos, assim como o processo de pagamento e de saída condicionada dos doentes são aspectos denunciados pelos nossos camaradas, que manifestam a sua viva estranheza perante o facto de a Direcção-Geral de Saúde e o Ministério dos Assuntos Sociais não actuarem, apesar de lhes ter sido entregue um conjunto de protestos sobre a situação verificada no hospital.

A célula do nosso Partido termina o seu comunicado à população reafirmando que a vigilância revolucionária dos trabalhadores e o avanço da sua consciencialização resolverão os entraves postos à Revolução Portuguesa pelos elementos reacçãoários de vários matizes.

ESTUDANTES E OPERÁRIOS — UMA MESMA LUTA

Na batalha da produção. Na sua maioria alunos do 1.º ano, os 40 estudantes que se reuniram naquelas instalações fabris da Amadora correspondiam a uma iniciativa da União dos Estudantes Comunistas.

Iniciaram o seu trabalho às 8 horas da manhã e, até às 5 da tarde, multiplicaram-se na

limpeza dos aparelhos de produção, tarefa que já não era cumprida há meses, por total impossibilidade dos operários da fábrica, ocupados em trabalhos especializados.

Entretanto os operários da COMETNA puderam, devido a esta iniciativa dos estudantes, ter o seu primeiro fim-de-semana livre, pelo que, na fábrica, ao lado dos estudantes, se encontravam apenas os piquetes de segurança da COMETNA, que se encontra em regime de «controlo» operário.

A solidariedade estudantil com o povo trabalhador teve, assim, uma importante etapa na COMETNA: e as primeiras oito horas de trabalho que aqueles 40 estudantes do 1.º ano cumpriram numa fábrica, longe de os afastar do serviço cívico estudantil, serviu-lhes de amplo incentivo para novas tarefas, no quadro do reforço da aliança dos trabalhadores intelectuais com os trabalhadores manuais.

E a batalha da produção que está em marcha, é o fim da exploração do homem pelo homem que se está a erguer, é a construção de uma sociedade sem classes que se está a forjar.

De salientar que este grupo de estudantes formam, desde o passado mês de Fevereiro, as «Brigadas Voluntárias», tendo já realizado múltiplas tarefas de reparação de escolas, muros, limpeza de instalações escolares, construção de uma creche e centro de ocupação de tempos livres para crianças em Alêg. Tudo isto, enquanto aguardam a concretização do serviço cívico estudantil.

Estes quarenta estudantes que no passado sábado trabalharam na COMETNA deram provas de uma atitude consequente com a actual fase do processo revolucionário português. A solidariedade estudantil com o povo trabalhador não é uma palavra vã, mas uma acção verdadeiramente revolucionária.

NOTÍCIAS BREVES

● A Célula das Agências de Viagens, Navegação e Transítários do nosso Partido promove, no próximo domingo, uma excursão de convívio à Lagoa de St. André, no intuito de cimentar ainda mais a amizade e unidade entre todos os camaradas. Haverá jogos, merenda, baile, canto livre e o mais que a imaginação do momento ordenar.

● Em Évora o PCP tem o seu pavilhão na feira anual. Num dos sectores do pavilhão há painéis dedicados à actividade clandestina do nosso Partido em «50 anos de luta», com exposição do «Avante!», do «Camponês» e de outros materiais editados sob o fascismo. Painéis como os da UEC e da UJC ilustram o que tem sido a actividade dos comunistas desde que a liberdade foi conquistada. Na banca da Editorial Avante vendem-se as nossas últimas publicações. O outro sector do pavilhão é uma sala onde se projectam filmes. O povo de Évora acolheu entusiasticamente esta iniciativa inédita da sua feira.

● No domingo, na aldeia de Borba, as comissões conceleiras do nosso Partido de Vila Viosa, Borba e Alandroal organizaram um piquenique. Nele e nos jogos, no baile e noutras realizações de convívio que preencheram todo o dia participaram mais de 300 pessoas.

UMA INICIATIVA DOS CAMARADAS DO TORRÃO

O Centro de Trabalho do nosso Partido no Torrão, Alentejo, promove uma iniciativa exemplar e de grande significado político. Trata-se de uma jornada de trabalho, a realizar no próximo dia 28, cujo objectivo é auxiliar, nas colheitas, gratuitamente com um dia de mão-de-obra, os pequenos agricultores do Torrão que provem não ter possibilidades para pagar as jornas actuais.

Esta iniciativa inscreve-se na batalha da produção na qual se encontram empenhadas todas as forças verdadeiramente revolucionárias e patrióticas do nosso país. Com este auxílio gratuito evitar-se-á que fiquem colheitas por fazer em virtude da incapacidade económica de pequenos agricultores que o fascismo deixou numa difícil situação de sobrevivência. Por outro lado, esta realização dos nossos camaradas do Torrão demonstra como os comunistas estão na vanguarda dos trabalhadores, como pretendem forjar na prática a aliança entre a classe operária e o camponês, a qual constitui uma necessidade histórica da vitória de todos os processos revolucionários.

Os comunistas do Centro de Trabalho do Torrão apelam, pois, para os trabalhadores de todo o País no sentido de fazerem do próximo dia 28, no Torrão, uma magnífica prova de solidariedade entre trabalhadores da cidade e do campo, um exemplo revolucionário a frutificar.

A concentração realiza-se às 7 horas junto ao Centro de Trabalho do Torrão, de onde partirão para os campos, para, ombro a ombro, trabalhadores de diversos ramos de actividade, se encontrarem na mesma colheita. Colheita que não será apenas de cereais mas também de experiência e convívio revolucionários. À noite haverá um convívio de todos os trabalhadores no recinto do Palácio com canto livre e danças. Os camaradas do Torrão, confiantes na solidariedade dos trabalhadores, esperam que o dia 28 fique assinalado por uma grande jornada de trabalho pela Reforma Agrária, pelo Socialismo!

JORNADAS DE TRABALHO PROMOVIDAS PELA UJC

Num momento em que a batalha da produção se impõe como uma das tarefas revolucionárias prioritárias, a iniciativa da UJC ao promover as Jornadas de Trabalho Voluntário, de 1 a 15 de Agosto, é um índice do empenhamento da juventude na reconstrução do País na conquista da independência nacional.

Em todos os autênticos processos revolucionários, cujo ritmo é impulsionado pela vontade popular, a participação da juventude verifica-se de um modo crescente. Em Portugal, a juventude, cuja presença foi uma constante nas fileiras da resistência antifascista, desde o 25 de Abril que tem engrossado o magnífico exército popular em marcha pela vitória do processo revolucionário então encetado, que se foi progressivamente definindo em termos de opção socialista, o

único caminho que conduz à paz, ao progresso e à liberdade.

Neste caminho árduo, que exige vigilância e trabalho revolucionários, a UJC tem sido um agente de mobilização e organização de cada vez mais vastas camadas da juventude portuguesa. Começou também já a ser um instrumento da prática da aliança entre operários e camponeses através de experiências de trabalho em cooperativas de produção agrícola, e propõe-se agora singrar ainda mais nesta prática com a realização das Jornadas de Trabalho.

Essa decisão traduziu o apreço do povo checoslovaco pelas extraordinárias qualidades reveladas ao longo dos últimos 40 anos pelo camarada Husak como combatente

Tendo desempenhado um grande papel na luta contra os invasores nazis, particularmente durante a insurreição nas montanhas, o camarada Husak, que já desempenhava altos cargos no Partido Comunista da Eslováquia, teve uma participação destacada nas jornadas vitoriosas de 1948, e no ano seguinte foi eleito membro do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia.

Associando-se ao ídolo do povo da Checoslováquia pela eleição do camarada Husak para a Presidência da República, o «Avante!» saluda a pessoa do grande patriota e revolucionário do campo socialista as notáveis conquistas realizadas pelos trabalhadores e pelo partido irmão daquele país na construção de uma sociedade socialista cada vez mais avançada em todos os domínios da economia, da ciência e da cultura.



Um aspecto da assistência na homenagem a José Dias Coelho

da pelo Centro de Trabalho do nosso Partido em Alcântara e pelo Comité Dias Coelho e levou àquele local muitas pessoas que ornamentaram a placa evocativa da sua morte numa profusão de cravos vermelhos. Numa cerimónia breve falou primeiramente o camarada Lubriano Cos-

ta e outros motivos relacionados com a vida do militante comunista. Presidindo à sessão a camarada Margarida Tengarrinha, companheira de José Dias Coelho e membro do Comité Central do nosso Partido, recordou a abnegação com que aquele militante comunista assassinado pela PIDE se entregou à luta na defesa dos interesses dos trabalhadores, salientando contudo que o objectivo da homenagem é olhar para o futuro e não para o passado; construir o socialismo pelo qual Dias Coelho e tantos outros deram a vida.

Só dentro deste ponto de vista as homenagens podem ter sentido. Referindo-se depois à falta de vergonha de um certo clero reacçãoário que anda a fazer peditórios para os pides e que antigamente nunca se preocupou com os órfãos e as viúvas dos presos políticos nem tão-pouco com a situação destes, Margarida Tengarrinha declarou não ser possível esquecer os crimes do fascismo nem os braços que utilizava para os praticar — a PIDE — e muito menos esquecer a cabeça do fascismo — o grande capital monopolista — que tudo tem utilizado para impedir o avanço da Revolução em Portugal.

Encerrando a sessão e falando para a numerosa assistência que enchia por completo a sala do Centro de Trabalho de Alcântara, José Viana declarou que neste momento em que a luta se agudiza os artistas têm de olhar para o exemplo de José Dias Coelho no caminho que têm de seguir, irmanando-se com os interesses das classes trabalhadoras e procurando viver os seus problemas.

Respeitado um minuto de silêncio em homenagem a todos os que foram assassinados pela PIDE a assistência entoou a «Internacional».

José Adelino dos Santos No domingo, em Montemor-o-Novo, realizou-se uma homenagem ao cemitério local, em homenagem a José Adelino dos Santos militante comunista assassinado há 17 anos. Usou da palavra o camarada João Machado.

Na terça-feira, a memória e a militância de José Adelino dos Santos foram de novo evocadas numa sessão de esclarecimento realizada no Centro de Trabalho do nosso Partido naquela localidade.

MENSAGEM AO 21.º CONGRESSO DO PC DOS ESTADOS UNIDOS

Inauguram-se hoje e terminam no próximo domingo, em Chicago, os trabalhos do 21.º Congresso do Partido Comunista dos Estados Unidos da América do Norte. O Comité Central do PCP enviou às camaradas norte-americanas, a propósito deste acontecimento, a seguinte mensagem:

Em nome dos comunistas e dos trabalhadores portugueses, o Comité Central do Partido Comunista Português envia as mais calorosas e fraternais saudações a todos os comunistas e trabalhadores americanos e votos de sucessos nos trabalhos do vosso 21.º Congresso.

Os comunistas portugueses seguem com muito interesse e simpatia a luta dos comunistas e do povo dos Estados Unidos da América do Norte contra a política imperialista e racista do governo do vosso País, pela melhoria das condições de vida do povo americano.

Neste momento, o Partido Comunista Português, juntamente com todas as forças progressivas e verdadeiramente democráticas de Portugal, em estreita unidade com o Movimento das Forças Armadas, mobiliza as massas trabalhadoras e todo o povo para a defesa das liberdades conquistadas no dia 25 de Abril de 1974, para a sua intervenção activa na direcção estatal, para que assegurem a estabilidade económica e a produção, pelo prosseguimento do processo revolucionário, rumo ao socialismo.

A reacção nacional e internacional tenta impedir as profundas transformações da sociedade portuguesa, pondo em causa as conquistas do povo português, nomeadamente as nacionalizações e as medidas de reforma agrária.

Mas o Partido Comunista Português confia nas forças revolucionárias e nas massas populares, defendendo firmemente que cabe ao povo português decidir o seu futuro sem quaisquer ingerências nas questões internas portuguesas.

Nestas condições favoráveis fazemos votos para que se alarguem os laços entre os nossos dois Partidos e Povos na luta comum contra o imperialismo, pela Paz e pela Democracia.

Viva o 21.º Congresso do Partido Comunista dos E. U. A. N.!

Viva o Partido Comunista dos E. U. A. N.!

Viva a amizade entre o povo americano e o povo português!

Viva o internacionalismo proletário!

Visita amistosa

O presidente do Comité Central do Partido Comunista dos Países Baixos, camarada Henk Hoekstra, fez nos últimos dias uma visita amistosa ao Partido Comunista Português. No decurso dessa visita teve conversações de natureza informal, no Centro de Trabalho do Partido, com o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e os camaradas Sérgio Vilariques, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Aurélio Santos, da Secção Internacional e do Comité Central do Partido.

Durante as conversações foram manifestados sentimentos de solidariedade na luta antifascista e democrática.

O MFA DEFINE OBJECTIVOS E TAREFAS DA REVOLUÇÃO

Uma definição dos grandes objectivos e tarefas da Revolução portuguesa na actual, etapa e no seu ulterior desenvolvimento — assim caracteriza a Comissão Política do PCP, em nota que noutro local publicamos, o comunicado do Conselho Superior da Revolução divulgado no passado sábado. Dada a sua grande importância para o processo revolucionário em curso, transcrevemos na íntegra este documento.

DEFINIÇÃO POLÍTICA

O MFA é o movimento de libertação do Povo Português, suprapartidário, que define como seu objectivo essencial a independência nacional.

O MFA reconhece que essa independência nacional passa por um processo de descolonização interna, a qual só se conseguirá através da construção de uma sociedade socialista.

Por sociedade socialista, como objectivo final a atingir, entende-se uma sociedade sem classes, obtida pela colectivização dos meios de produção, eliminando todas as formas de exploração do homem pelo homem, e na qual serão dadas a todos os indivíduos iguais oportunidades de educação, trabalho e promoção, sem distinção de nascimento, sexo, credo religioso ou ideologia. A via de transição da sociedade actual para uma sociedade socialista passa necessariamente por várias fases, das quais a primeira abrangerá o período de transição fixado na plataforma de acordo constitucional e cujas etapas serão determinadas pela evolução socio-económica e política do Povo Português.

O MFA definiu já, entretanto, que esse caminho será feito por via pluralista. O pluralismo significa livre expressão e discussão de opiniões, bem como de experiências na construção da nova sociedade, em diálogo aberto e permanente com todo o Povo Português. O pluralismo socialista compreende a coexistência na teoria e na prática de várias formas e concepções de construção da sociedade socialista.



O MFA repudia, portanto, a implantação do socialismo por forma violenta ou ditatorial. O pluralismo partidário, tal como consta da plataforma de acordo constitucional, implica o reconhecimento da existência de vários partidos políticos e correntes de opinião, mesmo que não defendam necessariamente opções socialistas. Admite, portanto, uma oposição cuja crítica poderá ser benéfica e construtiva, desde que a sua acção não se oponha à construção da sociedade socialista por via democrática.

O MFA terá como natural suporte e apoio os partidos que pelo seu programa e prática políticos demonstrem um interesse real na adopção e concretização das medidas objectivas que a via de transição para o socialismo exige e com eles estabelecerá as necessárias alianças e coligações.

Os partidos políticos deverão desempenhar, durante a via de transição para o socialismo, um papel altamente valioso, não só pela sua acção pedagógica de consciencialização e mobilização das massas, mas também como veículos transmissores da expressão popular auscultada sob várias formas incluindo a via eleitoral. É necessário, entretanto, que os processos eleitorais que se desenvolverão durante o período de transição se integrem conscientemente dentro do processo revolucionário, não se admitindo que lhe venham a constituir um obstáculo.

De acordo com a sua vocação expressa de movimento de libertação nacional, o MFA pretende que todo o Povo Português participe activamente na sua própria revolução, para o que apoiará decididamente e estabelecerá ligações com todas as organizações unitárias de base cujo objectivo se enquadra na concretização e defesa do programa do MFA para a construção da sociedade socialista.

Essas organizações populares constituirão o embrião de um sistema experimental de democracia directa, através do qual se julga poder conseguir-se uma participação activa de todo o Povo Português na administração pública e na vida política nacional, em ligação com os órgãos locais e regionais de poder central. Terão ainda a vantagem de fomentar, a partir da base, a convergência de esforços dos diversos partidos pela sua unidade na concretização dos objectivos comuns.

Não serão admitidas, porém, organizações civis armadas, partidárias ou não, podendo, entretanto, as organizações populares, por iniciativa do próprio MFA e sob o seu «controlo» e enquadramento, vir a desempenhar, em caso de emergência nacional, tarefas de autodefesa de objectivos vitais.

Dentro das Forças Armadas não serão permitidas quaisquer organizações de carácter político-militar, partidárias ou não, estranhas ao MFA, devendo, progressivamente, todos os militares ser integrados no seu próprio movimento.

O MFA reafirma a sua determinação em cumprir e fazer cumprir integralmente os termos da plataforma de acordo constitucional, livremente estabelecida com partidos po-

líticos portugueses, afirmando solenemente que denunciará e procederá contra todas as atitudes que, declarada ou veladamente, tenham por em causa o pacto assinado. De acordo com os princípios fixados, o MFA considera seu dever tornar publicamente explícito que a Assembleia Constituinte tem como exclusiva atribuição a missão patriótica de elaborar a Constituição Política da Nação Portuguesa, sendo-lhe vedado qualquer outro tipo de interferência oficial na vida política ou administrativa nacional.

No plano externo, o MFA prosseguirá uma política de independência nacional e de contribuição para a paz e cooperação na Europa e no Mundo. Dentro destes parâmetros serão respeitadas as alianças e compromissos já estabelecidos, nomeadamente a participação de Portugal na NATO, de forma a não prejudicar o equilíbrio político-militar da Europa.

No campo político, Portugal seguirá uma estratégia de abertura a todos os países do Mundo, sem interferir nos respectivos assuntos internos nem admitir ingerência nos seus próprios, sentindo vocação histórica para ele de ligação entre os povos europeus e os dos países do Terceiro Mundo, em especial com os povos irmãos de expressão portuguesa.

No campo económico, a política externa nacional orientar-se-á para uma diversificação progressiva das suas ligações comerciais, não admitindo a qualquer país ou bloco que, por via das relações económicas, procure impor ao Povo Português qualquer forma de dominação.

EXERCÍCIO DE AUTORIDADE

Da análise da actual situação política e da sua evolução previsível ressalta a necessidade de um reforço e firmeza da autoridade revolucionária do MFA, base indispensável para um poder de Estado que permita um desenvolvimento normal e pacífico da via de transição para o socialismo.

De facto, existem ameaças, de actividades contra-revolucionárias fomentadas do exterior do País e suportadas no interior por agentes do capitalismo e colonialismo nacionais em vias de destruição, que, a não serem firmes e exemplarmente reprimidas, representariam um grave perigo de perturbação da ordem pública e segurança de pessoas e bens, podendo criar um clima propiciatório ao retorno de um regime de direitos fascistas.

Por outro lado, certas manifestações de esquerdismo pseudo-revolucionário, ainda que por vezes bem-intencionado, tendem a criar situações anarquizantes, profundamente perturbadoras de um processo revolucionário coerente, resultando objectivamente um reforço ao jogo declarado daqueles que dizem ou pretendem combater. Conclui-se, assim, que só o exercício de uma autoridade firme, embora não essencialmente repressiva, poderá garantir o sucesso da revolução em que o MFA e o Povo Português se encontram empenhados.

Desta forma, afirma-se a determinação de fazer cumprir firmemente todas as leis que se enquadrem nos objectivos da Revolução Portuguesa até que o processo histórico demonstre a sua inadequação às circunstâncias concretas da sociedade. Para o efeito desse exercício firme de autoridade, além da legislação revolucionária já promulgada, serão publicadas novas leis destinadas a conseguir os objectivos fixados.

A necessidade de reprimir com a necessária dureza a possível acção de grupos ou organizações clandestinas armadas obriga a promulgar uma lei especial, que se encontra em preparação e que permitirá punir os participantes em tais organizações contra-revolucionárias com penas pesadas.

Sobre o combate ao esquerdismo, considera-se que deverá ser travado essencialmente no campo ideológico, procurando recuperar os seus elementos bem-intencionados para os objectivos e tarefas da Revolução. Será, porém, exercida repressão de várias formas, incluindo a acção armada, se necessária, contra os grupos ou organizações que, pela sua acção e prática, perturbem sistematicamente a ordem pública e desrespeitem as regras fixadas para a construção do socialismo por via pluralista.

Reconhecendo-se que um dos campos em que as manifestações de esquerdismo incontraolado mais tem perturbado a vida nacional é o da educação e ensino, o MFA reafirma a sua determinação em apoiar o respectivo Ministério no restabelecimento do ambiente normal e produtivo, em que, dentro de regras democráticas de gestão, os estudantes possam cumprir o seu dever para com a sociedade preparando-se para as suas funções de trabalhadores do futuro.

Não esquecendo que é bastante desejável que no meio intelectual exista uma forte consciencialização revolucionária, os trabalhadores intelectuais, entre os quais os estudantes se incluem, têm por obrigação não deixar que a sua actividade política prejudique de tal forma o seu trabalho específico que os transforme potencialmente em parasitas da sociedade.

POLÍTICA ECONÓMICO-FINANCEIRA

A situação económica actual do País caracteriza-se pelos seguintes três pontos críticos fundamentais:

Desequilíbrio muito acentuado da balança de pagamentos, prevendo-se, para o final do corrente ano, um «défice» muito superior ao verificado em 1974, que foi da ordem dos 17 milhões de contos.

Desemprego bastante elevado, atingindo cerca de 250.000 de desempregados, correspondente a 8 por cento da população activa.

Produção interna decrescente, pondo em perigo a independência nacional, prevendo-se para o final do corrente ano, caso não sejam modificadas as actuais condições de produção, um decréscimo do produto nacional bruto, em relação a 1974, da ordem dos 6 por cento.

É forçoso, portanto, que todo o Povo Português tenha uma ideia bem nítida da situação económica e financeira do País, que se pode traduzir pelos seguintes factos:

As importações, em grande parte de bens alimentares, são muito superiores às exportações, excedendo-as, possivelmente, em cerca de cinquenta milhões de contos no final do corrente ano. Este valor é, em grande parte, devido aos preços elevados dos produtos alimentares e do petróleo nos países de origem. Este «défice» é atenuado pelas divisas estrangeiras que entram em Portugal,

devidas às remessas dos emigrantes e às receitas do turismo (este, conforme é conhecido, atravessa, presentemente, uma forte crise). Prevê-se que, no final deste ano, o País tenha um «défice» na balança de pagamentos da ordem dos 30 milhões de contos, que terão de ser cobertos pelas reservas em divisas do Banco de Portugal, ficando estas praticamente esgotadas (à excepção das reservas de ouro). A situação financeira descrita inscreve-se num quadro económico em que a riqueza produzida no País, caso não se modifique a actual tendência, irá diminuir no presente ano em cerca de seis por cento relativamente ao ano passado, mesmo considerando o aumento referente ao sector agrícola.

O panorama que se descreve é muito grave, mas não assustador, pois corresponde efectivamente a um fase sociopolítica de eliminação dos erros do capitalismo monopolista e latifundiário que caracterizava o nosso País, e ainda à crise do capitalismo internacional.



No entanto, para que ele não se torne irremediável, forçoso é que o Povo Português tome decididamente a sua carga a construção do novo sistema económico socialista e que as classes trabalhadoras decidam, conscientemente, optar entre o socialismo, com os sacrifícios relativos e temporários que exige a sua construção, e o capitalismo, com toda a opressão e exploração que lhes são inerentes.

De facto, se a liquidação do capitalismo exige a destruição do poder explorador da grande burguesia monopolista, latifundiária e financeira, a construção do socialismo exige trabalho, sacrifício e consciência política das classes trabalhadoras, visando a



sociedade futura sem classes e sem exploração, mas não podendo significar, a curto prazo, que sejam resolvidas todas as injustiças criadas pelo anterior regime e que de repente se possa pagar um salário a cada trabalhador português correspondente às suas justas aspirações e reais necessidades.

Nestas condições, a política de verdade que desde sempre o MFA apresentou ao Povo Português torna imperiosa a adopção de algumas medidas realistas se o povo trabalhador quiser, de facto, construir o socialismo. Contenção dos aumentos salariais incontroláveis, salvaguardando o custo de vida e a eliminação de algumas situações mais injustas, diminuições do volume das importações, incluindo em especial sobre os produtos mais superfluos ou que possam ser produzidos no nosso País; política de austeridade nos consumos; aumento da produção interna, sobretudo dos produtos, como, por exemplo, de bens alimentares, que possam substituir os que importamos ou que possam aumentar o valor das nossas exportações.

Faça à situação económica descrita, que, se pode considerar muito grave, torna-se urgente adoptar medidas imediatas pontuais, estratégia de desenvolvimento económico definida em função dos três pontos críticos: pendência económica configuração futura do sistema político-económico, incluindo a discussão dos seguintes pontos: «controlo» organizado da produção pelos trabalhadores; mobilização local para o desenvolvimento; organização do sistema de planeamento; subsistemas qualitativos da economia em transição (sector do Estado, sector privado); política de cooperação económica externa.

mente às solicitações que lhe são feitas. Para responder a este problema, considera o MFA como essencial: a descentralização administrativa; constituição gradual de um novo aparelho de Estado, não partidário, organizado em moldes dinâmicos em torno de objectivos pontuais fundamentais e dotado de pessoal que se mostre suficientemente identificado com as exigências de um dinamismo revolucionário. Paralelamente, serão lançados os trabalhos necessários para uma reforma administrativa em profundidade; uma política correcta de reclassificação e recuperação para o trabalho dos funcionários de Estado, utilizando o saneamento nos casos nitidamente irreversíveis; apressando o diálogo face aos órgãos do Poder de Estado dos vários escalões, das organizações populares unitárias que correspondam aos mesmos escalões e que progressivamente serão dotados de poder de «controlo» das actividades desses órgãos do aparelho de Estado. A eliminação dos procedimentos excessivamente complicados e burocráticos dentro da máquina do Estado, substituindo-os por procedimentos expeditos e revolucionários capazes de responder às pressões das solicitações, atribuindo-se plena a responsabilidade aos executores.

Tratando-se, embora, de matéria do âmbito da futura Constituição Política, a dinâmica das populações na criação de formas associativas próprias para defesa de inte-

gradualmente e aliado com os órgãos locais de administração pública, os vão dinamizando e identificando com os verdadeiros objectivos locais de interesses populares.

As linhas gerais desta linha de orientação política encontram-se, neste momento, em estudo por parte de um grupo de trabalho do MFA, nomeado para o efeito, cujas conclusões, formuladas a partir de dados reais existentes, serão brevemente divulgadas.

DINAMIZAÇÃO E INFORMAÇÃO

Reconhece-se que a construção pretendida de uma sociedade socialista pela via pluralista definida não poderá fazer-se sem uma mobilização e consciencialização do Povo Português, que deve determinar-se positivamente na via de transição para o socialismo. Deverá notar-se que a instauração de um socialismo real implica essencialmente numa evolução de mentalidades, por forma a transferir a maior parte da motivação, quase puramente material, característica das sociedades capitalistas, para uma motivação espiritual que leve os indivíduos a passar de uma atitude egoísta e individualista perante o seu semelhante, para uma atitude altruísta e colectivista, centrando a sua actuação e preocupação no bem comum. Essa mobilização e consciencialização só serão possíveis através de uma política de informação adequada, que urge iniciar pela transformação de fundo das estruturas dos órgãos e serviços de comunicação social.

Isso não significa que a Informação deva apresentar carácter monopolístico de propaganda orientada que o Estado considera não consentâneo com os princípios pluralistas seguidos pela Revolução Portuguesa. Mas é necessário que essa Informação seja ao mesmo tempo verdadeira e pedagógica, elucidando e ensinando o Povo, e não incitando-o e confundindo-o como até agora, por vezes, tem sido praticado. O MFA crê, sinceramente, que a liberdade e opção socialista não são incompatíveis, mas é necessário que o exercício de uma não limite a existência da outra. Uma das práticas necessárias para a realização dos objectivos apontados consiste na transformação de um ou mais jornais diários, já actualmente pertencentes virtualmente ao Estado, em órgãos noticiosos cujo noticiário e doutrina naturalmente reflectam as posições do MFA.

Espera-se que com essa medida o Povo Português passe a dispor de órgãos de Imprensa diária incontestáveis, sem quaisquer obediências ou conotações a políticas partidárias e seguindo uma política geral de verdade e esclarecimento públicos, cuja prática nos deverá tornar eminentemente respeitáveis. Com idêntico objectivo, torna-se igualmente necessário o «controlo» da Rádio e da Televisão estatais, a fim de se fazer chegar ao conhecimento do público, e de uma forma sistemática, a posição e doutrina do MFA sobre a prática política e os acontecimentos da vida nacional.

A mobilização da opinião pública para objectivos da interesse nacional deverá passar a fazer-se pela utilização racional da publicidade difundida por órgãos da Informação, o que implicará naturalmente a utilização de empresas de publicidade nacionalizadas.

Considerando-se o direito de existir em Portugal uma Informação livre, reconhece-se que, em muitos casos, se tem abusado dessa liberdade, dando origem à difusão pela Imprensa, Rádio e Televisão, proposadamente deformadas, para causar confusão ou alarme na opinião pública. O mesmo se passa com certos correspondentes estrangeiros, que, abusando da hospitalidade que lhes é concedida, fazem chegar aos órgãos da Informação, de que são agentes, notícias falsas ou deturpadas, prejudicando intencionalmente a imagem de Portugal no Mundo.

Não permitindo a Lei de Imprensa acção decidida e rápida sobre esses prevaricadores para realizarem até agora impunemente acções perfeitamente classificáveis como contra-revolucionárias, o MFA está decidido a proceder, directa e eficazmente, contra eles, fazendo publicar, se necessário, legislação revolucionária adequada ao efeito.

As grandes comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, e cujo sentimento de nacionalidade se mantêm perene, têm sido vítimas de sistemáticas campanhas de difamação sobre o que se passa na sua pátria, com intenção de as alienar do sentimento de libertação nacional e, por vezes, as empregar como arma da reacção junto de amigos ou familiares residentes em Portugal.

O MFA espera que toda a Nação Portuguesa, incluindo aquela que foi obrigada a emigrar por falta de liberdade ou de condições de vida no seu País, sinta orgulho da



sua nacionalidade, sendo para tal necessário que seja informada com verdade e oportunidade do processo revolucionário. Para isso, os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Comunicação Social porão em prática as medidas e os sistemas adequados.

A mobilização do Povo Português para a via socialista exige, além de uma nova política de Informação, uma acção dinamizadora constante que, pela presença e pela prática, torne visíveis e operantes as recomendações e programas emanados dos órgãos centrais. Para tal, é necessária uma acção intensa e eficaz de dinamização cultural militar, adequada à acção conjunta com as organizações populares unitárias de base que, melhor do que ninguém, poderá reflectir os mais justos anseios e necessidades das populações.

Para essa acção deverão ser postos à sua disposição os meios humanos e materiais convenientes, não esquecendo que a Revolução de 25 do Abril foi feita para o Povo e será desse Povo que lhe virá a sua força, continuidade e razão de ser.

MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE

O dia 25 de Junho de 1975 não ficará apenas na história do povo moçambicano e do povo português como um marco glorioso na senda de um processo paralelo de libertação. Desde ontem que Moçambique é um país independente dirigido pela FRELIMO, vanguarda revolucionária do povo. O Acordo de Lusaka foi respeitado. O colonialismo sofreu mais um rude golpe vibrado pelo impeto revolucionário de dois povos que se reencontram numa liberdade arduamente conquistada.

Este facto ultrapassa os limites da história do povo moçambicano e do povo português, afirmando-se como uma vitória das forças amantes da paz sobre a política de guerra e de rapina, do imperialismo, como um estímulo na luta dos povos oprimidos.

O Acordo de Lusaka, firmado entre Portugal e a FRELIMO, partido do povo moçambicano abriu «uma nova página na história das relações entre os dois países e povos». A essa página, aberta a 8 de Setembro de 1974, outras se seguem agora, com as perspectivas de uma cooperação profunda e fraterna entre os dois povos, cuja luta solidária contra o regime fascista-colonialista foi uma garantia da vitória.

O nosso Partido sempre afirmou esta solidariedade na luta. Desde o início da guerra, as posições do PCP foram inequívocas. No fundamental, a palavra de ordem do nosso Partido consistiu sempre em «transformar a oposição generalizada à guerra colonial num poderoso movimento para lhe pôr termo» encarecendo esta transformação como «uma das tarefas maiores que se colocam a todas as forças democráticas, ao povo português».

Desde sempre, o nosso Partido salientou, antes e após o 25 de Abril que «um regime democrático só é viável em Portugal e a verdadeira independência de Portugal só pode ser assegurada se for assegurado também o direito dos povos das colónias à autodeterminação e à independência imediata e completa».

Dal a importância do acto de independência de mais um dos povos que o fascismo dominou a subjugação colonial. Nasce um novo país. E este acto fortalece o processo revolucionário português, amplia as perspectivas de independência verdadeira de Portugal.

FRELIMO, o partido do povo moçambicano

As forças colonialistas e neocolonialistas, as quais o exemplar processo de descolonização português vem infligindo sérias derrotas, em simultâneo com a firmeza revolucionária dos legítimos representantes dos povos africanos, tentaram imediatamente após o Acordo de Lusaka subor a ordem democrática em Moçambique, semear a morte, restaurar a tirania fascista. O clima de hesitação e reticências nas negociações que precederam o Acordo, o facto da correlação de forças em Portugal não ser muito favorável ao processo revolucionário, as tendências de Spínola, apoiado em outras forças políticas cuja acção está por esclarecer—no sentido de apresentar à FRELIMO exigências inaceitáveis, fazendo o jogo de grupos neocolonialistas, foram factores que estimularam a contra-revolução a lançar-se no ataque.

O golpe-de-mão em Lourenço Marques, maquinado pela reacção imperialista em geral, e em particular pela reacção moçambicana e pela reacção portuguesa (que se treinava para o 28 de Setembro...), cuja liberdade de movimentos era alimentada pelos saudosismos coloniais dos spinolistas, não logrou os seus intentos. Antes conduziu ao reforço da unidade das forças democráticas, ao fortalecimento da aliança do movimento popular e democrático com o MFA.

As intenções da reacção malograram-se, porque a FRELIMO, legítimo e único representante do povo moçambicano se revelou um partido coeso, temperado na luta de libertação com dirigentes à altura da capacidade revolucionária do seu povo, um partido amado pelas massas populares.

Em 1973, mais de um milhão de moçambicanos viviam nas áreas libertas, as quais compreendiam cerca de 200 mil quilómetros quadrados. Por isso, o povo moçambicano esborçoou a GUMO e a COREMO, infiltrações neocolonialistas impossíveis de vingar em território moçambicano dada a forte e justa implantação da FRELIMO entre o povo, dada a lucidez da sua política por uma independência autêntica, por uma harmonia sem discriminações raciais, pelo estabelecimento de uma paz estável. Como disse, recentemente, Samora Machel, presidente da FRELIMO, referindo-se à longa luta pela libertação: «A política dirigida as armas, não foram as ar-

mas que dirigiram a política.» Política dirigida contra o colonialismo português e jamais contra o povo português, vítima da mesma opressão.

Relações exemplares para o Mundo

«Soldado português... Tu és homem como nós, tu não nasceste criminoso; são aqueles que te mandaram para a guerra que te tornam criminoso. O povo português, o teu povo, é honesto e trabalhador, não é um povo de assassinos. Nós sabemos isso. Porque então tu vens matar o nosso povo? Tudo o que queremos é viver em paz, na nossa terra africana como donos da nossa terra. Temos esse direito. E é precisamente porque esse direito nos é negado que nós lutamos.»

Este extracto de uma das muitas mensagens da FRELIMO aos soldados portugueses, durante a odiosa guerra colonial, demonstra bem que jamais o povo português foi confundido com o criminoso regime político que sufocava ambos os países. As mensagens da FRELIMO, porque a movia a legitimidade de quem defende o seu povo, abriam, muitas vezes, sulcos profundos na vontade dos homens das Forças Armadas portuguesas. Interrogavam-se—e cada vez crescia mais o número dos que o faziam—sobre quem e que interesses defendiam. Em Portugal, as terras ficavam à mingua de braços, as mulheres viúvas, os filhos órfãos. Onze mil portugueses caíram na guerra colonial. Outros, muitos, voltaram deficientes. E por cada um que caía, avolumavam-se as interrogações. O nosso Partido, desde a primeira hora, respondia a essas interrogações, esclarecia, mobilizava, organizava as massas populares contra a guerra colonial, contra o regime fascista: «Os nossos soldados morrem em defesa dos monopólios capitalistas e do imperialismo estrangeiro; «Por termo a essa política de guerra é um interesse vital do povo e da nação portuguesa como é do interesse dos povos das colónias. A liberdade das colónias portuguesas não é apenas de justiça para os respectivos povos. Ela é também uma imperiosa necessidade para a liberdade do povo português... Se Portugal quer ser livre, tem que ser livre as colónias portuguesas. Defender o direito das colónias portuguesas à independência significa, na expressão literal do termo, defender também o direito do povo português à verdadeira independência nacional.» (Relatório do camarada Álvaro Cunhal ao Comité Central, Abril de 1974.)

Das interrogações muitos homens das Forças Armadas passaram a certezas. O processo foi doloroso, difícil e avançou em sangue derramado, sangue jovem. Para a defesa dos interesses dos monopólios. Para salvaguardar os investimentos estrangeiros.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

ros. Para que a Moçambique Gulf Oil, a Companhia da Zambézia, a Companhia Carbonífera de Moçambique, a Companhia Mineira Alto Zigonha, e outros se desenvolvessem, para que Cabora Bassa, crescesse no interesse da África do Sul e outros «partenários» colonialistas. Para que, também em Portugal, a riqueza nacional fosse sendo vendida em leilão, a economia estrangulada, a sangria aberta nos recursos, na terra, nos homens. Em 1964, um dos primeiros anos da guerra, o Estado fascista gastou com despesas militares 6 milhões e 466 mil contos... Entretanto, o Plano Intergal de Fomento dedicava ao «desenvolvimento» da agricultura 2 milhões e 829 mil contos a distribuir em três anos! A Escola Técnica eram dedicados 140 mil contos para 300 concelhos do País. As guerras coloniais saldaram-se em 150 milhões de contos, mortes em ambos os campos, estagnamento da economia, massacres (de que Wiriamu é exemplo trágico), destruição. Este o balanço dos crimes do colonialismo. Esta a verdade que as tentativas neocolonialistas se propunham seguir.

A acção do nosso Partido, no esclarecimento da raiz comum da opressão que atingia o povo português e os povos das colónias, foi fundamental para o avanço da consciencialização revolucionária. Nas páginas do «Avante!», os sucessos da luta dos movimentos de libertação, a afirmação da solidariedade, as palavras de estímulo, a firmeza das alianças foram uma constante: «Os comunistas portugueses não se poupam a qualquer sacrifício, incluindo o da própria vida para que os povos das colónias se libertem do jugo colonialista.» (Saudação do VI Congresso aos Povos das Colónias Portuguesas, 1963.)

Estas palavras expressam uma das linhas determinantes da prática do nosso Partido. Graças a esta prática, «massas cada vez mais amplas da população tomam consciência da natureza criminosa do colonialismo e da guerra colonial, de que os exércitos colonialistas defendem em África não os interesses da nação portuguesa mas os interesses dos seus maiores inimigos, de que a luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e a luta do povo português são lutas solidárias contra o inimigo comum, de que a liberdade, o progresso e a independência de Portugal estão intimamente ligados à liberdade e independência dos povos das colónias».

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.

A história tem demonstrado a justiça desta análise. Esta história que estamos fazendo em paralelo com os povos dos territórios africanos, com estes países jovens que resurgem vitoriosos sobre o imperialismo. Cada vitória desses povos é nossa também. Cada avanço do processo revolucionário português alimenta a luta nestes países.



Quando do cessar-fogo, soldados portugueses e moçambicanos apressaram-se a confraternizar

ASSIM PENSA E AGE A FRELIMO

Com o nascimento de uma nova nação, importante é recordar a luta travada e os passos que foram dados no sentido de subtrair todo um povo à opressão e à exploração colonialista.

A divulgação que fazemos a seguir de alguns extractos de documentos oficiais da FRELIMO respeitantes aos mais variados assuntos da vida social, económica e política, exemplifica a preocupação de criar as estruturas de uma luta, único caminho de assegurar a vitória.

Os extractos que publicamos falam, por si, acerca do que pensa e como age a FRELIMO, e correspondem aos legítimos interesses do povo moçambicano, como os acontecimentos que antecedem e se sucederam à data da independência o demonstram.

O povo português não é o inimigo do povo moçambicano

Para o povo moçambicano, sob a direcção da FRELIMO, a definição correcta do inimigo sempre constituiu um

As nossas decisões devem ser democráticas

O nosso estatuto o conteúdo da nossa acção, exigem uma democracia real, uma verdadeira liberdade de expressão de opinião, uma discussão profunda acerca das decisões que tomamos.

Por isso, na nossa vida damos tanta importância às reuniões com as massas e com os combatentes. São as reuniões que permitem auscultar o verdadeiro sentimento e consciência da base, detectar as contradições, explicar e fazer assumir a linha e as orientações concretas para cada situação específica.

As nossas decisões devem sempre ser democráticas no conteúdo e na forma. No conteúdo, quer dizer que elas correspondem aos interesses reais das largas massas. Na forma, significa que as largas massas devem participar na elaboração da decisão, sentida como delas e não imposta de cima para baixo.

É evidente que há situações concretas, de emergência, em que o responsável tem de assumir a tarefa de decidir só, sem consultar ninguém. Numa emboscada o comandante não vai reunir os combatentes para que estes votem o momento em que se abre o fogo, se dá o assalto ou ordem de recuo.

Mas, em contrapartida, quanto mais e melhor antes da batalha o responsável discutiu com os combatentes, lhes fez assumir o sentido e objectivo da batalha em que se engajam, as dificuldades e a tática a seguir, tanto mais estes estarão disciplinados na linha de fogo, mais prontos estarão para o sacrifício, porque a vitória depende de um bom combate, que resulta do comando que libertou a iniciativa da base.

A participação na produção não é só um dever

A democracia económica insere-se directamente no nosso combate pela liquidação do sistema de exploração do homem.

Asseguramos a democracia económica abolindo primeiramente o poder das companhias e das classes exploradoras coloniais-capitalistas tradicionais-feudais, impedindo

do que estas classes explorarem os trabalhadores criamos as bases da democracia económica.

O nosso trabalho de mobilização e organização das massas na transformação da produção individual ou familiar em produção colectiva consolida o processo da democracia económica. Com efeito, agindo assim, impedimos que a produção individual ou familiar degenerem em propriedade exploradora, originando classes de novos exploradores. Simultaneamente, tornamos concreto o princípio justo de que todas as riquezas do nosso país e o nosso esforço pertencem à colectividade, servem a colectividade e destinam-se a desenvolver e melhorar as condições de vida e o bem-estar do povo.

Neste quadro, o trabalho, a participação na produção, não só é um dever como também um direito de todos e cada um.

Para a Revolução não há desempregados, inúteis ou inválidos, talentos que não possam ser utilizados. Todos têm o dever e o direito de participar na luta colectiva pela transformação da sociedade e pela utilização dos recursos da natureza em proveito da colectividade. A participação na produção une-nos a nossa classe, e a recusa de participação, na produção, exprime uma oposição à nossa linha e um apoio aos exploradores.

A discussão colectiva sobre os métodos de aumentar, diversificar e melhorar a nossa produção, a síntese constante e colectiva das nossas experiências positivas e negativas, a decisão tomada em comum sobre o método de repartição dos frutos da produção, tendo em conta as necessidades, quer da guerra, quer da elevação do nível de vida das largas massas, garantem o desenvolvimento da democracia económica.

</

DOIS POVOS MAIS LIVRES

A PROFUNDA IMPLANTAÇÃO POLÍTICA DA FRELIMO NAS MASSAS POPULARES

salientada pelo camarada Carlos Costa em entrevista ao «Avante!»

Já no decorrer do presente ano, uma delegação do nosso Partido, de que faziam parte os camaradas Carlos Costa e Carlos Brito, deslocou-se a Moçambique e a Dar Es-Salam, onde tiveram conversações com dirigentes da FRELIMO, nomeadamente Samora Machel. Nesta hora grande para o povo moçambicano — e também para o povo português — «Avante!» julgou oportuno registar as impressões de um daqueles camaradas. Fala-nos Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do nosso Partido.

— Moçambique adquire a plena independência política. Que significado tem esse acontecimento histórico para o seu povo e para o povo português?

— A conquista da indepen-

Quem, como eu, não conhecia exactamente o que se passava em Moçambique, mas sabia que a FRELIMO tinha um importante aparelho militar e um aparelho militar politizado — podia atribuir mul-

em Angola e nas menores dificuldades encontradas em Moçambique.

— A reacção moçambicana lançou-se numa escalada contra-revolucionária em Setembro. Foi batida. Em Outubro tentou provocar o caos e julgou poder voltar elementos das Forças Armadas Portuguesas contra a FRELIMO e contra a população africana de Lourenço Marques. Foi novamente batida. Em Angola, a reacção tem obtido êxitos parciais nas suas manobras para dificultar o processo de descolonização. A que atribuir os resultados diferentes das duas

independência, se abrem amplas perspectivas de cooperação. Essa cooperação dependerá também, sem dúvida, da evolução dos acontecimentos em Portugal — e digo em Portugal porque em Moçambique neste momento a situação está já perfeitamente definida. Estamos certos de que a evolução em Portugal será positiva. Positiva, mas certamente não tão linear como será em Moçambique.

Desta evolução depende, pois, em parte, essa cooperação. Estamos seguros de que ela será muito vasta e extremamente frutuosa para os dois povos.

independência de Moçambique no processo de descolonização da África Austral?

A independência de Moçambique terá uma grande influência na África Austral, na medida em que Moçambique fica na África Austral, e na medida em que aí há países que nem aparentemente estão libertados. Mas a independência de Moçambique não terá apenas influência na África Austral. Vai ter, de certeza, uma influência enorme em toda a África.

E, assim sendo, terá uma influência mundial grande. Será um extraordinário exemplo, o exemplo da construção do socialismo num país africano; será, além de exemplo, uma rica experiência.

A FRELIMO ajudará, sem dúvida, todos os povos — e não apenas os da África Austral — que lutam pela sua independência. Em resumo: a independência de Moçambique terá não apenas influência no processo de descolonização da África Austral mas terá uma grande influência no processo de libertação, no sentido total e não apenas de libertação nacional, em toda a África.

O nosso Partido, muitos anos antes do início da luta armada libertadora do povo moçambicano já defendia o seu direito à independência. O PCP condenou sempre o colonialismo e ao longo da guerra colonial manifestou a FRELIMO a sua solidariedade fraternal, encarando-a como aliada natural do povo português em luta contra o fascismo. Qual a imagem do nosso Partido em Moçambique e de modo especial junto dos militantes e dirigentes da FRELIMO?

Na verdade, o nosso Partido foi o único partido português que antes, e muitos anos antes, do começo da luta pela independência dos povos coloniais defendia o seu direito à completa independência. Se hoje se consultar o «Avante!» de 1960, por exemplo, verá-se que praticamente em todos os números se chamava a atenção para a guerra que os colonialistas portugueses estavam a provocar nas colónias portuguesas com a sua repressão, com as monstruosidades com que tentavam impedir a luta de libertação desses povos. Não conheço nenhuma posição de nenhum outro agrupamento político nacional que então apoiasse decididamente a luta dos povos das colónias. Mais tarde, já depois de reabrir a guerra de libertação em Angola, alguns agrupamentos políticos (estou a lembrar-me sobretudo de um) definiram uma posição em relação às colónias que não era, de maneira nenhuma, a da sua independência, embora alguns desses homens hoje se arvorem em arautos da independência desses povos.

A posição do Partido Comunista Português foi sempre clara e inequívoca a respeito da independência dos povos das colónias. Logo que a FRELIMO começou a sua luta pela independência, e particularmente a sua luta armada, o nosso Partido definiu imediatamente a sua posição em relação à FRELIMO — a posição de reconhecer como o único movimento dirigente do povo moçambicano na luta pela sua independência. A nossa posição em relação à FRELIMO foi sempre inequívoca. Sei que a direcção da FRELIMO conhece estas posições do Partido Comunista Português, que sempre reconheceu o PCP como o seu aliado fundamental em Portugal, tal como nós reconhecíamos a FRELIMO, sei que a direcção da FRELIMO não tem dúvidas de que o Partido Comunista Português é a vanguarda organizada da classe operária portuguesa, e é esta, portanto, a imagem que, tanto quanto pude ver nas conversações que tivemos com dirigentes da FRELIMO têm de nós. Os dirigentes da FRELIMO e a Direcção do nosso Partido desejam que as relações entre a FRELIMO e o PCP continuem a desenvolver-se, a estreitar-se, e estão criadas todas as condições para que isto aconteça. Pela nossa parte, faremos tudo o que de nós dependa para um estreitamento de relações cada vez maior, para uma cooperação cada vez maior e melhor.

Estamos certos de que as relações fraternais e boa cooperação entre a FRELIMO e o PCP serão um importante contributo para a vasta cooperação entre os dois países.

— Que influência terá a



Samora Machel cumprimenta militares portugueses, no interior de Moçambique: a independência estava à vista

A AMEAÇA IMPERIALISTA DEFINIDA POR MACHEL

As palavras que abaixo reproduzimos foram pronunciadas, há dias, pelo presidente Samora Machel, durante a reunião do Comité Central da FRELIMO, realizada em Tofo, Inhambane. São a imagem de um revolucionário, de uma sociedade revolucionária a caminho do socialismo, da vontade revolucionária de um partido armado para enfrentar as grandes e difíceis tarefas históricas da construção do futuro:

«O imperialismo tem esperança, aqui. Tem muita esperança neste Governo que vai ser formado. Não tenhamos ilusões. Haverá os ponderados, haverá os realistas, aqueles que estão realmente empenhados em desenvolver Moçambique; e haverá internacionalistas. Vamos ser divididos pelos imperialistas no Governo. Tenhamos esta consciência. O imperialismo procurará, esta é a sua tática natural, a sua natureza verdadeira, procurará conhecer o gosto de cada um de nós aqui, e vai aproveitar esse ponto. Utilizará tudo. Métodos baixos. Utilizará o imperialismo para nos dividir no Governo. E bom ler certos livros para ver como é que trabalha o imperialismo (...). O inimigo procurará atizar contradições no nosso seio, fixemos bem isto (...) porque, no dia da independência, nós teremos dois tipos de inimigos; inimigo interno e inimigo externo. Inimigo interno, mediato — é aquele que não será indigitado ao nível do Governo, não terá qualquer responsabilidade ao nível do Governo, mas combateu dez anos, fundou a FRELIMO. E nosso inimigo. Imediatamente vai fazer-se nosso inimigo. Durante cinco, seis anos, dez anos, foi membro do Comité Central, mas não participa no Governo — facilmente vai aliar-se ao inimigo. Ministro do Comércio, ministro da Agricultura, ministro das Finanças, ministro do Desenvolvimento do País, terão muitos amigos. São nossos inimigos, esses. São «portas». Agora, vamos criar «portas», realmente, para o imperialismo nos dividir (...). Como é que nós saímos dessa situação crítica e autocrítica? E, sobretudo, a quanto é ambicioso? Não sei se um ambicioso muda... mas a minha experiência prova que não. Muda de tática, nunca elimina a ambição, o ambicioso. Um ambicioso é criminoso ao mesmo tempo. Pode matar por causa da ambição. Pode aliar-se facilmente ao imperialismo, só por causa da sua ambição, do seu interesse individual. E capaz de tudo: vender a pátria, vender a revolução, impedir o progresso do país — só por causa da sua ambição.

Isto, repito, e para que se não esqueça. Isto, digo eu, é uma mensagem revolucionária; isto, acrescento, é o exemplo, um dos muitos que se encontram, agora, sem muito esforço, neste Moçambique livre, de um realismo que talvez assuste ainda os moderados — mas que entusiasma os que não podem deixar de salientar que existem, em Moçambique, forças capazes de, pelas vias do socialismo, neutralizar a ameaça imperialista. Quero dizer: existe a FRELIMO e o povo moçambicano. E é por isso, e para isso, que vejo os punhos erguerem-se, firmes, e as vozes gritarem, convictas: «Tlanguani M'Africa Hitahlula, Hitahlulal!» (Uni-vos, africanos. Venceremos, venceremos!)

LÊ E ASSINA

Avante!

Orgão Central do Partido Comunista Português

Remete ao «AVANTE!» - Av. Santos Dumont, 57, 2.º - Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____



Os camaradas Carlos Costa e Carlos Brito quando, há meses, se avistaram com o camarada Samora Machel

dência é o resultado de uma longa luta de resistência à ocupação de Moçambique e particularmente da luta armada e global travada pela FRELIMO depois de 1964. É a concretização do grande sonho do povo de Moçambique.

Mas a FRELIMO subiu, na evolução da sua luta, uma, a luta pela independência nacional à luta pela revolução social. Na verdade, não basta uma independência política formal, para que um povo seja independente. É necessário também a independência económica. A luta da FRELIMO vai garantir a total independência de Moçambique.

Para o povo português, a independência representa o fim da guerra, o fim de monstruosos crimes cometidos contra o povo de Moçambique, o fim do luto, o fim de inúteis gastos de guerra, etc. Mas acima de tudo significa também uma conquista de liberdade. É sabido que não pode ser livre um povo que oprima outros povos. Os portugueses, deixando de oprimir Moçambique, são também mais livres.

Para os moçambicanos e para os portugueses, a conquista da independência por parte de Moçambique significa a possibilidade de estabelecer novas relações: relações baseadas na igualdade dos dois Estados, na independência de cada um deles, numa amizade fraternal.

— Visitaste Moçambique na fase do Governo de Transição. Que mais te impressionou então na luta do povo moçambicano a caminho da plena independência?

— Isso aconteceu com tantas coisas que, naturalmente, é difícil dizer qual a que mais me impressionou. Mas foi talvez a profunda implantação política da FRELIMO nas massas moçambicanas.

to valor sobretudo à luta militar da FRELIMO. Mas, ao visitar Moçambique, o que verifiquei foi uma profunda implantação política e uma vida política intensíssima entre as massas moçambicanas. Por outro lado, depois do trabalho, viam-se sessões de esclarecimento e era fácil verificar quanto a FRELIMO estava ligada politicamente às massas, e quanto estas compreendiam e aderiam às palavras de ordem da FRELIMO.

— A independência política não traz consigo automaticamente a independência económica, o processo descolonizador não acaba portanto a 25 de Junho, como o camarada Samora Machel aliás já salientou. Quais os principais obstáculos que impedem ainda o povo moçambicano de ter sob o seu controlo as riquezas nacionais, de ser na verdadeira acepção da palavra, senhor do seu próprio destino?

— Naturalmente que em Moçambique existem ainda muitas empresas estrangeiras e os imperialistas são ainda donos de muitas riquezas de Moçambique. Mas a FRELIMO tem uma implantação, uma capacidade de direcção e uma linha política que lhe permitem resolver estes problemas quando for mais conveniente para o próprio povo moçambicano.

Os imperialistas vão oferecer, naturalmente, resistência: farão sabotagem, resistirão, procurarão criar dificuldades. Mas ali a FRELIMO e o povo moçambicano possuem a força suficiente para resolver, naturalmente com a ajuda do intercâmbio com os países socialistas e outros países libertados, estes difíceis problemas.

Podemos garantir que Moçambique será um país totalmente livre. Não se dará em Moçambique o que se deu em alguns países africanos que, ao adquirirem a independência política formal, continuaram profundamente dependentes.

— Em Moçambique, a luta armada pela libertação nacional começou mais tarde do que em Angola, mas desenvolveu-se em condições muito mais favoráveis. Porquê?

O problema é naturalmente complexo e de resposta difícil. Referi-me-lhe apenas a um aspecto desta questão. Em Moçambique, a FRELIMO pôde tornar-se e foi capaz de se tornar, de facto, o único e incontestável dirigente da luta de libertação nacional. O mesmo sucedeu na Guiné com o PAIGC. Em Angola, puderam aparecer e subsistir outros movimentos com orientações muito diferentes do MPLA. Há, evidentemente, outros factores mas este pesou nas dificuldades que se verificam

ofensivas da reacção em Angola e em Moçambique?

— Em Angola, as forças imperialistas têm uma implantação muito grande. Os americanos, os alemães, os japoneses, os colonialistas portugueses exercem ali uma influência muito grande e possuem enormes riquezas. Além do MPLA, há dois movimentos que dizem pretender a independência. Há perto de Angola a República do Zaire. Tudo isto tem implicações muito grandes.

Em Moçambique, a FRELIMO, com a sua implantação e acção eficiente, conseguiu paralisar muito rapidamente os acontecimentos de Setembro e de Outubro.

— Provocar o êxodo das populações de origem portuguesa era um dos objectivos principais da reacção em Moçambique. Não foi alcançado. Que perspectivas pensas que se abrem hoje à minoria branca e à cooperação entre o povo português e o povo moçambicano?

— A pergunta põe naturalmente duas questões diferentes. Uma é a da posição da minoria branca de origem portuguesa em Moçambique. Outra é a das relações entre o povo português e o povo de Moçambique. Em relação à minoria branca de origem portuguesa: esses brancos têm naturalmente diferentes posições em relação à revolução moçambicana. Embora uma parte dos colonialistas tivesse vindo embora, ainda há lá colonialistas portugueses, indivíduos que procuram lutar contra a revolução moçambicana; outros há que já não serão capazes de lutar contra, mas que serão dificilmente recuperáveis para a revolução moçambicana; há oportunistas que procuram aproveitar o momento para se inserir na revolução moçambicana, alguns sem as melhores intenções. Há, também, homens que aderem francamente à revolução moçambicana. E há ainda os revolucionários brancos em Moçambique, que sempre estiveram com a FRELIMO e que continuam a estar com a revolução moçambicana. A FRELIMO conhece tudo isto muitíssimo melhor do que nós, e é a FRELIMO que tem de ver o que é que convém fazer com todas estas pessoas. Moçambique precisa de quadros, e há lá quadros de origem portuguesa que poderão ser muito úteis a Moçambique. Foi um fracasso a tentativa reaccionária de retirar esses quadros, de os levar a fugir. A política da FRELIMO é muito correcta a este respeito. Não admira pois, que a grande maioria dos quadros honestos tenha ficado em Moçambique. Quanto à cooperação entre o povo português e o povo moçambicano: naturalmente que agora, com a

— O camarada Samora Machel tem declarado repetidamente que Moçambique caminha para o socialismo. Será um socialismo. Inspiração dos princípios do Socialismo Científico mas com cores moçambicanas. Que características peculiares terá essa arrancada para um socialismo sem classes cujas bases foram lançadas durante a guerra e reforçadas durante o Governo de Transição?

— Quando estivemos em Moçambique, o camarada Samora Machel referiu também insistentemente essa ideia, ou seja, que a luta de libertação de Moçambique não era apenas uma luta pela independência nacional, mas também uma revolução social, e que essa revolução social iria desembocar na construção do socialismo. Estou na verdade convencido que Moçambique e a Guiné serão dos primeiros países socialistas da África. O camarada Samora Machel diz que se inspira nos princípios do Socialismo Científico. Na verdade, quanto a nós, não há outra forma de socialismo. Inspirar-se a FRELIMO nos princípios do Socialismo Científico garante — é a única forma de garantir — a construção do socialismo. O socialismo em Moçambique será de cores moçambicanas? Isso é uma coisa absolutamente evidente. Se o socialismo tem em todos os países algumas características comuns, tem sempre, necessariamente, as características que a história de cada país lhe determina. O socialismo, portanto, em Moçambique é moçambicano. Na União Soviética é soviético, em Portugal é português. Isto aparentemente nem diz nada, reflecte apenas uma realidade histórica. Em Moçambique, o socialismo tem de ter diferenças muito grandes em relação a outros países, sobretudo na arrancada para o socialismo. Como sabe, em Moçambique havia uma situação económica e social muito diferente de, por exemplo, a dos países europeus. Havia sectores de capitalismo desenvolvido, e havia sectores que nem sequer tinham evoluído para o capitalismo.

Tudo isto implica características especiais nesta arrancada para o socialismo, e determina também dificuldades grandes. Naturalmente que a FRELIMO vai encontrar sérias dificuldades na construção do socialismo, mas dispõe de uma linha política e de quadros que lhe garantem caminhar com segurança, ver quais são as características próprias com que se aplicam ali os princípios científicos do socialismo de uma maneira concreta para levar a revolução socialista para a frente.

— Que influência terá a

SEARA NOVA

N.º DE JUNHO

O MFA de Angola e a Descolonização

Medicamentos ou Como Negociar a Saúde

Leitura Política das Eleições

A Intersindical na Lei

Sobre as Causas da Actual Situação Educativa

Uma Via Socialista Para o Fascismo

etc.

Colaboração de A. Costa

Dias, Alexandre Ribeiro,

Albino Lima, António

Tondello, Silveira, Es-

mos, Vasco Gomes

RELAÇÕES ECONÓMICAS COM OS PAÍSES SOCIALISTAS PARA UMA ECONOMIA AVANÇADA RUMO AO SOCIALISMO

Pela primeira vez, estiveram este ano representados na Feira das Indústrias de Lisboa todos os países socialistas da Europa, expondo ao lado de Cuba, país socialista da América Latina. Estas presenças amigas e de utilidade flagrante no nosso processo revolucionário constituem uma das confirmações práticas das palavras de cooperação e bom entendimento que muitos dirigentes dos países socialistas têm proferido acerca do nosso país. Pelo nosso lado e dada a extensão e profundidade da crise para a qual o fascismo e a sabotagem do grande capital arrastaram a economia, tudo teríamos a perder se não atribuíssemos um lugar de destaque e a melhor aplicação e lucidez às nossas relações com os países onde se constrói o comunismo.

Sintoma bem nítido do avanço na nossa caminhada para o socialismo é a atenção que a essas relações têm dado alguns dos nossos dirigentes. Tomando forma e proveito num bom número de acordos recentes com amplas perspectivas para o futuro, as relações económicas com o campo socialista ainda há dias tiveram um ponto alto no acordo com a Polónia. Numa altura em que nos chegavam sinais bem claros das dificuldades que nos criam, e nos podem vir a criar, os nossos inimigos dos sectores mais reacçãoários do capital imperialista e social-democrata, tudo teríamos a ganhar com uma sólida penetração nos mercados socialistas, em colaboração fraterna e proveitosa com esses países, interessados em manter relações comerciais com todos os povos do Mundo.

Um acordo a longo prazo

Na segunda quinzena de Dezembro do ano passado, Portugal assinava com a União Soviética dois acordos, um comercial, outro de navegação aérea. Ao regressar a Lisboa, depois de os assinarem, os membros do Governo Provisório não pouparam as palavras de apreço pela forma como a União Soviética encara na prática as relações com o nosso país, nos vários campos da cooperação socioeconómica. Os objectivos da viagem de Dezembro foram largamente excedidos. Até então praticamente inexistentes, os laços comerciais com a URSS passaram a contar com um acordo a longo prazo. Sectores importantes da indústria nacional, como o vestuário e o calçado, viram abrir-se, logo nesse mês, amplas perspectivas de exportação para os seus produtos. Outros frutuozos contactos houve ainda nessa viagem para o nosso turismo e para a Marinha Mercante, à qual está estreitamente ligada a dinamização do comércio externo. Outros sectores, como os têxteis, vinhos, concentrado de tomate e cortiça foram também alvo da atenção dos organismos comerciais soviéticos e as transacções têm vindo a realizar-se nos dois sentidos.

Portugal e a União Soviética, nos termos do acordo assinado em Dezembro, passaram a dispor mutuamente de condições vantajosas no seu comércio, designadas pelo tratamento de nação mais favorecida. Segundo esta cláusula, os produtos originários do território de uma das partes contratantes não estarão sujeitos, ao serem importados no território da outra parte, ao pagamento de direitos aduaneiros, impostos, taxas e outros encargos de qualquer tipo, incluindo as taxas e impostos internos mais elevados que os que oneram a importação de produtos similares originários de qualquer outro país. Toda a vantagem concedida por uma das partes contratantes aos produtos originários de um terceiro país será concedida, imediata e incondicionalmente, aos produtos similares originários do território da outra parte.

Cerca de dois meses depois de assinado este contrato, outra frutuosa iniciativa era lançada, desta vez no campo da colaboração tecnológica. A União Soviética colaborará com Portugal na montagem de fábricas, utilizando a tecnologia avançada do país dos soviéticos, nomeadamente numa fábrica de alumínio e cimento com o aproveitamento de minerais da serra de Monchique, no Algarve. Nessa altura, que coincidiu com a visita do secretário de Estado da Indústria e Energia a Moscovo, foi assinado um protocolo, nos termos do qual a URSS venderá a Portugal um milhão de toneladas de petróleo bruto, durante o ano corrente. Em contrapartida, o nosso país, além das exportações já acordadas, fornecerá equipamentos pesados na base da colaboração com a URSS para a transformação das pirites do ALENTEJO.

Vias abertas ao futuro

Outro domínio abrangido nas conversações com a União Soviética foi o das pescas. Na primeira quinzena de Março do ano corrente, o secretário de Estado, dr. Mário Ruivo, esteve em Moscovo a convite do ministro das Pescas da URSS, Alexandre Iskov. Tendo analisado o estado das pescarias nos dois países, decidiram patrocinar em conjunto iniciativas de investigação científica e organizar estágios de técnicos portugueses a bordo de navios soviéticos de pesquisa e nos diversos institutos de investigação científica, de modo a serem aplicados em Portugal os métodos de trabalho e os conhecimentos ali estudados, com reflexos vantajosos na actividade comercial conjunta e no apoio às nossas escolas de pesca, que passam a dispor de equipamento fornecido pela URSS.

Em meados de Abril findo, numa conferência de Imprensa, em que participaram a Junta Nacional do Vinho, a representação comercial portuguesa em Moscovo, a Junta Nacional de Frutas e o Gabinete do nosso camarada Álvaro Cunhal, na sua qualidade de ministro sem pasta, deram-se alguns esclarecimentos a reter quanto ao desenvolvimento das nossas relações comerciais com a União Soviética. Foi afirmado que só a partir do 28 de Setembro, com a clarificação política conquistada, se tornou possível entrar firmemente no campo das relações económicas com os soviéticos, sobretudo depois da visita do nosso camarada Álvaro Cunhal a Moscovo, em fins de Outubro e princípios de Novembro.

Nessa altura, já não era possível, no entanto, evitar algumas dificuldades. Conforme foi explicado naquela conferência de Imprensa, nos países socialistas a economia é planificada para o ano seguinte por volta de Setembro do ano anterior e essa planificação já estava concluída quando entramos em contacto com a União Soviética, o que impediu desde logo quaisquer resultados espectaculares para 1975.

Outra dificuldade com que se deparou (e que permanecerá) foi a falta de organismos de exportação em Portugal capazes de entrar directamente em diálogo com as organizações soviéticas correspondentes, dificuldade esta agravada ainda por algumas manobras sabotadoras, postas a circular em forma de notícia. Uma delas foi a falsa informação de que cada par de sapatos seria exportado para a União Soviética por um preço muito abaixo do normalmente praticado.

Essas dificuldades e outras de carácter ideológico, que se procura propagar e que adiante abordaremos, não evitam, ainda assim, que em meados de Abril findo, estivessem concluídos contratos com a União Soviética para o fornecimento de 155 mil hectolitros de vinho, 550 toneladas de concentrado de tomate, 500 toneladas de milho de amêndoa, 135 mil pares de sapatos, cortiça e 38 mil metros de tecido de lã, transacções que atingem um total de 300 mil contos. Além disso, estavam ainda em curso, nessa altura, negociações para fornecimento à URSS de confeções, material ferroviário e plásticos. Da União Soviética têm-nos vindo, entretanto, petróleo, madeiras especiais e sardinha.

O imperialismo é só um

Os inimigos e alguns falsos amigos do nosso processo revolucionário descobrem as razões mais insensatas para denegrir o comércio com os países socialistas. Para além das falsidades patentes sobre as condições desse comércio, pretendem alguns porta-vozes da reacção e do confusãoismo verbalista e pseudo-revolucionário que a União Soviética é um país imperialista ou social-imperialista e que, portanto, o intercâmbio comercial com ele e com os outros países socialistas só nos traria desvantagens, ao nível das que resultam do comércio externo com os países capitalistas.

O regime soviético e os regimes dos outros países socialistas não são imperialistas. São, pelo contrário, os inimigos históricos, mais dinâmicos e consequentes, do imperialismo, do único que existe e foi definido por Lenin como o estágio supremo do capitalismo. Os que em Portugal, falam de imperialismo relativamente à União Soviética tentam explorar a falta de esclarecimento que o fascismo cultivou intensamente entre o povo português, durante quase cinquenta anos, retirando-lhe qualquer possibilidade de entender correctamente o que é o imperialismo e o que é o socialismo.

Essas calúnias não têm futuro. Com a informação sobre os países socialistas que começa a ser divulgada, essas gros-

seiras falsidades acabarão por voltar-se contra os que as utilizam aproveitando a sementeira do obscurantismo fascista. Por ser grande, por o seu povo ter um bom nível de vida, por as suas conquistas históricas serem um exemplo para todos os povos do Mundo, nenhum país pode ser acusado de imperialismo. As conquistas da União Soviética remetem para o comunismo e não para o imperialismo. Não é por ser próspero e ter um grande território que um país é imperialista. O imperialismo é um conceito científico que tem a ver com o desenvolvimento do capitalismo e só com ele. Trabalhar pela prosperidade do seu povo não é imperialismo. Fazer comércio mutuamente vantajoso com todos os povos do Mundo não é imperialismo. Não é imperialismo ajudar os povos que lutam pela independência nacional.

Como se pode qualificar a União Soviética de imperialista? Onde estão as empresas monopolistas? Onde a sua participação nas companhias multinacionais? Que indústrias, que minas, que jazigos de petróleo possui ela no mundo subdesenvolvido? Qual é o operário, na Ásia, na África, na América Latina, explorado pelo «capital» soviético? Estas perguntas de Fidel Castro, no discurso pronunciado em Argel, na 4.ª Conferência dos Países Não-Alinhados, terão algum eco naqueles para quem o obscurantismo fascista é a melhor arma que encontram, ainda hoje, para espalhar o veneno do seu anticomunismo?

Intensificar as relações económicas com os países socialistas é intensificar a independência nacional. É combater o imperialismo americano e a sua influência nefasta em todo o Mundo, bem patente no colonialismo que defende e promove. Privarmos-nos da amizade do mundo socialista reduziria num enfraquecimento da nossa parte, deixando-nos à mercê das forças ainda poderosas do imperialismo. Seria uma estratégia estúpida e revelariam apenas uma incompreensível miopia política — adverte ainda Fidel Castro contra aqueles que, a partir de posições ditas revolucionárias, atraíam lamentavelmente a causa do internacionalismo. É essa causa que os trabalhadores portugueses defendem ao apoiarem o intercâmbio económico com os países socialistas.

Resultados palpáveis

Num espaço de tempo que não chega, frequentemente, a um ano, Portugal estabeleceu relações e assinou contratos com quase todos os países socialistas. Dessa actividade resultaram já benefícios muito concretos para o nosso país, entre os quais se destacou recentemente o acordo com a Polónia para a construção naval. Segundo o ministro da In-

A FUTURA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO TEM DE DAR GARANTIAS AO AVANÇO DA REVOLUÇÃO

Na actual fase do processo revolucionário de construção do socialismo, o desenvolvimento do movimento popular de massas é a garantia da sua irreversibilidade. A iniciativa demonstrada por milhares e milhares de pessoas, por todo o País, colectivamente, em comissões unitárias, no seu local de trabalho ou na sua zona habitacional, é perfeitamente conclusiva da real capacidade das massas trabalhadoras para fazerem avançar propostas de solução dos seus problemas mais prementes, ultrapassando, assim, toda a incapacidade demonstrada por certos organismos de responder, convenientemente, a essas necessidades.

Nas autarquias locais, nomeadamente em comissões administrativas municipais, a burocracia, a falta de um saneamento eficaz e a inexistência de uma lei que, a nível de administração local institucionalize a ordem democrática em curso, são entraves que precisam de ser superados.

A importância destas autarquias locais numa tarefa de institucionalização da Revolução, a nível local, conquistando para a Revolução, a confiança daqueles que, a todos os níveis sempre foram explorados, dando resposta aos seus problemas, adiantando para eles soluções, é uma evidência do momento presente. Entretanto, contra isto, levantam-se interesses inconfessáveis de certas forças reacçãoárias. Por exemplo, no concelho do Porto, só agora se faz sentir (após a substituição da anterior, por uma administração militar), a presença de uma comissão administrativa, na Câmara Municipal.

A importância das comissões de moradores

— Só com a participação das comissões de moradores, que têm sido extremamente activas, foi possível vencer o clima de intranquilidade que sempre a comissão administrativa da Câmara Municipal do Porto pretendia manter. Isto não parou, não ficou pelo caminho, porque as pessoas foram muito activas e não tiveram medo, de frontando os problemas na altura própria. Houve mesmo uma ocasião em que se entrou pela Câmara dentro e se fez saber de viva voz, ao então presidente da comissão administrativa, Artur Andrade, aquilo que se pensava dele.

Estas palavras do presidente da assembleia geral, da Comissão de Moradores das Antas, José Danilo, dão-nos uma ideia de uma posição colectivamente assumida, em oposição à ex-comissão administrativa, à ineficácia com que esta encavava os problemas que lhe eram presentes. — A anterior Comissão Administrativa não produziu nada — prossegue o José Danilo. — Bem antes pelo contrário. O próprio presidente da Comissão Administrativa quando ia visitar os locais

onde se sabia existirem brigadas de intervenção para construção, tentava desviar as pessoas daquela ideia inicial que toda a gente tinha, dizendo-lhes que sim senhor, pois claro, que as casas eram realmente más, mas que ali só se previam construções de blocos camarários. Isto são formas de desmobilização e de divisão das pessoas.

De facto, contra isto e manifestando o ponto de vista das populações, as comissões de moradores decidiram efectuar duas manifestações de repúdio pela actuação dessa comissão administrativa. Se a do dia 5 de Abril foi necessária, a do dia 17 de Maio foi indispensável e imensamente proveitosa, dando que influenciou, decisivamente, na substituição da comissão administrativa, pelos militares que compõem a actual.

Acerca da nova comissão administrativa, diz o José Danilo:

— Embora tenha ainda pouco tempo, podemos dizer, concreta e abertamente, que nos seus poucos dias de existência já se avançou mais a nível de comissões de moradores do que nos longos meses que os outros senhores lá estiveram.

Eles desceram ao nosso meio, desceram ao meio das populações que têm habitações degradadas, que não têm um mínimo de condições de vida. Eles compreendem, de facto, a grande importância que têm as comissões de moradores. E tão verdade isto, que criaram na Câmara um gabinete de moradores e que expõem, em reuniões com a Comissão Administrativa, os problemas que lhe tivessem chegado. As comissões formaram um secretariado e tem seis representantes nessas reuniões onde já foram expostos grande número de problemas que estão a ser analisados pela CA.

A prosseguir, continuou: — É claro que isto vai muito contra a vontade de determinados senhores que existem dentro da Câmara. Isto não é difícil de perceber pois há chefes de secções, chefes de secretaria, chefes de gabinetes que são os mesmos de há 20, 25 e 30 anos. Eles conhecem bem todas as formas que utilizavam até aqui, para ludibriar o povo, eles sabem bem todas as formas que utilizaram até aqui para se governarem, chorudamente, «à pala» dos grandes capitalistas. Esta abertura franca do Município aos seus munícipes — portanto, ao povo — apoia e alicerça uma comissão administrativa altamente virada para o povo. Esses senhores não se sentem à vontade e as suas reacções já se fizeram sentir.

«Depois desta comissão administrativa não se pode voltar para trás!»

— A formação de uma nova comissão administrativa,

dústria, os estaleiros portugueses construirão para aquele país 9 navios graneleiros de 33 mil toneladas, 4 cargueiros adaptados ao transporte de «containers» (de 16 mil toneladas), 50 navios de pesca até 33 pés, 5 arrastões de 500 toneladas e 3 cascos para navios semi-«containers» de 16 a 17 mil toneladas.

A grande importância deste contrato, já bem expressa no seu volume, vai ter reflexos substanciais em vários sectores da economia portuguesa e representa uma importante vitória na luta contra o desemprego. Comentando o acordo, o jornal «Trybuna Ludu», órgão do Partido Comunista Polaco, escrevia:

A Polónia está no cimo da lista das indústrias mundiais de navios mercantes e de pesca, incluindo material pesqueiro que Portugal não produz. A Polónia é também fabricante de motores «diesel» para uso marítimo que ainda não são fabricados em Portugal. Estes dois exemplos testemunham da sensatez do acordo agora concluído e das possibilidades e benefícios mútuos que advirão da sua concretização.

Outro aspecto de relevo nas nossas relações económicas com os países socialistas são os acordos de carácter tecnológico, bem encaminhados relativamente a vários países socialistas, nomeadamente com a URSS e com a República Democrática Alemã, recentemente visitada pelo ministro português da Indústria e Tecnologia. No regresso, este membro do Governo declarou:

O ministro alemão da Ciência e Tecnologia apresentou-nos um anteprojecto de acordo que agora vamos estudar e que julgo já estar bastante elaborado. Por outro lado, nós fizemos uma exposição sobre as nossas possibilidades, esclarecendo quanto a determinados avanços que a nossa indústria já apresenta, os quais poderão permitir receber da RDA tecnologia avançada, na base de uma cooperação industrial e que tem por base concretizar programas de produção.

Também com outros países socialistas, como a Bulgária, Hungria, Cuba, Roménia e Jugoslávia, foram já ou vão ser assinados acordos e contratos vantajosos nos domínios da indústria, do comércio e do turismo. De todos eles há a esperar vantagens, e não só económicas, para a nossa caminhada rumo ao socialismo.

Factor de peso no avanço das medidas de paz e desanuviamento na Europa, as relações económicas de Portugal com os países socialistas irão progredir seguramente, pois são uma poderosa alavanca no nosso processo revolucionário, numa altura em que temos de vencer a batalha na frente económica e em que todos os esforços se empenham nesse sentido, o sentido da defesa e do avanço da Revolução.

civil, terá de passar, logicamente, pelo povo e pelos seus legítimos e dignos representantes — começa por precisar José Danilo, quando lhe perguntámos como encara a hipótese de formação de uma nova CA, agora civil, e quais as suas características e objectivos.

E continuando: — Quando digo legítimos e dignos, digo que não se pode conceber, não se pode compreender, não se pode aceitar, que representantes de partidos, claramente burocráticos, pretendam estar a presidir uma comissão que a única coisa que tem para dar e deve dar é a defesa incondicional dos trabalhadores, e a compreensão e defesa das dificuldades que o povo vive. Vimos na anterior CA, que os interesses de uma dada classe estavam a pretender sobrepor-se aos interesses da maioria esmagadora da população desta cidade. Nós sabemos que a cidade do Porto, por exemplo, tem um dos maiores índices de fraca habitação.

— A futura CA civil, não se poderá nunca esquecer deste binómio. O povo terá de ser a força vitalizadora da colectividade da CA. Ao mesmo tempo esta deverá estar directamente voltada para ele e nunca contra ele. Isto implica, portanto, que o povo tem de ter, na CA, os seus legítimos representantes. Admitindo que a nova Constituição é partidária, nela deverão estar representantes de partidos que defendam, aberta e claramente os interesses do Povo, têm de ser pessoas que pela sua idoneidade moral claramente comprovada em situações anteriores, não vão para a Câmara Municipal atrair os interesses do povo.

— Acima de tudo — frisou depois, José Danilo — não se pode voltar atrás, de forma nenhuma. As comissões de moradores, neste momento, não admitirão que se retroceda, nem sequer um passo. As comissões de moradores têm uma força enorme dentro da nossa cidade. São muitos milhares de pessoas que vivem em condições objectivas e são esses muitos milhares de pessoas que exigem que isto não possa recuar.

— As pessoas têm consciência exacta da sua razão, da sua força. A futura CA da Câmara tem de ter em atenção que tem de avançar no processo revolucionário e não pode, de forma nenhuma, dar campo à reacção; e travar-se neste momento o avanço para uma CA verdadeiramente virada para o avanço do processo, é favorecer a reacção — frisa, a terminar, José Danilo.



PEDIDOS À EDITORIAL «AVANTE!»

FOLHETIM DA «REPÚBLICA» PARA FRANCÊS LER

A reacção francesa tem agora fortes motivos para reforçar a sua solidariedade ao dr. Raul Rego e ao corpo redactorial da «República». Um diário que se diz independente — «Le Quotidien de Paris» — mas que é na realidade um porta-voz da direita, tomou a iniciativa de publicar juntamente com a sua edição normal de domingo um suplemento de quatro páginas da «República». A linguagem, o estilo, a linha política não apresentam nada de novo. A «República» (na língua de Voltaire) transformada em caderno do reacçãoário «Le Quotidien de Paris», é igualzinha ao chamado «Jornal do Caso República», com um pouco de tempero para o paladar da burguesia gauleza, sempre sedenta de escândalos e mistérios. Se alguma dúvida tinham a esse respeito, os adeptos do tipo de «liberdade de imprensa» defendida nas colunas do «Figaro», do «Paris-Match», do «L'Aurore» e do «Le Quotidien de Paris» ficaram a saber que jornalistas da «República», partidários do «socialismo em liberdade» têm o mesmo conceito de «democracia». São seus irmãos gêmeos.

O artigo de fundo é assinado pelo dr. Raul Rego e intitula-se «O pretexto das ditaduras». O país não estaria a caminho da ditadura? É, obviamente, Portugal, no entender do articulista. A «República» seria uma gloriosa trincheira das liberdades. Mas o dr. Raul Rego não desconhece que a Europa é grande e fala muitas línguas. Temeroso de que os ecos do «Quotidien» não chegassem à República Federal da Alemanha concedeu sobre os assuntos da sua especialidade — «República», anticomunismo, conceito de ditadura, etc. — uma entrevista à influente revista alemã «Der Spiegel», de Hamburgo. Deixa transparecer algumas dúvidas shakespearianas sobre a participação do nosso Partido no episódio que provocou o encerramento do «seu» jornal. Mas quanto ao problema da ditadura só tem certezas. Portugal avançaria a galope para a ditadura. O dr. Rego é categórico: «Uma revolução que começou tão bem — declara — move-se agora em direcção a uma ditadura».

Como concessão aos leitores do «Quotidien», que gostam de novelas de espionagem tipo 007, o suplemento especial da «República» oferecido aos franceses inclui «documento secreto» de cinco pontos que delicia os apreciadores de novelas em que os heróis são, agentes da CIA ou do FBI. Os vilões, como era de esperar, são «russo» e portugueses. O «documento», como é tradicional nesses romances, foi elaborado em Moscovo em gabinetes secretíssimos. A «República» divulga-o porque caiu nas mãos de jornalistas europeus, devido a uma «fuga de informações». É a iniciativa «patriótica», voltadas para a heróica defesa da «democracia» e do «socialismo», contra «as ditaduras» e especialmente contra o «comunismo», que a equipa de jornalistas «democráticos» dirigida pelo dr. Raul Rego se entrega alegremente nestas semanas de descanso. O estilo e os objectivos, como se verifica, não diferem muito dos de certos boletins paroquiais que apresentam ainda os comunistas como antropófagos que devoram crianças e publicam entrevistas entre Jesus e o camarada Álvaro Cunhal.

Não terá sido, aliás, por acaso que o secretário-geral do Partido Socialista, durante um comício realizado em Ceira, perto de Coimbra, deu alento aos sectores mais reacçãoários da hierarquia religiosa aludindo ambigüamente ao silêncio da Igreja nos tempos do fascismo? Para os reacos, o que não as impediu de desempenhar um papel decisivo no 25 de Abril, é realmente um modelo de ambigüidade.

Resta-nos esperar o próximo folhetime da «República». Seja ele editado em francês ou alemão constituirá, a avaliar pelos antecedentes, mais um serviço prestado à campanha de calúnias contra a Revolução Portuguesa desenvolvida no estrangeiro pelas forças políticas que transformaram o dr. Rego e os seus companheiros em heróis da «democracia» e do «socialismo». Surpresas não haverá. O conceito de liberdade e de revolução da «República» mudou tanto no último ano que os aliados e amigos, agora, são outros. Na visão pluralista e «democrática» da «República» os comunistas são já olhados como inimigos. E tratados com epítetos não muito diferentes dos que usava a «época».

O «documento secreto» divulgado no suplemento parisiense é esclarecedor a esse respeito. Meses atrás o «espigão» vinha apenas dos «russo». Depois, os cubanos também foram incluídos na lista negra. Agora, até o Governo de Salvador Allende, nas novelas tipo 007 da «República», é apresentado como exemplo de males terríveis que podem desabar sobre Portugal.

Até onde irá a equipa da «República» na sua escalada antidemocrática e anti-socialista?

A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E O REGIMENTO

A Assembleia Constituinte terminou a discussão do Regimento e vai iniciar no próximo dia 4 de Julho o exame dos projectos de Constituição dos diversos partidos nela representados.

As discussões em torno de algumas disposições regimentais confirmaram as tendências antes assinaladas. Principalmente no debate acerca da inserção de um período «antes da ordem do dia» incluído no projecto de Regimento e as posições dos diversos partidos quanto ao voto secreto foi evidente o propósito de certos sectores políticos da Assembleia Constituinte de utilizarem o seu mandato para além das atribuições dos deputados.

A massa de «pedidos de requerimentos» por deputados do PS e do PPD e as justificações de tais pedidos indicam que se pretende transformar a Assembleia numa instituição parlamentar com o propósito de se arrogar uma acção fiscalizadora sobre os órgãos de Poder que competiria normalmente a uma Assembleia Legislativa. O período de «antes da ordem do dia», com os votos contra do PCP e do MDP, foi, pois, aprovado e vai proporcionar a alguns deputados belas tiradas oratórias.

Isto conduziu à questão de definir qual o carácter da Assembleia, se sim ou não deve considerar-se um órgão de soberania.

Numa intervenção bem fundamentada o camarada Vital Moreira, deputado do PCP, pôs em relevo que as tendências para transformar a Constituinte naquilo que ela não pode ser, vai contra as disposições da Plataforma Constitucional assinada entre os partidos da coligação e o

MFA, isto é, a soberania da Assembleia é limitada estritamente à aprovação da Constituição não tendo sequer força para a fazer promulgar.

Na questão do voto secreto em todas as disposições do projecto foi manifestada a discordância do PCP, do MDP e do deputado da UDP quanto ao escrutínio secreto.

Como nota curiosa o deputado da UDP fez uma proposta para que os órgãos de Informação fossem obrigados a fazer a cobertura integral das intervenções dos deputados. Na melhor das hipóteses isso levaria — se a Imprensa, a rádio e a TV aceitassem cumprir o ultimato — a gramar durante algumas cinco horas por dia as peças oratórias produzidas pelos deputados, além de proporcionar ao único deputado da UDP uma óptima possibilidade de dispor de um notável aparelho de propaganda para as suas diatribes anticomunistas.

Nas sessões, com muita gente nas galerias, vão-se definindo melhor os defensores e os não defensores do processo revolucionário.

SÉRGIO RIBEIRO

*
**SOBRE
O
COMUNISMO**

Preço: 40\$00

MORAES editores

COSTA GOMES

O TRABALHO ENQUANTO FORMA DE ESTAR COM A REVOLUÇÃO

Numa entrevista concedida ao diário «Neues Deutschland», da República Democrática Alemã, o Presidente da República, general Costa Gomes abordou nas suas declarações algumas das linhas que norteiam a Revolução Portuguesa, começando por afirmar:

— Tendo sido o MFA que, efectivamente, com o apoio popular derrubou a ditadura que durante 48 anos oprimiu o Povo Português, não faria sentido que se afiasse do processo político então iniciado. Nestas condições, para garantir a sua presença no processo, criou-se um Conselho da Revolução, que define os grandes objectivos políticos nacionais.

O acordo com os partidos políticos representa uma declaração voluntária de conjugação de esforços na tarefa comum da construção do socialismo, garantindo previamente que a Assembleia Constituinte se não desviaria

dos objectivos da nossa Revolução.

Seguidamente e respondendo ao jornalista que o interrogava sobre a batalha da produção e os objectivos principais dessa grande ofensiva económica o general Costa Gomes salientou:

— O trabalho disciplinado e persistente é para nós uma forma de estar com a Revolução, com a grande maioria do povo. É um acto de consciência da responsabilidade que a todos cabe na construção do futuro do País. Aumentando a produção, poderemos beneficiar de melhor nível de vida e eliminar muitas das nossas dependências externas.

Prosseguindo, o Presidente da República salientou o estabelecimento de relações normais na base da igualdade com todos os Estados do Mundo, frisando que para além do estabelecimento ou restabelecimento de relações diplomáticas

com a maioria dos países do Mundo, assinámos já importantes acordos com alguns, que garantem o reforço dos laços que a eles nos unem, destacando, depois, a compreensão e a solidariedade de alguns países para com o processo português, entre os quais nomeou a República Democrática Alemã.

No final da sua entrevista o general Costa Gomes exprimiu, em seu nome e no do Povo Português, saudações fraternas e satisfação pelos laços já estabelecidos com o povo da RDA e o desejo sincero de que a cooperação já iniciada contribua decisivamente para uma cada vez maior amizade entre ambos os povos. E acrescentou:

— Estamos certos de que o povo da RDA, que nos tem mostrado a sua solidariedade e compreensão em momentos difíceis, é nosso natural aliado no processo de construção de uma sociedade socialista em que estamos empenhados.

Vila das Aves (Santo Tirso)

TRABALHADORES ORGANIZADOS DÃO VIDA A UMA COOPERATIVA

O «contrôle» da produção pelos trabalhadores é uma medida fundamental para garantir que de facto o seu trabalho está definitivamente ao serviço da Revolução e de todo o Povo Português.

Em Vila das Aves, Santo Tirso, os trabalhadores da Metalúrgica BARROS (hoje Cooperativa de Produção de Máquinas Têxteis — COOPMAQ) lutaram contra a má administração do patrão e tomaram em suas mãos a condução da empresa dando um exemplo de maturidade e consciência política.

«Avante!» falou com a Comissão de Trabalhadores que explicou como se iniciou o actual processo de luta:

— Quando foi homologado o Contrato Colectivo de Trabalho em Maio do ano passado não havia grandes condições para a empresa cumprir os ordenados estabelecidos. E fomos andando até Dezembro, data em que nos vimos na iminência de falar com o sr. Sampaio, pois ele não nos propunha assunto algum nem de bom nem de mau; andava naquele «tempo». Nessa altura, o vencimento mais alto recebido na empresa era de 3600\$00 em vez de 6100\$00 do CCT.

No início deste ano os trabalhadores assinaram no Ministério do Trabalho com o patrão uma acta estabelecendo as condições em que receberiam o dinheiro em atraso. Sendo ainda estas condições incomportáveis para a empresa, concordaram os trabalhadores na assinatura de uma 2.ª acta que a ser cumprida faria com que só ao fim de três anos todos os trabalhadores recebessem todo o dinheiro devido pelo seu trabalho.

Acções de boicote

por parte do patrão

A situação em que se encontrava esta empresa deve-se unicamente à má administração e sabotagem por parte do patrão, que aplicava todo o dinheiro da empresa numa pedreira que também possuía. Assim, quando as fábricas de têxteis encomendavam teares ou acessórios, ele ia imediatamente receber o dinheiro que era gasto ainda antes de a primeira máquina ser entregue. Quando as máquinas da pedreira avariavam, o patrão obrigava os trabalhadores a suspender a execução de encomendas para as reparar; como a confiança dos clientes ia diminuindo, foi-se reduzindo o número de postos de trabalho na empresa. De acordo com a opinião dos trabalhadores, o problema não era tanto a falta de encomendas mas sim a má administração.

Após a assinatura da 2.ª acta ficou assente fazer-se uma hipoteca da empresa a favor dos trabalhadores a fim de estes salvaguardarem o dinheiro que tinham direito. No entanto, no dia marcado para fazer a escritura, estando presentes representantes do Ministério do Trabalho e do Sindicato, o patrão não compareceu: «Estivemos lá todo o dia e ele não apareceu», e daí nos por resposta que não ia preso e se fosse era um dia ou dois, que não tinha importância nenhuma. Continuámos a trabalhar mais uns dias e chegou-se ao fim do mês e ele não pagava; a malta começou a perguntar porque é que ele não dava decisão alguma. No dia 14 para 15 de Abril chegámos aqui ao trabalho e deparamos que faltavam máquinas na oficina. As quatro máquinas tinham ido para a pedreira.

Então, a propósito disso, demos conhecimento ao Ministério do Trabalho e eles autorizaram-nos a fazer piquetes na oficina, tomar conta das instalações e vedar o acesso às instalações ao patrão.

A certa altura começou a aparecer por lá um tal António Magalhães que se fazia passar por oficial da Caixa Geral de Depósitos e que os trabalhadores descobriram tratar-se de um antigo industrial especialista em falsificações, com objectivos claros de, a soldo do patrão, conseguir a falência da empresa deixando os trabalhadores sem emprego.

Perante todas estas atitudes de sabotagem os trabalhadores viam como única solução constituir uma cooperativa e assim assegurar as suas posições de trabalho e, mais ainda, para isto poder andar para a frente.

A empresa continua a funcionar tendo ainda algumas encomendas em carteira. No entanto, necessita de apoio financeiro tendo já sido contactados ministérios, PME, etc.

Metalúrgica Duarte Ferreira

DIVISÃO E OPORTUNISMO EM PREJUIZO DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira estão a ser vítimas de falsos amigos e forças que se arvoraram a pressa em suas defensoras para melhor os atacarem naquilo que têm de mais precioso — a sua unidade. Criando um clima de agitação propício às mais baixas manobras divisionistas, essas forças estão interessadas em que a situação na empresa se deteriore, levando os trabalhadores a voltarem-se contra o MFA e o Governo Provisório, desviando-os do caminho unitário que devem percorrer para que as tarefas da batalha da produção tenham as respostas adequadas à reconversão da empresa e à garantia de emprego.

E enquadrada nesta situação que devemos analisar a manobra divisionista e pouco clara de intenções do dr. Joaquim Inácio, que se serve de mentiras e falsos regionalismos para lançar trabalhadores contra trabalhadores, afirmando num comunicado os nossos camaradas da célula da fábrica do Tramagal, acrescentando que, conseguindo o dr. Inácio documentos relacionados com possíveis classificações e reclassificações de algum pessoal da Região Lisboa, que lhe foram entregues na melhor das intenções, desenvolve toda uma rede de calúnias e mentiras levando a Comissão Sindical de Trabalhadores da Região Tramagal a tomar posição contra a Comissão de Trabalhadores de Lisboa e a Comissão Administrativa, baseando-se num suposto aumento de 13 trabalhadores e reclassificação de 33 da R. Lisboa (o que não era verdade) e que violava o esquema aprovado entre todas as Comissões MDE.

Depois de denunciar outras manobras de flagrante oportunismo e fomentadoras de divisão, tornando-se claro que o dr. Inácio tem actuado de má fé e deturpado a realidade dos factos, os nossos camaradas da célula do Tramagal apelam para os seus colegas no sentido de, unidos e orga-

nizados, orientarem a sua luta para a batalha da produção que, no seu caso, passa pela garantia de trabalho, pela reconversão da empresa, pela procura de novos mercados e pelo aumento da produção.

Avante!
ASSINATURAS

TABELA DE PREÇOS — 50 NÚMEROS

CONTINENTE E ILHAS

Via normal (superfície) 180\$00 ☐
Via aérea 240\$00 ☐

ANGOLA, CABO VERDE, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR

Via normal (superfície) 190\$00 ☐
Via aérea 570\$00 ☐

ESPANHA

Via normal (superfície) 190\$00 ☐
Via aérea 270\$00 ☐

RESTANTES PAÍSES EUROPEUS

Via normal (superfície) 320\$00 ☐
Via aérea 430\$00 ☐

GUINÉ-BISSAU

Via normal (superfície) 190\$00 ☐
Via aérea 570\$00 ☐

BRASIL

Via normal (superfície) 190\$00 ☐
Via aérea 630\$00 ☐

RESTANTES PAÍSES

Via normal (superfície) 320\$00 ☐
Via aérea 730\$00 ☐

NOTA: Atendendo a que não temos serviço de cobrança, solicitamos que conjuntamente com o pedido de assinatura nos reenviem cheque ou vale de correio.

O MINISTRO DO TRABALHO EM SINES:

«A BATALHA ECONÓMICA PRECISA DE UM CLIMA POLÍTICO PROPÍCIO»

«O vosso exemplo é um exemplo revolucionário. Os trabalhadores que dedicam o dia de hoje à construção de uma nova sociedade não estão a trabalhar em vão e estão por actos e não por palavras ou demagogia barata, a contribuir para o avanço do processo revolucionário» — declarou o ministro do Trabalho, major Costa Martins, quando no sábado se deslocou a Sines a fim de contactar com a jornada de produção que a população daquela vila promoveu, juntamente com os trabalhadores de algumas empresas.

A visita começou pela Empec, empresa com cerca de 300 trabalhadores, que por eles está a ser gerida a quem o Governo atribuiu 40 por cento do total da empreitada dos fogos projectados para Santo André, no sentido de evitar o desemprego que se avizinhava com o termo das obras a que a Empec estava

ligada. Nesse mesmo local encontrava-se também uma delegação de trabalhadores de uma firma do Porto, cuja empreitada já chegou ao fim sendo exposta a situação que se avizinha ao ministro do Trabalho.

Depois de se deslocar a Santo André onde a vontade dos trabalhadores era manifestar em participarem na batalha da produção, o major Costa Martins dirigiu-se a Sines na companhia dos secretários de Estado do Trabalho, das Pescas e da Habitação e Urbanismo, respectivamente drs. Carlos Carvalhas, Mário Ruivo e Eduardo Pereira. Naquela vila a população estava na rua colaborando nos arranjos, limpando jardins, caiando paredes, plantando árvores, imagem que se repetia por todos os recantos daquela vila piscatória.

Seguiu-se uma visita às obras do porto e ao bairro construído pela Empec à en-

trada de Sines onde à volta de um edifício em construção se reuniram os membros do Governo, representantes do MFA e centenas de trabalhadores das obras, representantes sindicais e das autarquias locais e pescadores.

Um trabalhador, representando a Empec, proferiu uma saudação salientando que o arranque dos trabalhos hoje efectuados deve ser o início de uma verdadeira e permanente batalha de produção, em que cada um de nós deve aperfeiçoar-se, dar o melhor de si próprio, de modo que todos juntos sintamos, num futuro próximo, que, efectivamente, para além da batalha foi a guerra que ganhámos.

Dirigindo-se aos trabalhadores o ministro do Trabalho fez um apelo à batalha da produção referindo que há ainda quem pense que os monopólios se destroem com a redução de horários e com a redução da produção, ideologia esta que se defende com o falso argumento de que com menores horários se aumentaria o número de empregos, acrescentando:

— Na verdade, o que se fomentaria era o desemprego oculto ou o subemprego com a redução drástica de rentabilidade o que conduziria a curto prazo ao aumento do desemprego.

E mais adiante: Mas o que não devem esquecer é que em muitos dos sectores o problema principal é ainda o de aumentar a produção e a produtividade, pois o que produzimos não consegue cobrir o consumo. E o aumento da produção nalguns sectores pelo seu efeito multiplicador e propulsor arrastará a montante e a juzante outras actividades económicas.

Mas a batalha económica para frutificar, precisa também de um clima político propício de um empenhamento sincero daqueles que querem construir o socialismo.

Não poderemos consentir que se utilize a liberdade ganha no 25 de Abril para se tentar entravar o processo e para retirar a confiança da população nos destinos da sua Pátria.

Os falsos amigos e os inimigos da Revolução poderão estar certo de que usaremos a firmeza revolucionária e que levaremos à prática em todas as consequências a palavra de ordem tantas vezes afirmada mas nem sempre cumprida: «Liberdade para todos menos para aqueles que a querem destruir».

A terminar o ministro do Trabalho declarou que a hora é de mobilização para o combate ao oportunismo e à reacção, mobilização revolucionária no combate político pela construção do socialismo, afirmando «que as aves agorrentas não construirão o ninho em Portugal».

No almoço de confraternização que se seguiu os membros do Governo tiveram oportunidade de trocar pontos de vista com os trabalhadores presentes, muitos dos quais apresentavam problemas que diariamente sentem.

Em Braga

A tarde o ministro do Trabalho deslocou-se a Braga para assistir à inauguração do Mercado do Povo que funcionará no Parque da Ponte, des-

ta cidade, até fins de Setembro. Também aí recebeu uma entusiástica manifestação por parte da população presente. A iniciativa do mercado pertence à União dos Sindicatos de Braga tendo por objectivo ajudar as empresas geridas pelos próprios trabalhadores e fazer a divulgação de arte-

sanato, produtos agrícolas e turismo local.

Na manhã do dia seguinte o major Costa Martins esteve reunido com representantes da União dos Sindicatos de Braga e do Porto com quem trocou impressões sobre os problemas que afligem as classes trabalhadoras.

S. PEDRO DA COVA

OS MINEIROS EMPENHADOS NA BATALHA DA PRODUÇÃO

Como noticiámos no último «Avante!», o Império das Minas de S. Pedro da Cova caiu sob a firmeza dos trabalhadores, organizados num Centro Revolucionário Mineiro. A unidade e organização dos trabalhadores, justificação das vitórias alcançadas, é um exemplo de luta que justifica, por si só, um reportagem pormenorizada dos acontecimentos.

Os mineiros de S. Pedro da Cova são trabalhadores caçados por uma luta diária contra a exploração. São homens que, como tantos outros, conheceram as prisões da PIDE e os tiros da GNR. Viram morrer muitos companheiros com a terrível doença da silicose e conheceram a fome quando em 1970 o patronato em colúcio com o estado fas-

cista resolveu encerrar as minas.

— Aquilo foi uma manobra política — dizem um velho mineiro com quem no local contactámos. — Foi uma manobra de eles nos explorarem mais e melhor. Quando tinham já os bolsos cheios, os patrões deram-se ao luxo de as fechar, lançando centenas e centenas de trabalhadores no desemprego. E, na ganância de nos sugarem ainda mais, começaram a exigir que pagássemos as rendas já mais que pagas pelo nosso suor e pelo nosso sangue.

Não havia direito. Obrigá-vamos a trabalhar para podermos viver nas barracas e depois faziam o que lhes apeteia. Aumentavam as rendas sempre que lhes dizíamos alguma coisa e por fim ainda nos ficaram a dever as vergonhosas indemnizações.

Ocupados os escritórios, os trabalhadores de S. Pedro da Cova realizaram um importante plano, onde decidiram deixar de pagar as rendas à companhia mineira e iniciar o processo de expropriação ao abrigo da legislação revolucionária já criada. O apoio da Comissão Administrativa da Câmara de Gondomar, como referimos na entrevista que nos deu o presidente, camarada Teixeira de Sousa, bem como o apoio do MFA, foram factores importantes na consolidação destas vitórias. O Centro Revolucionário Mineiro, hoje, instalado nos antigos escritórios passou a ser o local de decisão da luta dos trabalhadores e a entidade que passaria a receber o dinheiro das rendas cujo montante se destina a obras de melhoramento da freguesia.

Convocado um novo plenário que reuniu mais de 5000 pessoas os mineiros decidiram de uma vez para sempre a expropriação imediata de todos os bens das minas, facto que a comissão de dinamização do MFA comenta dizendo num comunicado: Só a milícia política e o reacção-rismo poderá levar as pessoas a distorcer as razões e a classificarem de assalto, roubo e violação selvagem aquilo que para os mineiros, para as classes trabalhadoras e para o povo em geral representa um mero reajustamento de contas, um legítimo transpasse daquilo que por direito, lhes pertence.

Os ataques mais ou menos desesperados da reacção que em unidade com o patronato reacção-rismo procura dividir os trabalhadores, criaram a necessidade da formação de um Conselho de Intervenção Revolucionário que é o seu órgão de defesa da Revolução, Fascistas e reacção-ristas, alguns deles com vestes social-democratas como nos declararam os mineiros, vão, pouco a pouco, ficando isolados com os seus boatos provocadores e alarmistas, enquanto a revolução avança decididamente.

— As minas ainda têm carvão e é preciso explorá-las — acrescentam os mineiros. — É preciso ganhar a batalha da produção; é preciso ganhar a Revolução.

A unidade dos mineiros é uma condição da vitória. Eles querem que as minas trabalhem, o País precisa de produzir e o Centro Revolucionário Mineiro, com o apoio directo da Câmara de Gondomar está já em contacto com o Governo, com vista à instalação de uma indústria metalomecânica que irá fornecer novos postos de trabalho, perfeitamente inseridos na batalha da produção.

A luta dos mineiros, lê-se num comunicado da comissão de freguesia do nosso Partido, significa a compreensão revolucionária do momento político que atravessamos e o papel que as massas populares cabem no derrube dos seus inimigos e na defesa da Revolução. A Revolução é irreversível, são os trabalhadores que no-lo dizem. Unidos com o MFA e as forças progressistas, os mineiros de S. Pedro da Cova mostram-nos que esta é inequivocamente a revolução dos trabalhadores.



O «AVANTE!» NA FEIRA POPULAR DO PORTO

Pela primeira vez na cidade do Porto, a Feira Popular conta este ano com a presença de um pavilhão do nosso Partido, onde estão expostos diversos materiais, clandestinos e legais, a testemunhar a força e a vitalidade do partido da classe operária, de todo o povo trabalhador, da resistência antifascista e da luta pelo socialismo e o comunismo.

Milhares de trabalhadores e outros visitantes vieram ao Pavilhão do PCP, dando à Feira do Porto um carácter diferente: hoje a Feira do Porto é mais popular; o divertimento e o esclarecimento político e cultural andam de mãos dadas no recinto, ao serviço das massas trabalhadoras de que o nosso Partido é a vanguarda organizada.

informação

Em entrevista concedida ao semanário «Horizonte», publicado na RDA, o camarada Álvaro Cunhal afirmou, referindo-se a posições assumidas pelo PS: «O Partido Socialista tentara impedir o processo revolucionário desde que o antigo regime foi derrubado, no ano passado, e levá-lo para a estrutura da democracia burguesa. No entanto, agora que subitamente concordaram com as medidas e a política do Conselho Revolucionário e do Governo Provisório, os socialistas devem provar que são sinceros.»

Por iniciativa dos Partidários da Paz da Finlândia, foi criado em Helsínquia um Comité de Portugal. O Comité fixou como objectivo principal a difusão das informações verídicas sobre Portugal, apoiar as forças democráticas do País, desenvolver os laços de amizade e os contactos diversos entre os dois países.

Em entrevista concedida à revista cubana Boemia, o general Otelio Saraiva de Carvalho, que se deslocará a Cuba no próximo mês de Julho, por ocasião do aniversário do assalto ao quartel de Moncada, afirmou: «Temos grandes esperanças no apoio fraterno dos países socialistas e na medida em que eles puderem auxiliar economicamente nós seremos capazes de resolver os nossos problemas e avançar na via real para o socialismo.»

O camarada Georges Marchais, secretário-geral do Partido Comunista Francês, referindo-se ao nosso Partido, afirmou: «Nunca aceitaremos censuras injustificadas a um partido irmão, que tem de resolver graves problemas, mesmo se nos dissessem que isso traria ao nosso partido mais dez por cento de votos.»

A comissão de moradores de S. Mamede aprovou em plenário uma moção de activo apoio a iniciativas destinadas a unir os trabalhadores pela vitória da batalha da produção, a instauração na prática de medidas concretas de austeridade, a neutralização de todas as tentativas de divisão das massas trabalhadoras.

Um decreto recentemente publicado determina que as declarações dos membros do Governo, feitas publicamente, não devem estar em desacordo com a política governamental definida em Conselho de Ministros.

O Senegal foi o segundo país africano, depois da Guiné-Bissau, em que um embaixador português apresentou credenciais, concretizando assim as relações anteriormente estabelecidas.

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa, criou um grupo de trabalho que tem como finalidade ajudar a resolver o problema do desemprego, no seu sector, apoiando para tal o plano de actividades da Secretaria de Estado do Emprego.

Numa sessão de dinamização efectuada pelo MFA na Tabaqueira, foi afirmado: «Os partidos políticos existentes não se podem meter no mesmo saco. Há partidos que defendem os interesses dos trabalhadores e outros que não.»

Foram discutidas, pelo Conselho Económico, medidas concretas de austeridade.

Na sua comunicação à 60.ª sessão da Conferência Internacional de Trabalho, o delegado dos trabalhadores portugueses afirmou, referindo-se à lei que consagrou a unicidade sindical: «É na realidade uma lei que permite aos trabalhadores organizarem-se de modo a não serem mais utilizados pelas forças interessadas em dividi-los para melhor os explorar.»

O embaixador da Tanzânia na ONU, e presidente do Comité de Descolonização das Nações Unidas (Comité dos 24), ao deixar Lisboa, afirmou: «Apesar de Portugal não ser ainda membro do Comité, esperamos, no entanto, a sua participação em próximas reuniões, pois as opiniões emitidas pelo Governo Português, em relação à descolonização, foram muito positivas.»

Dirigentes dos 23 partidos irmãos dos países latino-americanos, reunidos em Havana, aprovaram uma declaração em que se afirma: «É dever de todas as forças revolucionárias e democráticas do Mundo solidarizarem-se com o novo regime.»

Também o Partido Comunista Grego, através do seu órgão, o Risospastis, se refere à importância da solidariedade para com a revolução portuguesa, sublinhando: «O desenvolvimento em Portugal é também, para a Grécia e para todos os povos que lutam pela liberdade e pela democracia, de uma importância que não se pode subestimar.»

O Comité Político Executivo do Comité Central do Partido Comunista Romeno, considerou que a visita feita pelo general Costa Gomes à Roménia constitui um momento histórico nas relações entre os dois países e povos.

Com o objectivo de estudar a organização e gestão das empresas turísticas de Estado e a sua integração na economia nacional, partiu para uma viagem de trabalho a países socialistas uma delegação portuguesa composta por representantes da Secretaria de Estado do Turismo, da Inter-sindical, da Federação dos Sindicatos de Indústria Hoteleira e da Torralta.

A União das Juventudes Comunistas (UJC) promove, de 1 a 15 de Agosto, jornadas de trabalho voluntário para a juventude. No comunicado referente a esta iniciativa, afirma-se: «A crescente participação da juventude em todos os domínios da revolução portuguesa, de que são testemunho as actividades quotidianas nas fábricas, nos campos, nas escolas e em toda a parte, demonstra que a juventude é cada vez mais ganha para os ideais do socialismo.»

O ministro do Trabalho deslocou-se a Braga, para assistir à inauguração do Mercado do Povo, que passará a funcionar nesta cidade até fins de Setembro. Durante a visita, Costa Martins contactou com populares, informando-se sobre os diversos problemas que preocupam o povo da região.

Sinceridade e insinceridade

Algumas das mais destacadas individualidades da social-democracia europeia intensificaram nos últimos dias a sua campanha contra a Revolução portuguesa. Tudo lhes serve para atingirem o seu objectivo. Criticam o MFA, caluniam o nosso Partido, deturpam o significado das lutas dos trabalhadores contra os monopólios e o latifúndio. E cobrem de elogios a maioria da Assembleia Constituinte, o PS e o PPD, que apresentam como partidos profundamente democráticos de cuja acção dependeria o futuro da «democracia» em Portugal.

Mas há, felizmente, excepções mesmo entre os socialistas europeus. Nem todos se prestam a participar do coro de lamentações em torno do caso da «República» ou a destilar veneno contra o Conselho da Revolução e o MFA. Georges Sarre, membro da Comissão Executiva do Partido Socialista Francês, publicou, por exemplo, um artigo no «Le Monde» em que esboça um quadro da Revolução portuguesa totalmente diferente daqueles que outros dirigentes do seu partido têm pintado.

«Parece útil lembrar — escreve — que os militares actualmente no Poder não tomaram o lugar de um Governo civil democrático, mas de um regime fascista e policial retrógrado. É bom lembrar que contrariamente àqueles a quem querem compará-los não defendem os privilegiados dos capitalistas e dos latifundiários, mas decidiram e começaram a executar nacionalizações e uma reforma agrária que vão «mudar a vida» dos trabalhadores. É bom salientar que na actual situação de Portugal o MFA é uma garantia real da aplicação das reformas de alcance revolucionário. É bom lembrar, finalmente, que o MFA não é dirigido por militares tradicionais, pelo antigo Estado-Maior do regime fascista, mas por jovens oficiais progressistas que eliminaram os seus superiores hostis ao novo regime, romperam o conformismo da instituição militar tradicional, deram a palavra aos sargentos e soldados, presentes desde o 11 de Março na Assembleia Geral do MFA.» E Sarre acrescenta: «Não tenhamos ilusões. O verdadeiro perigo em Portugal é a volta ao fascismo. O desenvolvimento de todas as liberdades e a sua defesa passa pela aceleração do processo revolucionário, pelo apoio firme que lhe trouxerem, pelo respeito dos princípios democráticos essenciais.»

O título do artigo de Georges Sarre é significativo: «O que está em jogo: fascismo ou revolução?» É um artigo honesto, de um socialista francês solidário com a Revolução portuguesa. Um artigo que vale por uma lição dada ao secretário-geral do seu próprio partido, sr. François Mitterrand, que, em repetidas declarações, tem deturpado sistematicamente a imagem dos acontecimentos, adoptando o ponto de vista dos seus correligionários portugueses.

A maioria dos órgãos de Informação da França participa conscientemente da campanha de desinformação (e não só).

O dr. Mário Soares, secretário-geral do PS, acaba de escolher o «L'Aurore», porta-voz das forças mais reacionárias da sociedade francesa, para atacar o nosso Partido, defender o PPD e a integração de Portugal na Europa capitalista. «L'Aurore» afirma em título que em Portugal, na opinião de Soares, «os comunistas são mais perigosos do que os militares». Por se tratar de um jornal francês, embora de tendência fascista, o secretário-geral do PS considerou oportuno fazer um elogio da «carta das liberdades» do Partido Comunista Francês. Estaria pronto a fazê-la sua.

Os jogos de palavras das entrevistas do dr. Mário Soares quando se trata de atacar o nosso Partido são cada dia mais tortuosos. Não é novidade que nos critique e aponte como inimigos da «democracia». O nosso conceito de democracia e socialismo não é realmente o do PS. Defendemos a democracia autêntica e o socialismo científico e não a «democracia» da Europa dos monopólios e o «socialismo em liberdade», à suca ou à alemã. Mas ao definirmos como «mais perigosos» do que os militares fica implícito que o MFA também é «perigoso». Porquê? Porque o MFA também defende um socialismo autêntico, que implica a colectivização dos meios de produção.

Quanto ao elogio feito ao camarada Georges Marchais e à «carta das liberdades» do PCF, o jogo de palavras só pode iludir os ingénuos. O Partido Comunista Francês tem manifestado desde o 25 de Abril a sua solidariedade calorosa à Revolução portuguesa. Mantém com o nosso Partido as mais fraternais relações e ainda recentemente, a propósito da atitude assumida pelo Partido Socialista Francês a propósito do caso «República», tomou posição contra todos aqueles que para manobras de política interna de sentido claramente anticomunista caluniam a nossa Revolução e o nosso Partido. Os elogios do dr. Mário Soares ao PCF não são, portanto, sinceros e não atingiram o seu objectivo.

Pinochet-Champalimaud & Cia.

«Do cimento para o aço. Do aço para a banca. Da banca para os seguros e para o papel. Tal foi a trajectória do movimento de capitais que gerou o grupo Champalimaud. De momento, nestes campos de actividade, o grupo possui 12 grandes empresas industriais, duas das quais em Angola e Moçambique. Possui um grande banco. Possui cinco companhias de seguros, duas das quais em Angola e Moçambique.

Excluindo as empresas de África, são 14 sociedades com um capital nominal de quase dois milhões e meio de contos, mas capitais próprios de mais de sete milhões e meio. À cotação na bolsa, o valor total das acções de cinco destas sociedades (Siderurgia, Empresa de Cimentos Leiria, Companhia de Cimentos Tejo, Companhia de Seguros A Mundial e Banco Pinto & Sotto Mayor) subia, em 31 de Dezembro passado, a mais de 40 milhões de contos — esta a síntese da envergadura do grupo Champalimaud, feita num pequeno livrinho — «Sociedades e Grupos em Portugal».

Era esta a realidade antes do 25 de Abril. O grupo Champalimaud morreu, como morreram outros grupos monopolistas em Portugal. Após o 25 de Abril, com o espírito «empreendedor» que o caracterizava, o sr. Champalimaud tentou ainda negociar, recuperar posições. E então vemos o grande capital, subitamente altruísta, oferecer os seus préstimos para financiar uma revolução que se dirigia contra os seus privilégios... O sr. Champalimaud sabe bem negociar. É a sua especialidade. Negociou naturalmente com Spínola. Mas não só. Negociou com todos os que defendem de facto os interesses dos monopólios, e não os interesses do povo português, com todos os que preconizaram alianças e acordos com os monopólios, para «não fugitar» o capital, os investimentos dos grandes grupos económicos. O sr. Champalimaud perdeu a cartada, como a perderam os defensores do capital, ainda que hoje continuem a manobrar, em nome da defesa do socialismo... com o 28 de Setembro, um golpe mortal foi desferido nas esperanças de negociata de Champalimaud. O 11 de Março

estufou-as por completo. O sr. Champalimaud partiu, entretanto, para o Brasil. Foi engrossar as hostes dos parasitas e exploradores do povo português, que hoje pululam por terras brasileiras, lamentados pela Imprensa reacçãoária, que lhes concede a auréola de heróis, de tudo despojados pela «cruel tirania» que hoje (e não sob o fascismo), reinaria em Portugal, de todos os seus haveres (ganhos com o seu suor e o seu trabalho, claro está...), e que vão promovendo missas por «um futuro verdadeiramente democrático» para Portugal (esquecem que conhecemos demasiado bem essa «democracia»). No Brasil, o sr. Champalimaud



lançou-se de imediato no negócio. Pediu um empréstimo de 40 milhões de dólares ao Banco Nacional de Desenvolvimento, e começou a montar uma fábrica de cimento em Belo Horizonte. 15 a 18 por cento do dinheiro recebido é escriturado a título de «despesas de administração» e enviado para os bancos da Suíça.

Mas o Brasil, pelos vistos, não chegava para saclar a sede de lucros do sr. Champalimaud, que lançou os olhos para outra presa mais produtiva — o Chile de Pinochet. Lá Champalimaud vai-se sentir um pouco como «em casa». A violência inaudita da repressão, o baixo preço da mão-de-obra — são características atraentes para o sr. Champalimaud, do regime terrorista que oprime o Chile.

Champalimaud foi recebido por Augusto Pinochet, para discutir as possibilidades de investimento no Chile. Que decreto serão muitas. O encontro foi «extremamente cordial». Segundo foi anunciado, haverá, nos próximos dias, contactos com entidades estatais e privadas da indústria chilena. Champalimaud olha com particular interesse a empresa cimenteira Inacasa, que está a ser montada no porto de Antofagasta. Champalimaud parece querer voltar a ensaiar no estrangeiro a trajectória que o seu grupo seguiu em Portugal. É possível que não esteja a pensar no fim de tal trajectória, quando o povo do Chile, quando o povo do Brasil, se erguerem contra os exploradores e opressores das suas terras. Ou talvez pense. E vá juntando uns dinheiros na bem mais estável e pacífica Suíça.

O futuro político de Angola

No final da Cimeira de Nakuru, no Quênia, os dirigentes dos três movimentos de libertação angolanos assinaram um acordo nos termos do qual se comprometem a renunciar ao uso da força como forma de resolver os problemas do seu país.

O resumo do comunicado conjunto de 3000 palavras distribuído aos órgãos de Informação é do seguinte teor: «Os três presidentes dos movimentos de libertação, conscientes da grave situação em que o país se encontra e dos interesses nacionais que têm necessariamente de ser colocados acima de quaisquer divergências políticas ou ideológicas, afirmam solenemente renunciar ao uso da força como meio de resolver os problemas e honrar todos os compromissos resultantes das conclusões do acordo que se segue:

PONTO 1 — Numa análise geral da situação em Angola, os dirigentes concordaram em:

- 1) Criar um clima de tolerância política e unidade nacional dentro da diversidade política e ideológica de Angola.
- 2) Prometer solenemente pôr termo a todas as formas de violência e intimidação de militantes e libertar imediatamente todos os prisioneiros em poder dos movimentos.
- 3) Garantir a todos os movimentos o direito de livre actividade política seja em que parte do país for.
- 4) Acelerar a formação de um exército nacional.
- 5) Desarmar a população civil.
- 6) Acelerar a expulsão de agentes da ex-PIDE/DGS que ainda se encontrem em Angola.
- 7) Tomar medidas para neutralizar as forças reacçãoárias internas e externas.
- 8) Recomendar aos órgãos de Informação oficiais e aos dos movimentos de libertação generalizada difusão dos pontos acima.»

O Acordo de Nakuru representa uma importante vitória das forças que se batem em Angola por uma independência real e contra as manobras de neocolonialistas e a serviço do imperialismo. Resta saber se será cumprido. As constantes violações dos Acordos do Alvor demonstraram que há em Angola forças que estão dispostas, com poderosas ajudas externas, a lançar mão de todos os meios para impedir que o povo angolano, ao cabo de tantos anos de luta possa alcançar uma verdadeira independência, seguindo o caminho dos povos irmãos da Guiné-Bissau e de Moçambique. De qualquer forma, os compromissos assumidos para a criação de um clima de paz favorecem o MPLA, o movimento que pagou o maior tributo de sangue na luta libertadora e que conta com o apoio das massas angolanas. Seria, porém, uma ingenuidade acreditar que o clima de tensão e violência desaparecerá com o Acordo de Nakuru. Em comentário dedicado ao assunto, a Agência Tass salienta que os patriotas angolanos

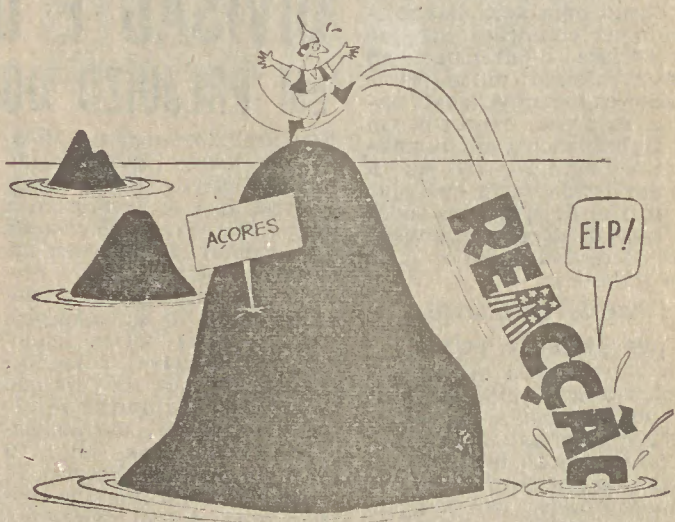
terão de vencer, entre outras, a tepez oposição da África do Sul e do imperialismo americano que possuem em Angola importantes interesses políticos e económicos. «Não é por acaso», acrescenta a Tass, «que tais forças procuram agravar a crise em Angola permanecendo numa posição de expectativa, aguardando que se atinja uma situação que lhes permita intervir directamente.»

A reacção açoriana desafia a Revolução

A miserável situação de exploração a que o povo açoriano foi sujeito durante o fascismo, tem vindo a ser aproveitada pelos pescadores de águas turvas da reacção, para tentar fazer dos Açores um foco de contra-revolução dirigido contra o avanço do processo revolucionário em Portugal, que, naturalmente, abarca os Açores. A reacção está a jogar nos Açores com uma subtil mistificação — a da «independência» para o povo açoriano. Independência que é, naturalmente, tão descabida e absurda como a reivindicada independência de Cabinda em relação a Angola. Não se trata de defender interesses de povos com características diversas ou oprimidos por outros a que injustamente seriam assimilados. Em Cabinda, como nos Açores, pretende-se antes criar focos de agressão ao desejo de liberdade e de construção de uma nova vida dos povos de Angola e Portugal. Pretende-se continuar a defender, ainda, que em zonas mais limitadas, os interesses do imperialismo. O simples facto de tais organizações que reivindicam a «independência», só terem surgido após o 25 de Abril, e se pronunciarem abertamente contra a nossa revolução, é suficientemente esclarecedor.

Contraopondo-se ao agitar de «slogans» ociosos, que encobrem os verdadeiros desígnios das forças reacçãoárias, realizou-se recentemente, nos Açores, em Ponta Delgada, uma manifestação de repúdio pela ideia de uma anacrónica independência e de apoio ao MFA, que juntou numerosa multidão. Por outro lado, o Governo do novo Portugal democrático lança as primeiras bases de uma recuperação económico-social dos Açores, num esforço para arrancar as ilhas à situação calamitosa a que o fascismo as tinha votado. Em reunião interministerial, foram abordados problemas vitais para o necessário progresso dos Açores, e tomadas algumas importantes decisões em vários domínios, nomeadamente o pecuário, o dos tabacos, o das pescas, o do turismo e o da saúde. Entretanto, foi enviada aos Açores uma equipa de técnicos, chefiada pelo secretário de Estado do Tesouro, para proceder ao estudo da actual situação financeira naquele arquipélago, com vista a tomar medidas imediatas de urgência.

Enquanto nos Açores se dão passos importantes para inserir as ilhas no processo revolucionário em curso, nomeadamente pela solução dos seus mais prementes problemas, açorianos (ou não) radicados na pátria do imperialismo — os EUA — misturam apelos para a independência dos Açores com calorosos elogios a jornais e programas de rádio emitidos em língua portuguesa na terra-mãe das grandes multinacionais, em contraposição à «parcialidade e falta de objectividade» dos meios de informação de Lisboa. Isto passou-se numa reunião efectuada no Bristol Motor Lodge. A entrada do salão eram entregues os seguintes prospectos: «Es açoriano? Amas a tua terra? — então, levanta-te. Não tenhas medo! O medo é para os covardes e comprometidos. Açoriano! Defende a tua terra e clama por ela, porque é tua. É o teu suor. É o suor dos teus antepassados. Es emigrante porque amas a liberdade. Es emigrante porque odeias a escravidão e toda e qualquer ditadura. Açoriano. Avante pela independência. Guerra à ditadura comunista». Palavras



esclarecedoras dos reais objectivos e interesses destes senhores. A «liberdade» por que se batem, é a «liberdade» que vigora nos EUA. Uma «liberdade» que nada tem a ver com a que foi conquistada em Portugal no 25 de Abril. A liberdade dos monopólios contra a das massas populares. Compreendem-se assim os seus brados pela autonomia. De lamentar, simplesmente, que misturem no seu jogo escuro e nas suas palavras inflamadas o povo dos Açores.

O Plano de Acção Política estudado e elaborado pelo Conselho da Revolução aponta para a necessidade de um reforço e firmeza da autoridade revolucionária do MFA, que justamente considera base indispensável para um Poder de Estado. A reforçada autoridade do MFA não deixará de manifestar-se também no que respeita aos focos contra-revolucionários localizados nos Açores. A garantia de defesa da revolução portuguesa assim o impõe.

LÊ • ASSINA • DIVULGA



a opinião

REDACÇÃO: AV. DA BOAVISTA, 601 — PORTO — TEL. 64418

informação

O mito da Suécia «socialista»

O embuste da «paz social» sueca — mito construído com o objectivo de alienar a luta popular de massas dos seus verdadeiros objectivos, acenando-lhe com uma impossível «terceira via», «livre» e «moderada», sobretudo em nada afastando os interesses do capital — tem dificuldade em resistir ao choque da realidade concreta.

Nas últimas semanas têm-se vindo a agravar na Suécia, que alguns dizem mesmo ser socialista, os conflitos de trabalho com o patronato monopolista. O Sindicato dos Empregados, PTK, reivindica aumentos salariais e melhorias diversas para os trabalhadores. Os mineiros da Lapónia, exigem o abaixamento geral da idade da reforma. Os motoristas de automóveis da região de Estocolmo recusam fazer horas extraordinárias, que são consideradas indispensáveis no actual sistema, para que seja assegurada a normalidade do serviço.

A Suécia é frequentemente apontada, por oportunistas de todos os matizes, em particular pelos bons defensores dos interesses do capitalismo, que hoje se vêem forçados a acobertar os seus designios sob rótulos brilhantes de liberdade, justiça, democracia e mesmo socialismo — como exemplo de uma sociedade, que, sem convulsões nem revoluções, sobretudo sem qualquer alteração profunda a nível socioeconómico e político, teria conseguido um padrão ideal de justiça social. No dizer destes teóricos, a sociedade social-democrata sueca seria mesmo incomparavelmente mais livre que o mundo socialista, que no dizer dos mesmos é autocrático, totalitário e profundamente antidemocrático.

Falar de socialismo numa Suécia capitalista, onde o capital está fortemente centralizado em meia dúzia de mãos, enquanto se refere uma imaginária exploração dos trabalhadores nos países realmente socialistas — define os defensores desta teoria o jogo de interesses que defendem. Entretanto, todo este deliberado confusãoismo (há quem, para se ilibar de comparações desagradáveis e de responsabilidades, declare não perfilar nenhum «modelo de socialismo» existente e afirme que este ainda está por inventar...), não surge por acaso, nem é fruto de um puro debate de intelectuais em volta de problemas a que seriam alheios. Na verdade, os que defendem um «socialismo» sueco em oposição ao socialismo realmente existente, ou qualquer outro malabarismo de palavras deste teor, estão bem cientes dos interesses que defendem.

Na época actual, diminuídas as possibilidades de impor regimes alheios à vontade dos povos através do uso sistemático da violência, dificultada, pela força dos movimentos organizados dos trabalhadores, a exploração desenfreada do trabalho assalariado, e face ao poder de atracção dos ideais e da própria realidade conhecida do socialismo em construção, a luta no campo ideológico passou a um plano particularmente importante e mesmo decisivo. Nesse campo, os escrúpulos e a honestidade dos donos do capital não são maiores do que nas suas escuras negociações, nos golpes e nos assassinatos cometidos para preservar os seus interesses nesta ou naquela parte do Mundo. Assim, foram deliberadamente desenvolvidas teorias e montada toda uma técnica publicitária destinada a voltar os trabalhadores contra a defesa dos seus próprios interesses, ou pelo menos a mantê-los como elementos passivos do seu jogo político. Assim se consegue convencer, em parte, cidadãos americanos, que uma sociedade monstruosamente desumanizada, alienada aos exclusivos interesses do lucro, uma sociedade racista, onde campeia no dia-a-dia um real terrorismo urbano, é a mais livre, mais próspera, mais feliz sociedade do Mundo. Assim se inventou, num país que bate vários recordes de suicídios, o mito da Suécia «livre e socialista».

A fachada de elevados padrões de vida da Suécia — que não deixam por isso de contrastar de uma forma gritante com os lucros alcançados pelos grandes monopólios — não pode encobrir a realidade da continuação da exploração do homem pelo homem — a verdadeira base da radical diferença entre o socialismo e a mais sofisticada das sociedades capitalistas.

O leilão de Pinochet ameaçado pela firmeza peruana

A situação do Chile no seio do Pacto Andino tornou-se mais difícil nas últimas semanas. O governo fascista de Pinochet pretende obter dos demais países membros do Acordo de Cartagena — Peru, Colômbia, Venezuela, Equador e Bolívia — concessões que a maioria se nega a fazer. Quer continuar no Pacto e receber todos os benefícios daí resultantes e simultaneamente violar a «Decisão 24» que regulamenta os investimentos estrangeiros na sub-região andina. Quer todas as vantagens de um membro de pleno direito de um mercado de 73 milhões de habitantes e não quer respeitar aquele que é talvez o mais importante dos seus compromissos, porque estabelece fronteiras à acção do imperialismo. De acordo com a «Decisão 24» os investimentos estrangeiros estão proibidos na área dos recursos naturais e em sectores estratégicos da economia. Pinochet, empenhado em destruir todas as conquistas realizadas nos últimos 50 anos pelo povo chileno e transformar o Chile num quintal do imperialismo e particularmente dos Estados Unidos, violou já o espírito e a letra do dispositivo chave do Pacto. Mas agora deseja simplesmente destruí-lo. Exige que os investimentos estrangeiros obedeçam à «legislação nacional» e promulgou um decreto — o DL 600 — cujo artigo 3.º cria escandalosas facilidades às empresas imperialistas, passando por cima do Acordo de Cartagena.

O problema da expulsão do Chile do Pacto Andino deixou de ser um tema para especulações para se transformar em assunto de discussão nas reuniões dos organismos do Acordo. A Colômbia e o Peru opõem-se com firmeza à pretensão chilena de «reverter» a Decisão 24, dando-lhe uma nova redacção. O Governo de Lima, particularmente, já informou que a proposta de Pinochet é inaceitável. O almirante Jimenez de Lucio, ministro da Indústria, acaba de reafirmar numa conferência de Imprensa o ponto de vista do governo revolucionário do Peru. «A Decisão 24 — disse — é a melhor garantia de que o desenvolvimento dos nossos povos se faça com autonomia e, acima de tudo, de acordo com os interesses dos nossos países.» E, numa clara referência às manobras da ditadura chilena, acrescentou: «De tempos a tempos certos países tratam de enfraquecer o Acordo ou de procurar outras saídas, mas a nossa posição de cumprimento estrito da Decisão não mudará.» (...) A Decisão 24 foi a primeira medida de har-

monização das políticas da zona e aquela que permite uma política nacionalista para os países andinos, pondo em xeque o jogo do imperialismo e do capitalismo, que procura voltar um país contra outro, a fim de ver qual oferece melhores condições ao capital.» O almirante Lúcio esclareceu ainda secamente que o Peru revolucionário não está interessado na proposta chilena.

Tudo indica que a Junta fascista chilena sofrerá, assim, nas próximas semanas, uma nova e grave derrota diplomática, que será também uma grave derrota



do imperialismo. Ou o Chile cumpre a «Decisão 24» ou terá de deixar o mercado andino. Pinochet alimenta ainda esperanças e a prova disso são as suas negociatas amistosas com o banqueiro fascista Antônio Champa-limau. Mas são esperanças vãs. O fascismo chileno e o imperialismo estão prestes a perder uma importante batalha. O povo do Chile, as suas forças progressistas alcançaram uma vitória. Ou o Chile se retira do Pacto e o seu isolamento, económico e político, agravará os problemas que a Junta enfrenta; ou Pinochet capitula e não poderá como pretende completar a venda em leilão das riquezas nacionais. Em qualquer dos casos, a firmeza das forças revolucionárias dos países do Pacto na defesa da «Decisão 24» constitui uma forma de solidariedade indirecta ao heróico povo chileno.

O franquismo intensifica a repressão

Nas informações que chegam diariamente de Espanha, uma tónica sobressai sistematicamente — a repressão. Esta a lógica de todos os regimes fascistas, que vivem e sobrevivem pela repressão. Vinte e sete prisões em Ciudad Real. O economista Ramon Tamanan, preso em Madrid, foi posteriormente solto, mas nos cárceres de Espanha permanecem numerosos presos por motivos políticos. Entre eles, dirigentes do Partido Comunista de Espanha, como Lobato, Romero Marin, Inguanzo; dirigentes das Comissões Operárias como Camacho, Soto, Sartorius, Saborido; Isco e os outros condenados no processo de Burgos; Eva Forest e muitos outros.

Presos cerca de 30 trabalhadores, na sua maioria jovens, em Huesca, segundo informação de jornais de Saragoça. Em Burgos, 7 bascos foram condenados a 30 anos de prisão, cada um deles.

No País Basco, o problema permanece particularmente agudo. O terrorismo fascista, o arbítrio das prisões, instalados com o estado de sítio, são uma constante na vida do povo basco. Para além da pena de morte, admitida pela lei espanhola, mas de uma forma geral difícil de aplicar, pelas profundas repercussões internacionais que tal aplicação acarreta e pela consequente agitação, a nível internacional, do carácter do regime franquista, existe agora uma forma mais subtil de liquidação dos democratas espanhóis. No País Basco, assassinos profissionais agem impunemente. Os atentados à bomba e os assassinatos em plena rua são coisa que se tem vindo a tornar comum. Para o regime fascista de Franco, este tipo de acção tem duas vantagens complementares — instala um clima de instabilidade e de atemorização, que afastará necessariamente alguns da acção contra o Governo, e lava as suas mãos da responsabilidade de tais mortes. Não foi a Polícia fardada que matou. Não foram os tribunais que pronunciaram penas de morte. Foram agentes a seu soldo, que agem bem mais discretamente, sem fardas nem insígnias. Mas com eficácia.

Entretanto, esta situação de terrorismo legalmente implantado é elogiada publicamente. Discursando perante 5000 soldados e polícias numa parada comemorativa do aniversário da queda de Bilbao nas mãos do Exército fascista, durante a guerra de Espanha, o general Francisco Coloma Gallego, ministro espanhol do Exército, elogiou a Polícia pela aplicação do estado de sítio nas províncias bascas. Acrescentou que os três ramos das Forças Armadas reconheciam unanimemente a «dedicação e bravura» da Polícia. «As Forças Armadas estão prontas a reforçar a missão da Polícia se isso lhes for solicitado», salientou.

A realidade da violência repressiva em Espanha, em particular no País Basco, os elogios públicos à criminosa acção da Polícia contra o povo espanhol não parecem coibir elementos do Governo de Franco de continuarem a fazer descabidas afirmações demagógicas sobre uma decantada «reconciliação nacional» ligada a uma pretensa e desmascarada «liberalização» do regime. Assim, na cerimónia de posse do novo ministro do «Movimento», José Solís, este anunciou uma política de «abertura», lançando um apelo «aos inúmeros espanhóis que, embora militem na oposição, acreditam na pátria e na justiça social e têm ideias socializantes», para que colaborem com ele!

É difícil de imaginar uma farsa mais completa. José Solís Ruiz, nomeado agora ministro-secretário-geral do Movimento do Governo Espanhol, era membro da Comissão Nacional do Movimento (Câmara Alta do «Parlamento» Espanhol). É considerado um velho franquista. Lutou na guerra de Espanha, ao lado das forças fascistas de Franco. A sua biografia atesta bem da «sinceridade» das suas palavras...

Agrava-se a crise nos EUA

O mundo capitalista está a viver uma das mais acen-tuadas crises da sua história. O anacrónico optimismo verbal de alguns dos seus defensores ou a difícil ginástica de outros para encobrir as dimensões ou o verdadeiro fundamento da crise em nada alteram uma realidade que se furta a todas as tentativas de a deturpar, por ser demasiado evidente e pesar de uma forma inequívoca sobre os ombros das massas trabalhadoras.

Desmentindo os prognósticos de optimistas económicos americanos, que mais não pretendem, nas suas análises, que ludibriar a atenção dos povos sobre a evolução de uma situação que os afecta profundamente, que apontavam para uma recuperação da economia capitalista para o fim deste ano, a crise continua a acentuar-se, em particular no baluarte do imperialismo — os EUA.

Mark Roberts, economista da corrompida organização sindical norte-americana AFL-CIO, declarou recentemente esperar um agravamento do desemprego no decurso dos próximos meses. Roberts afirmou que cerca de 8 milhões de trabalhadores norte-americanos ficarão sem trabalho até ao fim do ano de 1975. Actualmente, a percentagem de trabalhadores desempregados nos EUA é de cerca de 10 por cento. Segundo cálculos feitos recentemente, o número de desempregados atingirá, em 1976, os 10 milhões.

Esta uma das facetas da crise que mais dolorosamente se faz sentir sobre a vida das massas trabalhadoras. Mas outros aspectos não menos importantes, características da crises cíclicas do capitalismo, longe de se estarem a atenuar, sofrem novos agravamentos e apresentam sombrias perspectivas. No que respeita ao Produto Nacional Bruto, por exemplo, que consubstancia o total de riqueza produzida num país, verificou-se uma sensível redução nos EUA no primeiro trimestre deste ano. A redução do PNB entre Janeiro e Março deste ano é considerada a mais acentuada desde 1947. A forte inflação, que se prolonga há já dez anos consecutivos, mantém o seu curso, não dando quaisquer mostras de ceder.

Os propagandistas do sistema capitalista mundial esforçam-se naturalmente por encobrir esta realidade, sintomática da crescente inadequação da apropriação privada dos meios de produção, face às explosivas potencialidades de crescimento da produção em todos os sectores. No caso dos Estados Unidos, há uma razão suplementar para esses esforços de minimização das proporções e gravidade da crise. As graves derrotas militares, diplomáticas e políticas sofridas ultimamente levam os propagandistas da Casa Branca a esforços acrobáticos para melhorar a imagem internacional dos EUA, denegrida perante os seus próprios aliados. Assim, assistimos ao curioso espectáculo de ver o secretário norte-americano do Tesouro, William A. Simon, afirmar calma e despidoradamente que o seu país possui uma sã e sólida situação económica, e o presidente do Conselho dos Conselheiros Económicos do Presidente dos Estados Unidos, Alan Greenspan, prever, simultaneamente, uma mais grave deterioração do Produto Nacional Bruto e o fim próximo da actual crise de constante rebaixamento da produção!

A gravíssima crise actualmente vivida pelo sistema capitalista mundial, que o arrasta para um crescendo de dificuldades, as derrotas sofridas na panorâmica política internacional, em particular a derrota dos EUA no Vietnam, onde foram empenhados meios incalculá-



veis de destruição, para abafar a vontade do seu povo, e a vitória das forças progressistas em Portugal, arrastando a queda de um dos mais seguros aliados dos círculos mais agressivos e menos realistas e um golpe mortal na miserável exploração das incalculáveis riquezas de uma importante zona de África, envolvem consequências talvez um pouco contraditórias. Por um lado, e sobretudo, trata-se de um reforço objectivo das forças internacionais do progresso e da paz. Por outro, pode arrastar círculos e dirigentes mais realistas do mundo do capital a tentarem ou fomentarem anacrónicas posições de força, que não deixarão de acarretar, apesar de votadas ao fracasso, dificuldades suplementares no difícil caminho da paz e da libertação dos povos. O que obriga a uma redobrada vigilância dos povos, em todos os domínios, em particular no que respeita a um possível aumento da provocação e da chantagem política. Por outro lado, numa época em que o recurso às armas, para defesa dos privilégios do imperialismo, se tem vindo a tornar cada vez mais difícil, ganha uma nova dimensão a luta no campo económico e de clarificação e esclarecimento ideológico. São batalhas particularmente importantes, em que estão, e estarão ainda mais, empenhadas todas as forças e países progressistas, irmanados na vontade comum de criar um novo mundo sobre a Terra.

● No Vietnam do Sul está a ser empreendida uma campanha de reeducação de soldados, funcionários e políticos do antigo governo-fantoches de Van Thieu, que foi alargada recentemente a outros cidadãos. A campanha visa a reeducação das pessoas no que respeita aos crimes do antigo regime, e a sua integração na actividade de construção de um novo país.

● A Nova Guiné tornar-se-á independente da Austrália a 16 do próximo mês de Setembro.

● Num comunicado conjunto, publicado em Varsóvia, a assinalar o termo das conversações entre o chefe de Estado francês e o camarada Edward Gierek, primeiro-secretário do Partido Operário Unificado Polaco, foi salientado que as duas partes se pronunciaram «no sentido da convocação de uma conferência mundial sobre o desarmamento, em cujos trabalhos participaram todas as potências nucleares».

● O secretário da Marinha dos EUA, J. William Middendorf, declarou em Boston que os Estados Unidos precisariam de mais uma centena de navios para a sua marinha dentro dos próximos dez anos, a fim de poderem levar a bom termo a sua política externa, económica e política e «sobreviver como nação». Que «perigos» ameaçarão os EUA, nos sonhos agressivos do seu ministro da Marinha?

● Na Inglaterra o número de desempregados aumentou em mais 1900, elevando-se agora para 869 822 — o maior nível jamais atingido desde 1948.

● Henry Kissinger admitiu pela primeira vez a possibilidade de os EUA virem a ter relações com o Vietnam e o Camboja, fazendo entretanto depender tal facto da «conduta» destes dois países para com os EUA. Kissinger não considerou pelos vistos oportuno referir o embargo económico promovido pelos EUA ao Vietnam e ao Camboja, na sequência da sua libertação do domínio imperialista.

● Segundo estatísticas da CEE, o desemprego aumentou numa forma dramática, no último ano, nos nove países do Mercado Comum. A Dinamarca é o país mais atingido, seguindo-se a RFA.

● Foi de 99,97 por cento a afluência às urnas nas eleições realizadas na República Federativa Russa onde, como nas restantes repúblicas da URSS, foram escolhidos os novos soviets supremos, regionais e locais.

● Os Estados Unidos realizaram a mais poderosa explosão nuclear subterrânea dos últimos dois anos. Num momento em que se preconiza a realização de uma conferência mundial sobre o desarmamento, o mínimo que se pode dizer de tal experiência é que é francamente inoportuna.

● Milhares de trabalhadores argentinos, protestando em manifestação contra os aumentos de preços, foram interceptados pela Polícia.

● «A vida dos cidadãos é perfeitamente normal em Santiago do Chile», afirmou o general Roland Garay, que acrescentou cinicamente que as restrições impostas visam «evitar que diversas instituições sejam desnaturadas pelos interesses políticos, porque há sempre quem pretenda enganar e distorcer as medidas tomadas para o bem público». Entretanto as portas do Chile são escancaradas à rapina do capital estrangeiro. O vice-presidente do Banco Central Chileno declarou em conferência de Imprensa que o capital estrangeiro investido no Chile desde Dezembro de 1973 pode ser levado para fora do país sem quaisquer restrições. Mais uma medida para o «bem público»...

● Está a decorrer no México a Conferência Internacional das Mulheres, com a participação de 10 000 delegadas de 150 países. Assistem à Conferência representantes de 14 movimentos de libertação nacional, nomeadamente uma delegação dos povos árabes, Phan Min Thien, do Governo Revolucionário Provisório do Vietnam do Sul e Valentina Tereshkova, participam nos trabalhos. O encontro foi convocado pela ONU, que declarou o ano de 1974 Ano Internacional da Mulher.

● Na sua quarta semana de permanência no espaço em órbita terrestre, os cosmonautas soviéticos Klimuk e Sevastynov foram considerados de boa saúde. Desconhece-se ainda a data do seu regresso a Terra.

● A Chrysler britânica ameaça tirar da Inglaterra todo o seu parque industrial, lançando no desemprego 20 000 trabalhadores, depois de uma greve de duas semanas levada a efeito por 350 trabalhadores na sua fábrica de plásticos de Coventry.

● «Aos Estados Unidos interessa-lhes que o continente latino-americano desempenhe o papel de sardinha desarmada para poder dispor de um exército à escala do continente e para que as multinacionais prossigam explorando» — afirmou o camarada Fidel Castro, referindo-se ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e à Organização dos Estados Americanos (OEA).

● O vice-primeiro-ministro laociano declarou que a consolidação da paz e da independência no Laos serão uma realidade desde que «os elementos reacçãoários refugiados na Tailândia não criem problemas». O ministro laociano elogiou o papel das Forças Armadas patrióticas na luta contra a intervenção imperialista, garantindo que continuarão a cooperar com os outros sectores patrióticos do Laos «a fim de construir um país autenticamente pacífico, independente, neutro, democrático, unificado e próspero».

● Terminaram, em Bucareste, os trabalhos da 21.ª Conferência Europeia dos Comitês Nacionais da UNICEF. O ponto principal da agenda de trabalhos da reunião era o problema da intensificação da actividade da UNICEF e dos seus «comitês» nacionais no domínio da educação dos jovens e da nova geração no espírito dos ideais da paz, da amizade e da aproximação entre os povos.

O ALGARVE À PROCURA DO FUTURO

A INDÚSTRIA CORTICEIRA EM CRISE

A indústria corticeira, cujas exportações trouxeram à economia nacional, em 1974, cerca de quatro milhões de contos, atravessa no momento actual uma das mais graves crises da sua existência, devido por um lado à quase inexistência de exportações (90 por cento do consumo bruto), e por outro lado ao facto de a cortiça ter vindo a ser gradualmente substituída por produtos de plástico. Atendendo a que em Portugal existem cerca de 700 empresas de indústria corticeira, que empregam cerca de 25 000 trabalhadores, conclui-se facilmente que urge estudar e resolver o problema que afecta o sector no mais breve prazo possível, com risco de aumentar ainda mais o já elevado número de desempregados no nosso país.

A exemplo do que se passa em outras regiões, os corticeiros de Silves, ao mesmo

rem à altura de fazer concorrência no mercado interno e mesmo no internacional.

te a economia nacional. A unidade e organização das massas trabalhadoras é hoje, mais do que nunca, condição essencial para a vitória da dura batalha que nos há-de conduzir ao socialismo.

E indispensável que os corticeiros — classe com grandes tradições de luta no passado — se organizem em torno de um sindicato forte, que corresponda às necessidades dos trabalhadores, que seguindo embora as tradições de luta que caracterizaram a classe saiba acompanhar o desenvol-

apoiados pela sua organização de classe representativa e pelas entidades oficiais competentes, é o estudo profundo da situação da indústria, as possibilidades de reconversão, o procurar de novos mercados.

Na indústria corticeira, como em muitos outros sectores, os países socialistas são mercados potenciais que importa não esquecer.

Com a possível reconversão do sector corticeiro, que vivia em muitos casos do fabrico de rolinhas para farmácia (hoje sem quaisquer possibilidades de sobrevivência), para o fabrico de revestimentos isoladores, por exemplo, abrem-se novas perspectivas até aqui simplesmente inexploradas.

E por demais evidente que terão de ser os trabalhadores, em conjunto com técnicos especializados e colhendo experiências junto de outros países, a definir quais as melhores formas de reconversão da indústria, quais os melhores caminhos a seguir para vencer a grave crise com que se debatem.

De imediato, parece evidente que as pequenas unidades corticeiras não terão possibilidades de sobreviver sozinhas. A formação de cooperativas poderá ser uma solução. Seria possível renovar e modernizar a maquinaria, utilizar novos métodos de transformação do produto.

A ideia esboçada da formação de cooperativas corticeiras já havia sido levantada também pelo subsecretário de Estado da Administração Industrial, dr. Cardoso da Silva, aquando da visita do ministro da Indústria e Tecnologia ao Montijo, que aconselhou, como processo positivo no contexto actual a formação de conjuntos de empresas, ou grupos unidos entre si, tipo cooperativas de produção, a fim de combater, da melhor forma possível, a não colaboração dos grandes empresários.

Contudo, a reconversão da indústria corticeira suscita desde logo a necessidade de uma tecnologia inexistente no nosso país, que será indispensável importar até que existam em Portugal as infra-estruturas necessárias à sua produção.

E necessário estudar, planejar, desenvolver. Torna-se dia a dia mais inadmissível que a burocracia do aparelho de Estado retarde e impeça a resolução de problemas candentes da vida nacional. Citando de novo o subsecretário de Estado da Administração Industrial, devemos criar estruturas para formas concretas, de forma a concretizarem-se os problemas pendentes, já que, ao nível governamental, existem demasiadas situações burocráticas.

E afirmou o ministro da Indústria e Tecnologia, eng. João Cravinho, não podemos de forma alguma deixar encerrar as fábricas, e, portanto, aumentar o número de desempregados.

vimento do processo revolucionário.

A principal tarefa que hoje se coloca aos corticeiros,



«A reconversão da indústria corticeira é uma questão de sobrevivência»

tempo que analisam a grave situação que os afecta, procuram caminhos para a reconversão da indústria, buscam soluções que afastem para bem longe o terrível espectro do desemprego.

A crise da indústria corticeira deve-se a diversos factores — afirmaram à reportagem do «Avante!» a Comissão de Trabalhadores da firma José dos Santos Matos, Suc. — Primeiro, há sem dúvida um boicote organizado a nível dos nossos tradicionais mercados (Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha Federal), mas não só. Hoje o que se verifica é que a indústria corticeira continua a utilizar os mesmos métodos que eram utilizados há vinte anos atrás.

Os industriais aqui de Silves nunca se preocuparam em modificar a indústria, principalmente no que respeita à sua modernização, para esta-

Assim, enquanto certos países foram avançando, outros começaram a dar preferência ao plástico, que saía muito mais barato.

Outro factor, e isso é uma realidade visível, é que o industrial nunca se preocupou pelo melhoramento da fábrica, mas antes, em tirar o máximo de lucros que lhe permitissem desfrutar as melhores condições. Por exemplo, vimos que qualquer industrial em Silves tem uma boa casa, tem boas propriedades e tem bons carros. São indivíduos que chegavam ao fim do ano tinham 500 contos de lucro, ou mais, e não se interessavam em melhorar a produção mas sim em arrecadar o mais possível.

Esta actuação dos industriais, para além de se reflectir na indústria em si, reflecte-se também nas péssimas condições de trabalho dos corticeiros: não há uma cantina, não há assistência médica, muitas vezes nem há urinóis...

No caso concreto da firma José dos Santos Matos, Suc., que emprega 40 operários, o problema que se coloca, para além da crise que afecta toda a indústria em geral, tem origem na actuação profundamente reaccionária e exploradora da entidade patronal que em quatro anos levantou da firma 900 contos, e depois do 25 de Abril já conseguiu do Estado um empréstimo de 500 contos, que a gente não sabe em que foram gastos, pois nem sequer nos pagou a diferença de salários a que temos direito, depois do estabelecimento do salário mínimo nacional.

O controlo das empresas pelas classes trabalhadoras, na indústria corticeira como em qualquer outra, assume cada vez mais importância à medida que o processo revolucionário avança. Bolsos cheios de dinheiro que roubaram aos trabalhadores, os capitalistas não estão dispostos a fazer quaisquer sacrifícios que visem o ultrapassar das dificuldades que afectam gravemen-



No debate, na organização, na unidade — a força da vitória



«Vimos que a cooperativa é que poderia resolver os nossos problemas»

Fazhabita — Cooperativa de Construção Civil

EXEMPLO DA INICIATIVA CRIADORA DA CLASSE OPERÁRIA DO ALGARVE

O problema do desemprego é sem dúvida um dos mais graves que no momento actual afecta a sociedade portuguesa e levanta sérios obstáculos ao avanço seguro e decisivo para o socialismo.

Afectando diversos sectores da economia nacional, o desemprego atinge de forma particularmente sensível o da construção civil.

Conscientes de que a economia já não lhes é estranha e que a construção da sociedade socialista terá de ser obra de todos, as massas trabalhadoras compreendem cada vez mais claramente que não devem nem podem manter uma atitude passiva perante o desenrolar do processo revolucionário, antes lhes cabe um importante papel que não poderão delegar a outrem, e em que será decisiva a sua capacidade criadora, o espírito de sacrifício e inabalável confiança no futuro melhor.

Assim, embuidos da coragem revolucionária que os leva a querer participar activamente na resolução dos problemas nacionais, um grupo de trabalhadores da construção civil da freguesia de Silves, onde só naquele sector existem cerca de quinhentos desempregados, decidiu formar uma cooperativa que englobasse todos os que livremente a ela quisessem aderir.

A ideia surgiu — segundo afirmaram à reportagem do «Avante!» os elementos da

de aderentes à futura cooperativa.

Sabedores da existência de leis ainda em vigor, trapos velhos que ficaram do fascismo, estes trabalhadores da construção civil não hesitam em afirmar que as leis, e até as próprias pessoas, podem e devem ser ultrapassadas pelo avanço da consciência revolucionária das massas populares, e que este factor tem um peso decisivo na feitura de novas leis que irão surgindo, como nos mostra a experiência de um ano de revolução.

Não querendo, contudo, descurar o aspecto legal, concluíram que um estudo pormenorizado da Lei das Expropriações nos pode ajudar numa saída legal para pôr rapidamente esta ideia em prática, que, parecendo um pouco utópica à primeira vista, será perfeitamente realizável com o apoio do Ministério do Trabalho, do Ministério do Equipamento Social e Ambiente, ou, ainda, do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra.

Uma gestão democrática

No projecto de estatutos que regulamentarão a actividade da Cooperativa FAZHABITA, a submeter em breve à aprovação das entidades competentes, denota-se bem a preocupação de uma gestão democrática.

Definindo que o objectivo social é o exercício de actividades relativas à construção civil; obras públicas, obras de urbanização, assim como quaisquer outras que, no seu desenvolvimento, a cooperativa delibere abarcar e que lhe sejam permitidas por lei, estabelece que o capital social, no valor mínimo de 5000\$00, já realizado, é variável, ilimitado e representado por acções nominativas de 500\$00 cada uma.

A cooperativa só reconhece um proprietário para cada acção, de onde cada sócio não poderá subscrever mais do que uma. Considerar-se-á sócio da cooperativa todo e qualquer indivíduo que, por forma directa ou indirecta, esteja ou venha a estar ligado ao ramo da construção civil, segundo a sua categoria profissional e, como tal, seja admitido pela assembleia geral.

O projecto de estatutos estabelece também que os créditos provenientes da produção anual serão deslocados para uma conta de Fundos Sociais — Fundo Associativo —, conta que para efeitos estatísticos terá desdobramento para contas correntes nominativas dos sócios e dos candidatos a sócios. Os créditos nas contas correntes nominativas dos sócios e candidatos a sócios serão feitos no final de cada ano social, que será equivalente ao ano civil e de harmonia com o número de horas de produção de cada um. A conta

Fundo Associativo constitui o suporte de toda a capacidade de investimento e liquidez da sociedade.

Quanto à administração e representação da sociedade prevê-se que sejam confiadas a uma direcção composta por cinco elementos, eleita anualmente em assembleia geral. No que se refere à admissão de sócios ao trabalho por forma permanente ou eventual, o Regulamento Interno da FAZHABITA considera que a direcção da cooperativa deverá estabelecer uma escala de prioridades dos sócios a admitir por forma efectiva e permanente, dando prioridade, de harmonia com as necessidades por especialidade, aos desempregados, e de entre estes aos que mais necessidades têm por força do seu agregado familiar.

Imediatamente a seguir aos desempregados mais necessitados serão tidos em consideração os desempregados em geral e, depois destes, os sócios empregados mais necessitados e, por fim, os empregados em geral. Quanto aos sócios a admitir por forma eventual seguir-se-á o mesmo critério, sendo considerado o trabalho eventual todo aquele que a cooperativa, por força das circunstâncias, não possa garantir permanentemente.

A política definida no que respeita a vencimentos ou salários dos sócios produtores estabelece que só terão direito a vencimento mensal ou salário diário os sócios que por forma directa ou indirecta produzam na cooperativa, na base do seu trabalho efectivo, quer permanente quer eventual.

A diferença máxima prevista no leque salarial é de 1400\$00. Quanto aos possíveis conflitos de trabalho e pessoais que possam surgir, só a assembleia geral tem poderes para deliberar sobre os mesmos.

O Regulamento Interno da Cooperativa prevê ainda a elaboração de um projecto para a criação de fundos — de assistência, escolar e cultural, fundo de aquisição de equipamento, etc. — cuja competência caberá à direcção.

Ainda que apresentados em linhas muito gerais, os estatutos e regulamento da futura cooperativa contêm em si os fundamentos básicos que permitirão um funcionamento harmonioso.

A experiência agora iniciada pelos operários da construção civil de Silves não será certamente fácil. Contudo, a manter-se a confiança, a força de vontade e, sobretudo, a unidade que agora os leva na procura de uma solução possível para a grave crise em que se encontram, a vitória poderá vir a ser uma realidade. E será, sem dúvida, a iniciativa criadora das massas trabalhadoras já começa a desabrochar por todo o País. O futuro está nas nossas mãos!

Marx e Engels

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

Edição integral. Prefácio dos autores e notas de F. Engels. Tradução portuguesa da edição original alemã de 1890 (prefaciada e anotada por F. Engels), e cotejada com a versão inglesa de Samuel Moore com a colaboração, revisão, prefácio e notas de F. Engels. Nota sobre a primeira tradução portuguesa (parcial) de 1872. Fac-símiles.

A editar em breve pelas Edições «Avante!» na sua Biblioteca de Marxismo-Leninismo